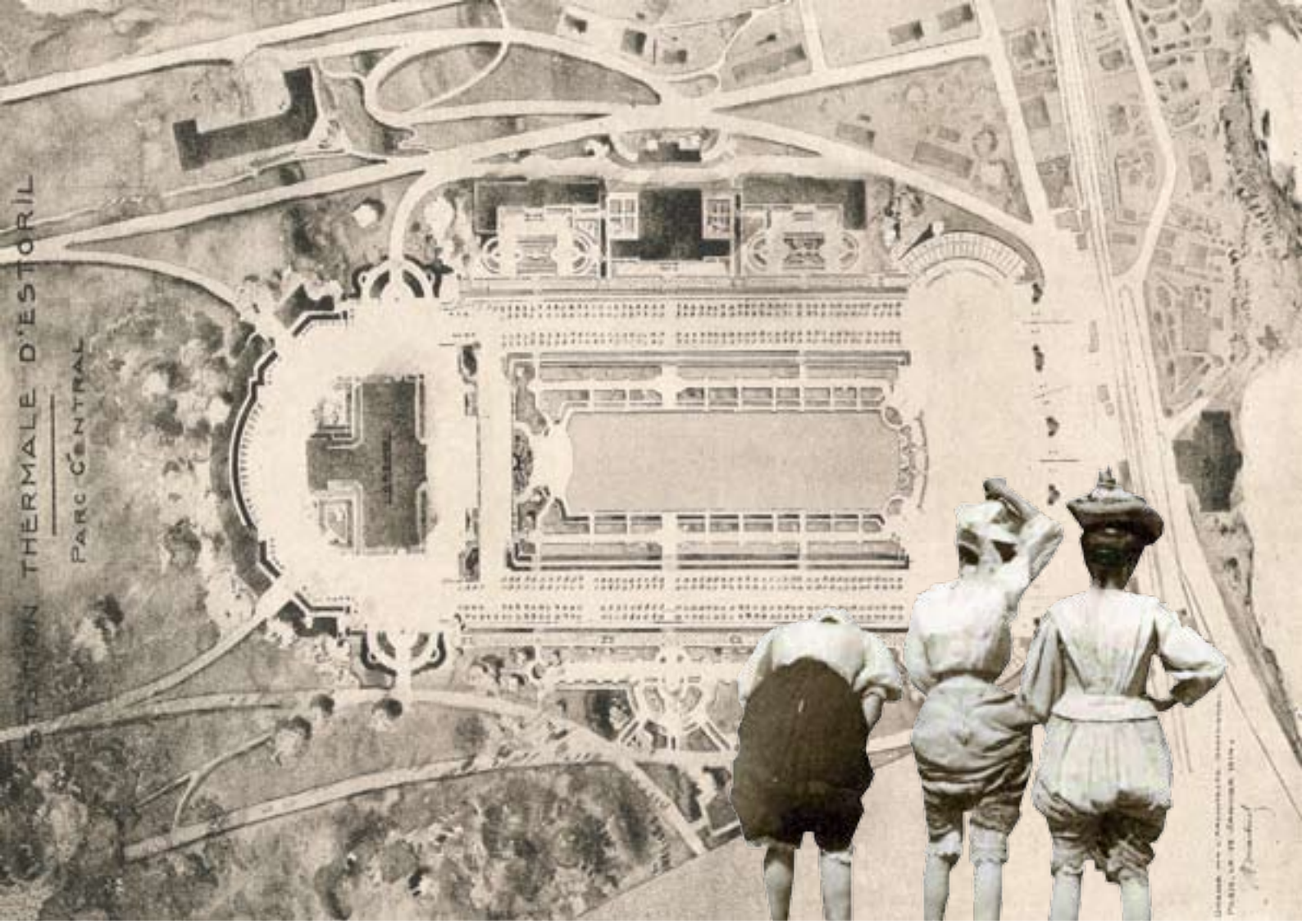


Susana Luísa Mexia Lobo

ARQUITECTURA E TURISMO: PLANOS E PROJECTOS

AS CENOGRAFIAS DO LAZER NA COSTA PORTUGUESA, DA 1.ª REPÚBLICA À DEMOCRACIA

PARTE I

Dissertação de Doutoramento na área científica de Arquitectura, especialidade de Teoria e História, orientada pelo Professor Doutor José António Bandeirinha e pela Professora Doutora Ana Tostões e apresentada ao Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra

Agosto 2012

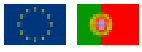
· U C ·

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

POPH
PROGRAMA OPERACIONAL POTENCIAL HUMANO

QREN
QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO NACIONAL
PORTUGAL 2007.2013



Susana Luísa Mexia Lobo

ARQUITECTURA E TURISMO: PLANOS E PROJECTOS

AS CENOGRAFIAS DO LAZER NA COSTA PORTUGUESA, DA 1.ª REPÚBLICA À DEMOCRACIA

PARTE I

Dissertação de Doutoramento na área científica de Arquitectura, especialidade de Teoria e História, orientada pelo Professor Doutor José António Bandeirinha e pela Professora Doutora Ana Tostões e apresentada ao Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra

Agosto 2012

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Resumo

A emergência no século XX de um Turismo de massas introduz um novo factor de ponderação na caracterização da sociedade moderna. Garantido o acesso a melhores condições de Trabalho e de Habitação, o direito ao descanso constitui uma, senão a mais, importante conquista social do início do século, conduzindo à regulamentação generalizada das férias pagas na década de 1930. O Lazer, ententido, agora, como uma actividade em si mesmo, iria gradualmente substituir o Trabalho na base da hierarquização das relações sociais e, consequentemente, *Da Organização do Espaço*, no sentido em que a uma "sociedade do lazer" correspondem, necessariamente, novas formas de percepção e de ocupação do território.

Mas, se o Turismo tem sido amplamente discutido e estudado enquanto fenómeno sociológico e económico, talvez o de maior impacto, a nível mundial, nos últimos cinquenta anos, o mesmo não se pode dizer da sua dimensão arquitectónica e urbanística, tema quase sempre secundarizado, se não ignorado, dentro da própria área disciplinar, mais interessada em abordar questões de forma e de programa relacionadas com a cidade tradicional do que os processos, muitas vezes espontâneos, da urbanização turística. Atitude algo contraditória num país como *Portugal,* [situado no cruzamento entre] *o Mediterrâneo e o Atlântico*, em que o desenvolvimento de um Turismo de "Sol e Praia", desde o início da década de sessenta, tem vindo a determinar a colonização, para fins especulativos, de toda a sua linha de costa.

É acerca das implicações do Lazer e, por conseguinte, do Turismo n'*A Arquitectura e a Vida* portuguesas que a presente dissertação procura reflectir, visando alertar para a urgência do debate, sucessivamente adiado, sobre o papel do Arquitecto, enquanto agente de transformação do território, na (re)criação do espaço litoral como cenário turístico, e, *vice versa*, as repercussões do Turismo, enquanto sector estratégico da economia interna, na actividade profissional.

O ponto de partida para a reflexão que se propõe é a análise da evolução do Turismo de costa, em Portugal, no período compreendido entre a implantação da República e a conquista da Democracia, no pressuposto de que é neste arco temporal que se define a matriz de uma experiência turística sobre a qual actuamos ainda hoje. Essa análise estrutura-se a partir de três momentos chave, em que a uma evolução das tipologias de turistas - o viajante, o veraneante e o turista, fazemos corresponder um desenvolvimento dos meios de transporte - o comboio, o automóvel e o avião, binómios operativos a que, por sua vez, associamos programas e modelos específicos de uma "Arquitectura do Sol" e de um "Urbanismo Balnear", também, estes, conceitos em evolução. Naturalmente, nesta construção têm especial incidência as políticas oficiais traçadas para o sector. Políticas com evidentes reflexos no tipo e na proveniência dos investimentos realizados e, por isso, condicionadoras da acção dos arquitectos e urbanistas.

Embora incidindo numa leitura de carácter historiográfico, a investigação não deixa de ensaiar algumas ideias de futuro, na perspectiva de que só através de uma articulação informada e integrada entre Turismo, Território e Arquitectura se faz o caminho *"Hacia una costa inteligente"*. Porque *"o conhecimento do passado vale na medida do presente"*.

Palavras Chave

Turismo - Arquitectura - Território - Costa - Portugal - Século XX

Abstract

The emergence of mass tourism in the 20th century introduced a new factor in the characterization of modern society. Guaranteed the access to better working conditions and to housing, the right to "rest" is an important, if not the most important, social achievement of the early century, leading to the widespread regulation of paid holidays in the 1930s. Leisure, now perceived as an activity in itself, would gradually replace work at the basis of social relationships and, consequently, of *Da Organização do Espaço* (*The Organization of Space*), in the sense in which that to a "leisure society" would necessarily correspond new forms of territorial perception and occupation.

But while tourism has been widely discussed and studied as a sociological and economical phenomenon, perhaps the one with the greatest global impact in the past fifty years, the same cannot be said of its architectural and urban dimensions, almost always relegated to a secondary plan, if not ignored, within the disciplinary debate, more concerned with addressing issues of form and programme related to the traditional city than those of the, often spontaneous, processes of tourism urbanization. A somewhat contradictory attitude in a country like *Portugal*, [situated between] *o Mediterrâneo e o Atlântico* (the Mediterranean and the Atlantic), where the development of a "Sun and Beach" tourism, since the early sixties, has been decisive in the speculative colonization of most of its coastline.

It is on the implications of leisure and, therefore, Tourism in Portuguese *A Arquitectura e a Vida* (Architecture and Life) that this dissertation aims to reflect, bearing in mind the need for an urgent, but always postponed, debate on the Architect's role, as an agent of territorial transformation, in the (re)creation of coastal space as tourism scenery, and, *vice versa*, the impact of Tourism, while a strategic sector of the domestic economy, in the professional practice.

The onset for the proposed reflexion is the analysis of the coastal tourism evolution in Portugal, in the period between the establishment of the 1st Republic and the conquest of Democracy, in the assumption that it is in this time span that the matrix of a tourism experience, upon which we still operate today, is defined.

This analysis is structured by three key moments, in which to an evolution of the tourist typologies (the traveller, the holidaymaker and the tourist), we match the development of the means of transport (the train, the car and the airplane). Operative binominals to which, in turn, specific programmes and models of a "Sun Architecture" and a "Seaside Urbanism" are associated, also, these, concepts in evolution. In this construction, official policies thought for the sector have, of course, special incidence. Policies with obvious consequences on the type and source of the investments made and, thus, conditioning the action of architects and planners.

Although incurring over an historical point of view, the research cannot help essaying some ideas for the future, in the perspective that only an informed and integrated articulation between Tourism, Territory and Architecture can show the path *"Hacia una costa inteligente"* (Towards an intelligent coast). Because *"o conhecimento do passado vale na medida do presente"* (knowledge of the past is worth in terms of the present).

Key Words

Tourism - Architecture - Territory - Coast - Portugal - 20th Century

Agradecimentos

Candidatei-me a Doutoramento na área científica de Arquitectura, especialidade de Teoria e História da Arquitectura, pela Universidade de Coimbra em Maio de 2004. Tendo sido aceite, apresentei, na mesma altura, o pedido para a atribuição de uma bolsa de investigação à Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Pedido que foi avaliado favoravelmente, sendo-me concedido o estatuto de bolseira em Janeiro de 2005.

Todo este processo foi relativamente rápido. Lembro-me que em apenas duas semanas contactei os orientadores, elaborei o programa de trabalhos e submeti a proposta de Dissertação, primeiro, à FCTUC e, depois, à FCT. Em contrapartida, o trabalho de pesquisa e a elaboração do documento que agora se apresenta tem-me ocupado nos últimos mais de oito anos. Um "tempo longo" que se aproxima, em muito, ao da própria produção da Arquitectura, desde a concepção do projecto à concretização da obra. E como em qualquer obra, muitas foram as contribuições para o desenvolvimento e a realização deste trabalho, umas de carácter mais pontual, outras de sentido mais pessoal e profundo. Sem qualquer uma delas, nada do que se fez teria sido possível.

O meu agradecimento vai, num primeiro momento, para os orientadores da tese, o Professor Doutor José António Bandeirinha e a Professora Doutora Ana Tostões, que prontamente aceitaram fazer parte deste projecto e me acompanharam nesta viagem, sem nunca perder o empenho, o entusiasmo e, sobretudo, a esperança. Aos dois devo, também, o apoio incondicional e a amizade sempre presentes ao longo deste e de outros "percursos".

À Fundação para a Ciência e a Tecnologia agradeço a atribuição da bolsa de investigação que, verdadeiramente, foi o motor deste trabalho, permitindo a dedicação exclusiva ao tema em estudo, entre 2005 e 2008.

Durante esse período foram muitos os arquivos consultados. Em todos eles fui sempre bem recebida e guardo com reconhecimento e apreço o interesse, a atenção e a permanente disponibilidade para ajudar dos seus directores e funcionários. Quero, assim, agradecer formalmente: ao Arquitecto Victor Campos, ex-director da Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU), à Dra. Elvira Mesquita e à D. Maria do Céu Pinto de Sousa, D. Leonor Banza, D. Maria João Caria e D. Anabela Nogueira; ao Dr. Luís Patrão, ex-Presidente do Turismo de Portugal, e ao Arquitecto Luís Boavida Portugal, ex-Director do Departamento de Empreendimentos e Actividades, assim como, aos responsáveis e funcionários da DinDocs, na Venda do Pinheiro, que me guiaram pela consulta do arquivo da antiga Direcção-Geral do Turismo; ao Coronel Engenheiro Geógrafo Arménio Castanheira, ex-Presidente do Instituto Geográfico Português (IGP), e ao Dr. Paulo Estrela, da Cartoteca; ao Dr. José Afonso Furtado, ex-Director da Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian, à Dra. Constança Rosa e à Dra. Ana Barata; à Dra. Cristina Veiga, ex-Directora dos Serviços de Documentação e Comunicação do Ministério das Obras Públicas, e à Dra. Alda Vicente, da Biblioteca e Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações; ao Dr. José Alarcão Troni, ex-Presidente do Conselho de Administração do Instituto Nacional de Aproveitamento dos Tempos Livres (INATEL); ao Arquitecto Jorge Eusébio, ex-Director da Direcção de Serviços de Gestão Territorial da Comissão de Coordenação da Região do Algarve (CCRA); à Engenheira Zélia Galinho da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região de Lisboa e Vale do Tejo (CCDRLVT); ao Dr. Miguel Afonso do Arquivo Municipal da Marinha Grande; e aos funcionários do Instituto dos Arquivos Nacionais Torre do Tombo, da Biblioteca Nacional de Portugal, da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, e da Biblioteca do Colégio de Arquitectos da Catalunha (COAC), em Barcelona.

À Doutora Margarida Souza Lôbo devo um especial agradecimento por me ter facultado consultar e copiar os seus exemplares de *Lisbonne - Urbanisation de la Région Ouest - Remodelation & Aménagement de la Costa do Sol*, de Donat--Alfred Agache, e do *Plano Director de Lisboa*, de Etienne De Gröer, e pelas, sempre, interessantes trocas de impressões sobre a evolução da prática do Urbanismo, em Portugal, ao longo do século XX.

Também o convite da Professora Doutora Margarida Pereira para participar nas Jornadas Europeias do Património de Oeiras, em Setembro de 2008, sob o tema "O Plano de Urbanização da Costa do Sol: uma visão inovadora para o território", foi fundamental para a compreensão daquela prática.

À Professora Doutora Raquel Henriques da Silva agradeço a disponibilidade e a ajuda em encontrar o original do folheto-albúm *Estoril: Estação Maritima, Climaterica, Thermal e Sportiva* e o incentivo na prossecução desta Dissertação.

Aos meus colegas, e amigos, o Professor Doutor Gonçalo Canto Moniz e o Arquitecto Pedro Baía agradeço terem partilhado comigo a visita aos arquivos pessoais do Arquitecto Carlos Ramos e do Arquitecto Francisco da Conceição Silva, respectivamente, em que tive o prazer de conhecer e de conversar com o Arquitecto Carlos Manuel Oliveira Ramos e com o Arquitecto João Pedro Conceição Silva que gentilmente me cederam o acesso a informação, documental e gráfica, fundamental para o desenvolvimento deste trabalho. Também ao Arquitecto Nuno Correia agradeço a amizade e a pronta disponibilidade com que partilhou comigo a informação que recolheu no Arquivo Oriol Bohigas sobre a realização dos *Pequeños Congresos* em Espanha.

À Arquitecta Emmanuela Quinta devo o entusiasmo da descoberta na troca de impressões e de informação sobre São Pedro de Muel, e ao Arquitecto José Gil Gama, meu orientando de Mestrado Integrado, agradeço todo o empenho e a dedicação que demonstrou ao longo da sua investigação sobre a evolução do Turismo na Madeira, que, pela sua qualidade e pelo carácter inédito de muitos dos elementos apresentados, representou um contributo valioso para esta Dissertação. Agradeço-lhe, igualmente, a

disponibilidade para procurar, junto do Arquivo da Direcção-Geral de Turismo da Madeira, outra informação que lhe fui solicitando, numa fase posterior.

Aos meus ex-professores, colegas e amigos do Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra fica o meu apreço por uma cumplicidade de longa data. Com eles descobri, e continuo a descobrir, a aprender e, mais do que isso, a ensinar. Agradeço a todos, sem excepção, a sua amizade e a confiança que depositaram em mim.

Pelo papel que desempenharam em importantes momentos do meu percurso como docente, não posso, no entanto, deixar de evidenciar e de reconhecer publicamente o apoio e o estímulo do Professor Arquitecto Raul Hestnes Ferreira, do Professor Doutor Mário Krüger, do Professor Doutor José António Bandeirinha, do Professor Doutor José Fernando Gonçalves, do Professor Doutor Victor Murtinho e do Professor Doutor Jorge Figueira.

Ao Joaquim de Almeida, ao Carlos Antunes e à Susana Constantino fica um agradecimento especial pelo seu companheirismo nos últimos três anos e por uma relação de amizade e de cumplicidade que fica para o resto da vida.

Aos funcionários do Departamento de Arquitectura da FCTUC agradeço toda a simpatia, atenção e paciência com que sempre me trataram. É pela sua dedicação e preocupação permanentes que o DArq representa, para mim, uma segunda casa. Assim, à Doutora Graça Simões, à D. Licínia Salgado, ao Dr. José Manuel Faustino, à D. Lurdes Figueiredo, à D. Lurdes Eufrásio, à Dra. Paula Almeida, à Dra. Rita Alves, à Dra. Sílvia Damas, à Dra. Vanessa França, à D. Graça Tavares, ao Sr. Rodrigues e ao Sr. Cardoso, mas também à Sandra e à Susana, fica o meu muito obrigada por toda a sua ajuda e pelas palavras de carinho nos momentos mais difíceis.

Ao Nuno Nina agradeço, também, a amizade, a disponibilidade e a ajuda preciosa na impressão e na encadernação deste trabalho.

E porque nos cruzámos, num momento ou noutro, nesta aventura do Doutoramento, e, por isso, partilhámos medos e dúvidas, mas também descobertas e alegrias, quero, ainda, agradecer as palavras de encorajamento dos meus colegas e amigos Adelino Gonçalves, António Bettencourt, Gonçalo Canto Moniz, José Cabral Dias,

Luís Miguel Correia, Maria Fernandes, Nelson Mota, Nuno Correia, Ricardo Jerónimo, Rui Vaz Alves, Antonieta Porto, João Fôja, João Gomes, Marta Macedo e Patrícia Miguel.

Aos meus alunos devo a vontade sincera de continuar a aprender e de ser melhor, como docente e como pessoa. É por eles que continuo a lutar pela minha, agora nossa, Escola. A todos eles, muito obrigada por reconhecerem o meu trabalho e a minha dedicação. Pelo impacto que tiveram em mim, agradeço, muito em particular, aos meus alunos de Projecto I.

Aos meus orientandos de Mestrado Integrado agradeço a confiança com que me distinguiram e os desafios que me lançaram.

Por fim, vêm os amigos, que são amigos por várias circunstâncias da vida que não só a Arquitectura. E a família. A uns devo desculpa pelos meus silêncios, esquecimentos e ausências e agradeço a sua presença permanente, apesar de tudo isso. Aos outros dedico este trabalho, que também é um pouco deles: aos meus pais, Lélio e Maria Luísa, aos meus irmãos, Rui e João, e, muito em especial, aos meus sobrinhos, Pedro, Filipa, André, Mariana, Laura e Francisco, porque sem eles a vida não tinha sentido.

Ao António agradeço por ser as duas coisas ao mesmo tempo, meu amigo e minha família, e por muito mais do que isso.

Sumário

Resumo 1
Abstract 3
Agradecimentos 5
Sumário 11
Introdução: Desenhar o limite 17

Parte I
O comboio e o viajante: a atracção do litoral 47

Capítulo 1 51
1.1. Por um projecto de Turismo: a institucionalização do sector 53
As bases criadas pela 1.ª República:
da Sociedade Propaganda de Portugal à Repartição de Turismo 55
A pedagogia de um olhar: o *Guia de Portugal* 81
1.2. *As Praias de Portugal*: espaço terapêutico e espaço lúdico 101
O "banho de mar" 103
As primeiras estâncias de vilegiatura balnear 128
Cascais 134
A Foz 153
A Granja 166
Praias Cosmopolitas: a Figueira da Foz, Espinho e a Póvoa de Varzim 192
1.3. *Estoril: Estação Maritima, Climaterica, Thermal e Sportiva* 297
A Companhia Monte Estoril 299
Os "Banhos da Poça" e o "Pátio do Viana" 309
"Uma Iniciativa Grandiosa" 314
Estoril: Estação Maritima, Climaterica, Thermal e Sportiva 321
"O futuro Estoril" 325
Síntese de modelos 334
A urbanização do Parque Estoril 345
A internacionalização do Estoril 352

Parte II
O automóvel e o veraneante: ao volante pela Marginal 367

Capítulo 2 371
2.1. ***Turismo: Fonte de Riqueza e Poesia*** 373
A regulamentação das Zonas de Jogo: o Casino e o Hotel 375
Do *Palace* à Pousada: o "Hotel" em debate 425
2.2. Turismo e Obra Pública: desenhar a costa 479
Planos Gerais de Urbanização 481
Urbanismo "balnear": a definição de um modelo 498
Praias Portuguesas: a "Margem" como "Centro" 561
2.3. O Plano de Urbanização da Costa do Sol: de Agache a De Gröer 585
A "Costa do Sol" 587
Lisbonne - Urbanisation de la Région Ouest - Remodelation & Aménagement de la Costa do Sol 597
Do Rio a Lisboa 603
As ligações a Lisboa 609
A estrutura regional 614
Os planos de pormenor locais 619
O Gabinete do Plano de Urbanização 625
O Plano Geral de Urbanização e Extensão de Lisboa 634
A Costa do Sol de Etienne de Gröer 643
Relatório Geral do Plano de Urbanização da Costa do Sol 649
O PUCS como modelo urbanístico 668

Capítulo 3 673
3.1. Repouso proletário: da *ciutat* à colónia 675
Ciutat de Repòs i de Vacances: la necesidad de la vida al aire libre 677
A democratização do lazer: o direito a férias pagas 701
Alegria no Trabalho: a instrumentalização dos tempos livres 711
Colónias de férias balneares: Itália, Alemanha, Portugal e Espanha 719
3.2. A segunda residência: casas de férias 743
Núcleos residenciais de veraneio 745
Praia de Fão 747
S. Pedro de Muel 796
Refúgios pessoais 878
3.3. A outra costa: da Caparica 903
Praia Atlântico 905
"Um lugar ao Sol" 939
"Praia do Sol" 959
O Plano de Urbanização do Concelho de Almada 963
O Plano de Urbanização da Costa da Caparica 969
Entre a Cidade-Jardim e a Carta de Atenas 980

Parte III
O avião e o turista: *sun, sand, sea & bikini* 987

Capítulo 4 991
4.1. Turismo de massas: planear o ócio 993
Por uma indústria do Turismo: da "Utilidade" ao "Estatuto" 995
Rumo ao Sul: Francisco Keil do Amaral e o Algarve 1011
"Nuvens Negras" ou neocolonialismo do espaço de qualidade 1015
Bases para o desenvolvimento turístico do Algarve 1020
Algarve: "Região de Turismo" 1029
Plano de Valorização Turística do Algarve 1033
Plano Regional do Algarve 1048
Estudo Preliminar do Ordenamento Paisagístico do Algarve 1083
O Algarve e modelo francês do *Littoral Languedoc-Roussillon* 1093
A organização do sector:
o II Congresso Nacional e os Planos de Fomento 1111
4.2. Arquitecturas do Sol: as cenografias do lazer 1123
O "Hotel de Praia" e a "Piscina de Mar" 1125
Tipologias emergentes:
Megaestruturas, Aldeamentos e Cidades de Turismo 1278
O *Casino Park Hotel* 1280
Pedras d'el Rei e Aldeia das Açoteias 1308
Vilamoura 1333
4.3. Francisco Conceição Silva: o arquitecto do Turismo 1379
O Hotel do Mar 1381

O Hotel da Balaia 1427
(Des)Encontro de Franciscos 1476
Troia 1483

Conclusão: (Re)Pensar a costa 1545
Referências Bibliográficas 1555
Fontes Documentais 1625
Índice Geográfico 1635

Introdução
Desenhar o limite

Gosto particularmente de mapas. De mapas e de fotografias aéreas. Não é qualquer tipo de obsessão e sei muito pouco de Geografia. Não. Este fascínio por mapas tem mais a ver com a sua condição de objectos do que, propriamente, com a sua função enquanto instrumentos do domínio científico. E quando falo de mapas, falo, em especial, de cartografia antiga. É curioso ver como o mesmo território é representado com diferentes formas, sob olhares distintos. Como a fronteira entre a Terra e o Mar se vai desenhando, numa espécie de "dança", por aproximações sucessivas. Como o desenho desse limite começa por ser uma linha e vai ganhando "espessura".

São os mapas da costa, para mim, os mais intrigantes, pelo imaginário que encerram de descoberta e aventura. De descoberta, na escrita exacta do contorno da Terra. De aventura, na sugestão de novos mundos. Mundos que se projectam "para lá" do Mar. Um Mar povoado pelas mais fabulosas criaturas.

Os mapas são, por isso, também, viagens. Concretas ou em potência. Contêm uma narrativa. Do passado e do futuro. Sobre a qual se constroem novas viagens, novos mapas e novos territórios. Tudo isto condensado num único objecto. Num modelo à escala, que podemos manusear e transportar connosco. Para todo o lado.

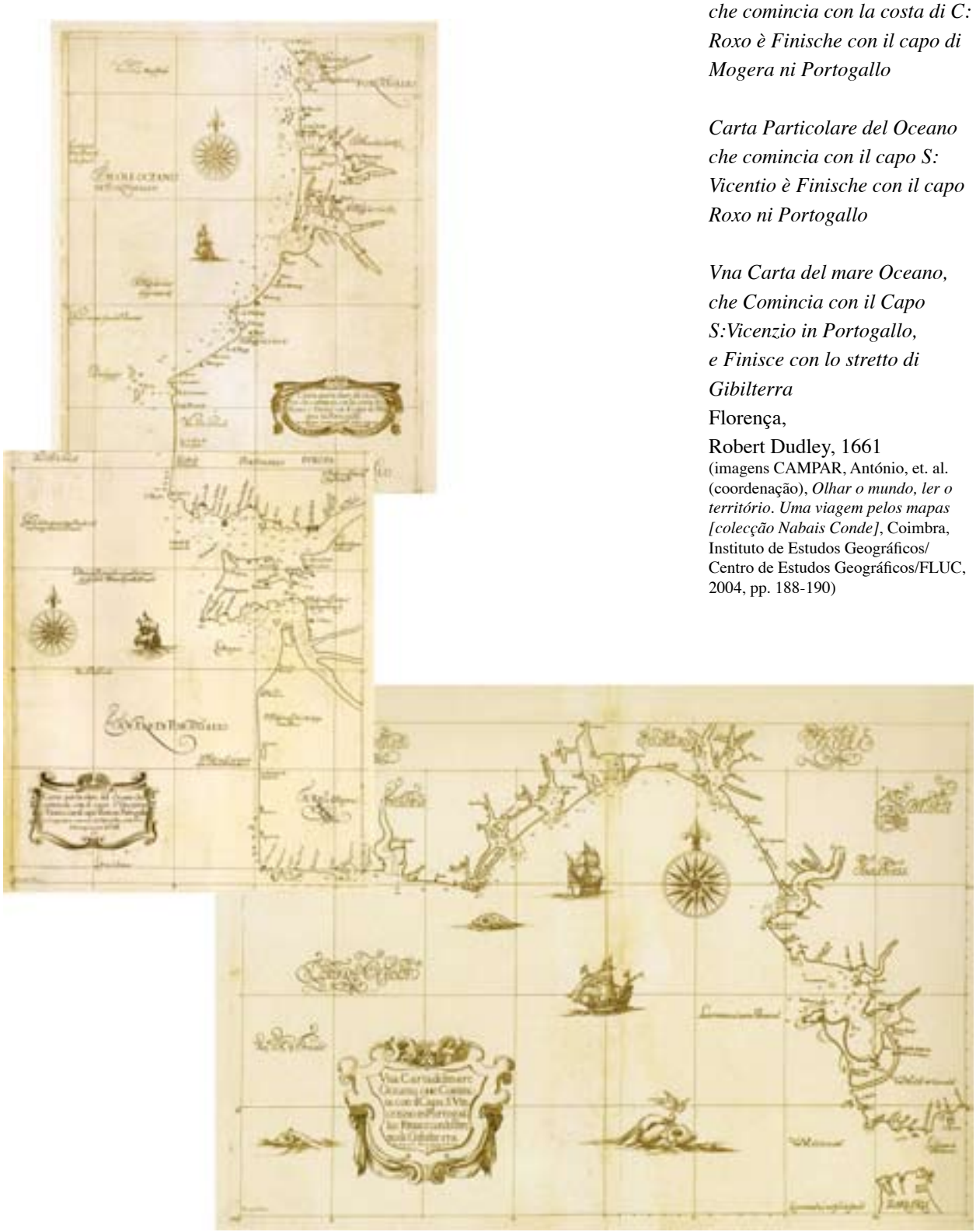
As fotografias aéreas têm algo de mapa. São, como eles, "olhares verticais". Perspectivas vertiginosas, que nos falam da relação do Homem com a Natureza. Da força telúrica e sublime da paisagem natural. E da necessidade do ser humano de a domesticar.

De transformar o meio físico em que se inscreve. De se apropriar do espaço através do seu desenho, da sua organização. De imaginar uma outra realidade.

Os mapas e as fotografias aéreas são, assim, produto da curiosidade. Da vontade de conhecer para, depois, interpretar e intervir. Ou não. E, nessa dupla dimensão, de documentos de registo e de acção, apresentam-se, eles próprios - os mapas e as fotografias -, como "curiosidades". Fixam uma circunstância que deixou de ser. Naquele preciso momento. Porque o território não é estático. Está em permanente transformação. Nesse sentido, são, de certa forma, objectos "fora de tempo", que nos revelam as incertezas e aspirações da sociedade coetânea.

Este trabalho é como um mapa. Um mapa ou uma fotografia aérea. Uma viagem que conta uma história e, ao mesmo tempo, sugere novas leituras. Diferentes. Um "olhar vertical" sobre um território em evolução. Mas, acima de tudo, este trabalho é sobre a curiosidade. Sobre a inevitabilidade de compreender para saber actuar. Por se fixar no espaço e no tempo, tem as suas limitações. Por se projectar "para lá" de si próprio, é, noutro sentido, também ele, "fora de tempo".

Como nas *Carte Particolare del Oceano*, de Robert Dudley, aquilo que se representa é a costa. A costa portuguesa, de Moledo a Montegordo. Já não no século XVII, mas no século XX. Já não no intuito do reconhecimento do espaço litoral para a sua ocupação com fins defensivos e administrativos, mas da sua reinvenção e colonização sob o impulso do fenómeno turístico. Turismo que é um dos grandes motores do desenvolvimento da sociedade e, consequentemente, do território no século XX e, indiscutivelmente, o principal programa, urbanístico e arquitectónico, que caracteriza este período. Definindo a fronteira entre a Terra e o Mar, a costa é, por isso, o lugar privilegiado da construção da nova "civilização do lazer". E caberia, agora, aos arquitectos e urbanistas desenhar esse limite.



Carta Particolare del Oceano che comincia con la costa di C: Roxo è Finische con il capo di Mogera ni Portogallo

Carta Particolare del Oceano che comincia con il capo S: Vicentio è Finische con il capo Roxo ni Portogallo

Vna Carta del mare Oceano, che Comincia con il Capo S:Vicenzio in Portogallo, e Finisce con lo stretto di Gibilterra
Florença,
Robert Dudley, 1661
(imagens CAMPAR, António, et. al. (coordenação), *Olhar o mundo, ler o território. Uma viagem pelos mapas [colecção Nabais Conde]*, Coimbra, Instituto de Estudos Geográficos/ Centro de Estudos Geográficos/FLUC, 2004, pp. 188-190)

Tema

Fenómeno relativamente recente, a vilegiatura marítima, enquanto actividade social e económica de dimensão territorial, teria as suas repercussões na organização do espaço litoral, assistindo-se, no último século, a transformações profundas na conformação daquele território. A construção conceptual da Praia, fundamentada numa cultura balnear, também ela, em aferição, iria determinar a urbanização progressiva de toda a faixa costeira, num processo de apropriação da paisagem natural existente. Processo que, pela especificidade da implantação, pela novidade do programa e pela temporalidade daquela prática, implicou a formulação de modelos próprios, de ordenação territorial e de expressão arquitectónica, na definição da imagem da estância e do território balneares.

O ponto de partida para essa formulação seria a crítica às formas, então, correntes de urbanização e de edificação associadas à cidade tradicional, na perspectiva de que ao Ócio e ao Lazer deveriam corresponder cenografias diferentes, se não opostas, às da vida quotidiana do Trabalho, contextualizando no espaço cada uma dessas experiências e, por consequência, reforçando o corte formal entre um tempo e o outro. Nesta leitura, valoriza-se, pelas suas qualidades terapêuticas e recreativas, o contacto com a Natureza, numa correspondência directa entre a fruição do elemento natural e a fruição do tempo livre. Relação que vai evoluir com a gradual expansão do tempo livre das classes populares urbanas, resultado de importantes conquistas laborais, obrigando a um enquadramento cultural e espacial do Lazer nas suas diferentes expressões temporais: diário, semanal e anual.

A costa, entendida como "espaço entre" a Praia e a Serra, ou o Mar e o Campo, vai exercer, neste contexto, uma forte atracção, apresentando-se como epítome máximo daquela relação. Um território "vazio", que seria necessário planear e equipar para a crescente massa de pessoas que, agora, o procuram.

A dissertação que se apresenta propõe-se, assim, estudar a produção urbanística e arquitectónica, em Portugal, associada a uma vilegiatura de costa. Prática que ganha expressão com a generalização do ritual do "banho de mar", associada à emergência, no século XX, de uma "civilização do lazer". Centra-se, por isso, no período chave do Estado Novo (1933-1974), que coincide com a génese e a consolidação de um Turismo de massas, mas sem deixar de olhar à República (1910-1926), para perceber as suas bases conceptuais.

Procura-se clarificar as repercussões culturais e territoriais daquela actividade. Por um lado, a partir do processo e das formas de construção de uma estratégia nacional de Turismo, decorrente das políticas oficiais de promoção turística do país que se começam a delinear na 1.ª República. Por outro, com base na transformação da paisagem litoral, cenário privilegiado da produção turística, determinada pela colonização progressiva da linha de costa para fins recreativos, como consequência da conquista de importantes benefícios sociais e materiais, como o direito a férias pagas e a democratização do acesso aos meios de transporte, colectivos e, sobretudo, individuais.

O espaço da análise é, por conseguinte, toda a faixa litoral portuguesa, considerada, por razões práticas, apenas na sua dimensão metropolitana e, sobretudo, continental[1]. Um território com 845 km de perímetro de linha de costa[2], divididos por duas frentes atlânticas: a ocidental e a meridional. O olhar foca-se nas estâncias de vilegiatura balnear marítima envolvendo intervenções urbano-turísticas planeadas, quer as que surgem apoiadas em antigos aglomerados de pescadores, quer as que são alvo de planeamento estatal, quer, ainda, as que são construídas de raiz, ou *ex nuovo*. Mas, foca-se também, nas peças, urbanas e arquitectónicas, que caracterizam, em cada momento, essa colonização balnear, determinando a evolução da imagem da *ville de bains*.

[1] Faz-se uma ou outra incursão aos arquipélagos dos Açores e da Madeira.
[2] Segundo o *Guia de Portugal*, de Raul Proença. (Cf. PROENÇA, Raul, *Guia de Portugal: Lisboa e Arredores*, Volume I, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1982. p. 15. (Texto integral que reproduz fielmente a 1.ª edição publicada pela Biblioteca Nacional de Lisboa em 1924))

Nesse sentido, pretende-se, por um lado, documentar o aparecimento e o desenvolvimento, em Portugal, de um urbanismo de carácter balnear, que se constrói pela adaptação ou reinterpretação de modelos "emprestados" de outras formas de urbanização. Por outro, mapear a produção arquitectónica que dá expressão a uma mesma cultura balnear, pela formulação de programas e de tipologias que lhe são específicos.

Ainda que circunscrita à realidade portuguesa, essa análise não poderia deixar de abordar alguns exemplos exteriores, mais especificamente espanhóis e franceses, que têm particular influência ou servem de modelo para a construção, no século XX, de um urbanismo e de uma arquitectura balneares, associados, respectivamente, à génese, nos anos trinta, e à consolidação, nos anos sessenta, de um Turismo de massas.

O tempo longo é o da definição, em 1864, do Domínio Público Marítimo, regulamentado pela mesma legislação que introduz, em Portugal, a figura dos Planos Gerais de Melhoramentos, até à suspensão, em 1974, das políticas oficiais de Turismo, com a queda do Estado Novo e a consequente instauração da Democracia. Políticas oficiais que só seriam retomadas com a implementação, em 1986, de um primeiro Plano Nacional de Turismo[3]. O tempo dos casos de estudo é o do lançamento, em 1914, do empreendimento do Estoril, primeira grande iniciativa turística, com projecção pública, lançada em Portugal, e a interrupção, em 1974, da urbanização de Tróia, simultaneamente, a primeira, em projecto, e a última, em construção, "Cidade de Turismo" portuguesa.

[3] O Plano Nacional de Turismo (PNT) é elaborado na sequência da Resolução do Conselho de Ministros N.º 52/83, de 5 de Novembro, e aprovado, a 14 de Fevereiro de 1986, pela Resolução N.º 17-B/86. Estabelecido para o triénio de 1986-1989, o PNT aponta um conjunto de princípios orientadores para o sector, incluindo as finalidades principais da actuação do poder público, e institui quatro figuras de ordenamento turístico: as Regiões de Ordenamento Turístico (ROT); as Regiões Específicas de Aproveitamento Turístico (REAT); os Pólos de Desenvolvimento Turístico (PDT); e os Eixos de Desenvolvimento Turístico (EDT). Mas, talvez, as medidas mais relevantes que são avançadas neste documento dizem respeito à necessidade de uma intervenção estatal na Costa do Estoril e na Costa da Caparica, pela elaboração urgente de planos de ordenamento físico para aquelas duas zonas turísticas, e no Algarve, pela suspensão imediata do lançamento de novos projectos turísticos para esta região, já saturada. (Cf. GASPAR, Jorge, SIMÕES, José Manuel, "Parte III: Planeamento e Desenvolvimento", in MEDEIROS, Carlos Alberto (Direcção), *Geografia de Portugal: Planeamento e Ordenamento do Território*, Mem Martins, Círculo de Leitores, 2006, pp. 202-204)

Tese

A hipótese é a de que, apesar de o Turismo ser visto, em grande medida, como um processo parasitário da construção do território e entendido, no debate disciplinar da Arquitectura, como um tema secundário, ou menor, a verdade é que, em Portugal, são os urbanistas e os arquitectos os principais actores na materialização de uma política e de um projecto turísticos nacionais. E que, apesar de ausente das preocupações e das grandes reflexões de classe, o Turismo de massas é "o" tema urbanístico e arquitectónico que caracteriza o século XX e um dos de maior impacto na actividade dos profissionais portugueses.

Estado da Arte

Ao tema proposto foram já feitas alguma aproximações, no entanto, quase todas elas vinculadas ao contexto espanhol, país para o qual o Turismo representa, ainda hoje, um dos principais, se não o principal motor de desenvolvimento económico e territorial. Mesmo assim, em *Arquitectura y Turismo: Planes y Proyectos*, obra que, em grande medida, fundamenta o trabalho que se apresenta e da qual, inclusivamente, se pede "emprestado" o título, Rosa Barba e Ricard Pié sublinham que *"la escasez de material disponible en las aspectos de la formación territorial en este campo, sorprende si se compara con la importancia que tiene hoy el turismo en la formación de PIB, y asusta cuando se sabe de los graves desmanes que el desarrollo turístico también ha producido, degradando la calidad ambiental y colocando en una situación muy difícil a territorios, pendientes ahora mismo de dificultosas remodelaciones para su supervivencia"*[4]. Também Manuel Gausa, num artigo mais recente para o jornal *El País*, intitulado "Hacia una costa inteligente", começa por referir que *"España es uno de los mayores destinos mundiales en turismo y costa y, sin embargo, durante años se ha producido en el país una situación paradójica:*

[4] BARBA, Rosa, PIÉ, Ricard, *Arquitectura y Turismo: Planes y Proyectos*, Barcelona, Centre de recerca i projectes de paisatge (CRPP)/UPC, 1996, p. 15.

si bien el turismo representaba la primera actividad económica y probablemente el primer agente de transformación del territorio, al mismo tiempo, éste era considerado como un fenómeno menor, despreciado (si no ignorado) por una cultura oficial más interesada en aspectos esenciales de la geografía o la ciudad tradicionales que en aquellos propios de un espacio - el de la costa - demasiado 'selvaje', sujeto a procesos casi espontáneos y aparentemente ajenos a las lógicas racionales de la ortodoxia planificadora".[5]

Estas afirmações não deixam de ser reveladoras se tivermos em consideração que é, talvez, neste país que de uma forma mais sistemática e recorrente se tem discutido a relação entre Urbanismo, Arquitectura e Turismo. Basta lembrar que dos dez *Pequeños Congresos de Arquitectura* realizados, entre 1959 e 1969, sob a iniciativa de Carlos de Miguel e Oriol Bohigas, três foram dedicados, exclusivamente, ao tema[6], produzindo conteúdos específicos para as revistas *Arquitectura*[7] e *Cuadernos de Arquitectura*.[8]

Que na década seguinte, o sociólogo Mario Gavíria coordena dois importantes projectos de investigação sobre o Turismo de Praia em Espanha, com contribuições fundamentais para o entendimento da produção do espaço turístico, avançando, em *España a Go-Go: Turismo charter y neocolonialismo del espacio*[9], com os conceitos de *"neocolonialismo del uso del espacio de calidad"* e de *"producción neocolonialista del espacio de calidad"*.

---

[5] GAUSA, Manuel, "Hacia una costa inteligente", *El País*, 1 Septiembre 2007, p. 13.

[6] O 3.º PPCC (San Sebastián, 1960), dedicado a "La arquitectura vinculada al uso turístico del territorio", e os 5.º (Málaga, 1963) e 6.º (Tarragona, 1963), ambos incidindo sobre os problemas do "Urbanismo turístico". (Cf. CORREIA, Nuno, *O nome dos Pequenos Congressos: A primeira geração de encontros em Espanha 1959-1967 e o Pequeno Congresso de Portugal*, Tesina de Master em Teoría e Historia de la Arquitectura, Barcelona, Departamento de Composición Arquitectónica ETSAB, Universitat Politècnica de Catalunya, 2010)

[7] Que dedica o seu número de Maio de 1964 ao *Pequeño Congreso* de Tarragona, e abre com uma apresentação do, então, Ministro de Información y Turismo, Manuel Fraga Iribarne, intitulada "Arquitectura y Turismo". (Cf. *Arquitectura: Organo del Colegio Oficial de Arquitectos de Madrid*, Madrid, Año 6, N.º 65, Mayo 1964)

[8] Que dedica dois números seguidos ao tema "El Turismo en la costa", com artigos da área da sociologia e da economia, para além do urbanismo e da arquitectura, propondo, assim, uma visão multidisciplinar e interdisciplinar do fenómeno do Turismo de massas na costa espanhola. (Cf. *Cuadernos de Arquitectura: Publicación del Colegio Oficial de Arquitectos de Cataluña y Baleares*, Barcelona, N.º 64 e N.º 65 (Turismo en la costa), 1966)

[9] GAVIRIA, Mario (dirección), *España a Go-Go: Turismo charter y neocolonialismo del espacio*, Madrid, Ediciones Turner, 1974, a que se segue GAVIRIA, Mario (dirección), *Turismo de Playa en España: Chequeo a 16 ciudades nuevas del ocio*, Madrid, Ediciones Turner, 1975.

E que, em 1988, a revista *Urbanismo* volta a pegar na questão do "Urbanismo en Areas Turísticas"[10], para defender, por um lado, a redifinição do modelo territorial de implantação turística, "*que debería basarse en criterios de crecimiento cualitativo y no puramente expansionista,"*[11], por outro, a elaboração de planos de desenvolvimento turístico à escala regional e, mesmo, nacional, e, por fim, a reabilitação das áreas turísticas mais degradadas, quer pela contenção da urbanização, quer pela adopção de medidas conservacionistas. Isto na convicção de que *"estamos ante la necesidad de reconocer que el fenómeno turístico ha cambiado la escala de nuestro territorio y precisa de otros niveles de administración, planeamiento e inversión, que hasta la fecha no se han considerado"*.[12]

Dez anos depois, a revista *VIA-Arquitectura* inaugura a sua edição com o tema "Turismo", apresentando uma selecção exaustiva das obras mais interessantes realizadas na Comunidade Valenciana, desde os anos cinquenta, sob o impulso do Turismo, reivindicando que *"es necesario recuperar el poder de esta disciplina hacia una mejor calidad y un desarollo sostenible"*[13] e defendendo *"la arquitectura como respuesta"*.

Valência que foi palco da realização, em Novembro de 2003, do IV Congresso Fundação DOCOMOMO Ibérico, em torno do tema "Arquitectura Moderna y Turismo: 1925-1965". Evento que surge três anos depois da publicação de *Costa Ibérica: Upbeat to the leisure city*[14], que de "Ibérica" tem apenas o nome, estando Portugal fisicamente recortado de todos os mapas e quantitativamente ausente em todos os gráficos elaborados, como se a "Cidade Linear" em que se transformou a "Costa Ibérica",

---

[10] *Urbanismo: Revista del Colegio Oficial de Arquitectos de Madrid*, Madrid, N.º 4 (Urbanismo en Areas Turísticas), Mayo 1988.
[11] VERA, Fernando J., "Crisis del poblamiento turístico en el litoral mediterráneo español: consideraciones sobre su ordenación y rehabilitación", *Urbanismo: Revista del Colegio Oficial de Arquitectos de Madrid*, Madrid, N.º 4 (Urbanismo en Areas Turísticas), Mayo 1988, p. 14.
[12] BARBA CASANOVAS, Rosa, PIÉ NINOT, Ricard, "Espontaneísmo, recursos y problemas del turismo costero catalán", *Urbanismo: Revista del Colegio Oficial de Arquitectos de Madrid*, Madrid, N.º 4 (Urbanismo en Areas Turísticas), Mayo 1988, p. 46.
[13] *VIA-Arquitectura: Colegio Oficial de Arquitectos de la Comunidad Valenciana*, Valência, N.º 1 (Turismo), 1997.
[14] MVRDV, *Costa Ibérica: Upbeat to the leisure city*, Barcelona, Actar, 2000.

segundo a descrição dos autores, desaparecesse, por "magia", entre Caminha e Vila Real de Santo António.

O DOCOMOMO de Valência constitui, assim, muito provavelmente, a primeira, e, talvez, a única, ocasião em que arquitectos dos dois países se juntaram para discutir, num espaço de reflexão próprio da disciplina, mas com a presença de profissionais de outras áreas, a produção arquitectónica e urbanística desenvolvida em Espanha e Portugal, durante o século XX, associada ao Turismo. Embora não se centrando especificamente num Turismo de costa, é sinal de um certo desinteresse dos arquitectos portugueses em relação à temática, o facto de, das onze comunicações apresentadas, apenas três tenham sido relativas ao contexto do nosso país.[15]

Também, em 1964, o Turismo de costa merece a publicação de dois números especiais da revista italiana *Casabella*, dirigida, então, por Ernesto Nathan Rogers. Sob o título "Coste Italiane", abordam-se, num primeiro momento, a "Urbanistica" e, num segundo, os "Esempi Tipologici", fazendo-se uma distinção entre intervenções na área do Urbanismo e na da Arquitectura. As duas edições contam com textos de abertura daquele arquitecto, "Homo Additus Naturae", em que defende que para *"rendere godibile il nostro territorio al maggior numero di persone"*[16] é necessário, simultaneamente, *"preservare e (...) inventare il paesaggio"*, e "Creazione del Paesaggio", no qual exorta *"i politici affinché pongano in primo piano il varo, più volte ritardato, della legge urbanistica che contempla tra le altre misure, quella degli espropri, dove possibile; e, in ogni caso, stabiliscano ferree regolamentazioni che, favorendo l'usufrutto di larghe masse, instaurino un nuovo equilibrio sul nostro territorio"*.[17]

---

[15] Susana Lobo com "Pousadas de Portugal: um projecto moderno, Manuel Mendes com "Cabo do Mundo - (des)locações da modernidade", e Ana Tostões com "Estilo Internacional, turismo e transformação do território ou as 'nuvens negras' profetizadas por Keil do Amaral". (Cf. CONGRESO FUNDACIÓN DOCOMOMO IBÉRICO, IV, Valencia, 2003. *Arquitectura Moderna y Turismo 1925-1965: Programa definitivo*. (documento dactilografado))

[16] ROGERS, Ernesto N., "Homo Additus Naturae", *Casabella Continuità: Rivista internazionale di architettura e di urbanistica*, Milano, N.º 283 (Coste Italiane I), gennaio 1964, p. 3.

[17] ROGERS, Ernesto N., "Creazione del Paesaggio", *Casabella Continuità: Rivista internazionale di architettura e di urbanistica*, Milano, N.º 284 (Coste Italiane II), febbraio 1964, p. 1.

Já os responsáveis pela redacção da revista, Francesco Tentori e Aldo Rossi, advertem, logo no primeiro número e a partir dos exemplos, *"altamente qualificati"*, que são apresentados, para três grandes questões gerais:

> *"1. anche la buona architettura e la buona 'urbanistica' non bastano a modificare lo sviluppo globalmente negativo della 'valorizzazione' turistica in atto sulle nostre coste. (...) Di più: gli interventi ad 'alto livello' sulle coste riproducono il fenomeno segregativo, dal punto di vista sociale, dei 'quartieri alti' delle città (...). Il fenomeno di fondo, il cosiddetto turismo di massa con le sue molteplici esigenze, rimane - d'altra parte - escluso da queste isole, senza risentirne la benché minima influenza o condizionamento positivo;*
>
> *2. le opere di valorizzazione turistica (...) si inseriscono in un quadro generale, nazionale, di 'spreco' del territorio naturale (...).*
>
> *3. fin tanto che il problema del turismo sarà visto settorialmente (slegato cioè da tutti gli altri problemi di sviluppo sociale, economico e civile) e per comprensori limitati (...) non esisteranno possibilità di modifica alla paurosa e caotica prospettiva dello sviluppo in corso."*[18]

Critica-se, assim, a intervenção limitada e sectorial dos arquitectos e dos urbanistas no que respeita à infraestruturação do Turismo, não abordando os reais desafios lançados pela massificação do Lazer, e o crescente desperdício do património natural do país, sob o pretexto da sua valorização turística.

Na francesa *L'Architecture d'Aujourd'hui*, ainda na década de sessenta, Georges Candilis[19] defende que *"un problème nouveau exige une architecture nouvelle"*[20], avançando em *Recherches sur L'Architecture des Loisirs*[21], publicado em 1973, com uma série de propostas para uma Arquitectura e um Urbanismo do Turismo de massas. Turismo que, distingue, *"es simplemente un aspecto del ocio"*[22] (na tradução espanhola).

---

[18] *Casabella Continuità: Rivista internazionale di architettura e di urbanistica*, Milano, N.º 283 (Coste Italiane I), gennaio 1964, p. 4.

[19] Candilis que, em 1971, participa no Concurso Internacional da Marina de Vilamoura (Cf. Fonds Georges Candilis (1913-1995), disponível em *archiwebture.citechaillot.fr*)

[20] CANDILIS, Georges, "Analyse critique de la place des loisirs dans l'architecture et l'urbanisme contemporains", *L'Architecture d'Aujour'hui,* Boulogne, 38e Année, N. 131 (Tourisme-Loisirs), Avril-Mai 1967, p. 14.

[21] CANDILIS, Georges, *Recherches sur L'Architecture des Loisirs*, Paris, Éditions Eyrolles, 1973.

[22] CANDILIS, Georges, *Arquitectura y urbanismo del turismo de masas*, Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 1973, p. 140.

Em Portugal, deve-se à historiadora Maria da Graça Briz a análise mais completa sobre as repercussões do fenómeno turístico no território litoral, a partir do estudo das tipologias arquitectónicas e dos planos urbanísticos a ele intrinsecamente associados. São da sua autoria, a tese de Mestrado, *A Arquitectura de Veraneio: Os Estoris - 1880/1930*, e, a tese de Doutoramento, *A Vilegiatura Balnear Marítima em Portugal 1870-1970: Sociedade, Arquitectura e Urbanismo*, ambas apresentadas à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa, a primeira, em 1989, e, a última, em 2003.

Neste último estudo, a autora estabelece como objectivo *"a caracterização urbanística e arquitectónica dos diferentes sítios, tendo em conta a época em que foram programados ou adaptados"*[23], no sentido em que defende que *"em todos os processos de 'colonização-instalação' existe sempre uma forte componente social e um fundo ideológico, declarado ou não"*. Cita Bernard Toulier como uma das suas motivações - *"le littoral, lieu priviligié de la villégiature des XIXe et XXe siècles est un véritable laboratoire d'expérimentations architecturales et urbanistiques dont les réalisations sont peu connues et particulièrement menacées"*[24] -, mas é na obra de Dominique Rouillard, *Le site balnéaire*[25], que fundamenta grande parte da sua pesquisa. Salienta, ainda, que *"o conjunto das investigações realizadas em Portugal, dentro da área específica que aqui nos ocupa, é bastante limitado"*, concentrando-se nas áreas da História, da Sociologia e da Geografia Humana.

No final, aponta o atraso de Portugal, em relação aos seus vizinhos europeus, na adesão à moda da vilegiatura balnear marítima, mas, uma vez implantada no nosso país, ressalta que esta prática teve maior impacto como modelo de comportamento social

[23] BRIZ, Maria da Graça Gonzalez, *A Vilegiatura Balnear Marítima em Portugal (1870-1970): Sociedade, Arquitectura e Urbanismo*, dissertação de doutoramento em História da Arte Contemporânea, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2003, p. 12.
[24] TOULIER, Bernard, "Littoral, Villégiature et Patrimoine", in *Trouville-Deauville, société et architectures balnéaires: 1910-1940*, Paris, Norma Éditions, 1992, p. 13.
[25] ROUILLARD, Dominique, *Le site balnéaire*, Liège, Pierre Mardaga, 1984.

e como modelo de produção arquitectónica, do que como motor para a experimentação de novas soluções de organização urbana e espacial, ou seja, como modelo urbanístico, como o foi noutras circunstâncias, em particular, em Inglaterra e em França, no final de oitocentos.

Embora tenha servido de base de partida para a nossa pesquisa, verificou-se, no entanto, neste trabalho, uma maior incidência da análise no século XIX e no início século XX, mais concretamente até ao projecto do Estoril, do que no restante arco temporal considerado, focando-se a leitura, neste último período, nos casos de Ofir, Tróia e Vilamoura.

Outras dissertações académicas vieram completar esta análise, de que se destacam as teses de Mestrado de Susana Henriques, sobre Francisco Keil do Amaral[26], e de Inês Leite, sobre Francisco Conceição Silva[27]. Figuras que, como avançamos e defendemos nesta dissertação, são os dois grandes "pensadores" do Turismo dentro da área disciplinar da Arquitectura, o primeiro, sobretudo, a partir das suas reflexões e estudos teóricos, e, o segundo, da sua actividade prática.

Anteriores a estes estudos são as contribuições de Carminda Cavaco para um esboço geográfico da evolução espacial do fenómeno turístico em Portugal[28], focando, mais em particular, os casos do Algarve[29] e da Costa do Estoril[30]. Trabalhos em que se expõem as políticas económicas que orientaram a expansão urbano--turística no nosso país e as suas implicações na organização do espaço litoral português, ao nível da sua estrutura territorial, social e produtiva.

---

[26] HENRIQUES, Susana Maria Tavares dos Santos, *Keil do Amaral: Urbanista. Tradição e Modernidade na sua obra*, dissertação de mestrado em Desenho Urbano, Lisboa, ISCTE, Janeiro 2000.

[27] LEITE, Inês de Sousa Gonçalves de Almeida, *Francisco da Conceição Silva: Para uma compreensão da obra e do grande atelier/empresa - 1946/1975*, dissertação de mestrado em História da Arte Contemporânea, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2007.

[28] CAVACO, Carminda, "O Turismo em Portugal: Aspectos Evolutivos e Espaciais", *Estudos Italianos em Portugal*, [s.l.], N.º 40-41-42, 1980. (Extratto)

[29] CAVACO, Carminda, "Geografia e Turismo no Algarve: Aspectos Contemporâneos", *Finisterra: Revista Portuguesa de Geografia*, Volume IV, Lisboa, N.º 8, 1969. (Separata)

[30] CAVACO, Carminda, *A Costa do Estoril: Esboço Geográfico*, Volumes I e II, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, 1981.

No início e no final dos anos noventa, a revista *Sociedade & Território* promove uma abordagem mais abrangente ao tema, em "Algarve" e "Territórios do Lazer & do Turismo", de que se destacam, com pertinência directa para o estudo que aqui se apresenta, as reflexões de Nuno Portas, em "Crítica do Urbanismo: O desenho urbano em situações de costa"[31], que aponta este modelo como instrumento possível para resolver os problemas de concepção e de gestão do território turístico contemporâneo, e de Ana Lebre, em "A urbanística do lazer e do turismo"[32], em que se faz uma leitura da evolução, em Portugal, das tipologias de oferta de alojamento turístico e de residência temporária.

Ainda no seu artigo, Nuno Portas considera que *"um dos temas de investigação mais interessantes seria agora o de estudar como as formas iniciais [de planeamento e desenho da oferta urbanística costeira] se transformaram (para o bem e para o mal) em resposta directa ou distorcida às mutações rápidas que têm caracterizado [os] mercados"*. A presente dissertação procura contribuir para esse estudo.

A partir da Arquitectura, e à semelhança das suas congéneres espanholas, ainda que um pouco "fora de tempo", também a revista *JA: Jornal Arquitectos*, publicação da Ordem dos Arquitectos Portugueses, dedica alguma atenção ao Turismo enquanto actividade de dimensão social, económica e política com repercussões no âmbito da Arquitectura e da organização do Território, nos seus números de Maio/Junho e Setembro/Outubro de 2000[33], sob o título "As Praias de Portugal", salientando-se as contribuições de Carlos Duarte, em "O Algarve Soma e Segue", de Manuel Graça Dias, em "Três Praias de Portugal", de José Manuel Fernandes, em "Férias Nacionalistas e Arquitectura Tradicional", de Pedro Barreto, em "A FNAT: Indagações em Torno da Arquitectura e

[31] PORTAS, Nuno, "Crítica do urbanismo: O desenho urbano em situações de costa", *Sociedade e Território: Revista de estudos urbanos e regionais*, Porto, Ano 5, N.º 13 (Algarve), Junho 1991, pp. 91-94.

[32] LEBRE, Ana Maria Guedes, "A urbanística do lazer e do turismo", *Sociedade e Território: Revista de estudos urbanos e regionais*, Porto, N.º 28 (Territórios do Lazer & do Turismo), Agosto 1998, pp. 23-30.

[33] *JA: Jornal Arquitectos*, Lisboa, N.º 196 e N.º 197 (As Praias de Portugal 1 e 2), Maio/Junho e Setembro/Outubro 2000.

do Turismo", de Ana Tostões, em "Casas de Férias Modernas, Anos 50 e Estilo Contemporâneo", de Madalena Cunha Matos, em "Turismo e Território: Notas sobre uma Relação", e de João Vieira Caldas, em "O conceito de aldeamento". Artigos que testemunham a relativa actualidade do tema em estudo na àrea da investigação disciplinar.

Num âmbito mais geral, e para uma visão mais aprofundada sobre a produção urbanística em Portugal, é incontornável a referência a Margarida Souza Lôbo e a Nuno Grande. Foi, de certa forma, uma leitura anterior de *Planos de Urbanização: A Época de Duarte Pacheco*[34] que lançou as pistas para a investigação que se apresenta, ao assinalar que os primeiros Planos Gerais de Urbanização realizados, na década de trinta, em Portugal são, precisamente, para Praias (Praia do Cabedelo, Praia da Rocha, Praia de Mira, Praia de Monte Gordo e Praia de Moledo). Constatação que vem, também ela, reforçar a ideia de que o Turismo, e, em especial, o Turismo de costa, estiveram, desde o início, na agenda dos arquitectos e urbanistas portugueses, sublinhando a pertinência da tese proposta. Por seu lado, *O Verdadeiro Mapa do Universo*[35] permitiu-nos ter uma perspectiva mais abrangente das teorias e dos modelos que, em cada momento, foram moldando a construção de um discurso e de uma prática urbanística portuguesa e como os mesmos foram traduzidos para a urbanização turística da costa.

Sobre a temática específica do Turismo, salienta-se o estudo de Paulo Pina, *Portugal: O turismo no Século XX*[36], no qual se faz uma leitura da génese e da evolução das instituições e das estratégias oficiais de Turismo criadas e adoptadas, em Portugal, nesse período. Sérgio Palma Brito desenvolve, exaustivamente, essa abordagem em *Notas sobre a evolução do viajar e a formação do turismo*.[37]

---

[34] LÔBO, Margarida Souza, *Planos de Urbanização: A Época de Duarte Pacheco*, Porto, FAUP Publicações/DGOTDU, 1995. (Série 1 - Ensaios, 5)
[35] GRANDE, Nuno, *O Verdadeiro Mapa do Universo: Uma leitura diacrónica da cidade portuguesa*, Coimbra, eldlarq, 2002.
[36] PINA, Paulo, *Portugal: O turismo no século XX*, Lisboa, Lucidus Publicações, 1988.
[37] BRITO, Sérgio Palma, *Notas sobre a evolução do viajar e a formação do turismo*, Lisboa, Medialivros, 2003.

Numa perspectiva portuguesa sobre a Viagem, o *Grand Tour* e as Exposições Universais, eventos, estes, que constituem das primeiras formas de propaganda turística dos países no estrangeiro, foi extremamente aliciante a leitura de *Viagens e Exposições: D. Pedro V na Europa do Século XIX*[38], de Filipa Lowndes Vicente. E para uma compreensão da evolução dos rituais simbólicos e da codificação dos comportamentos associados à apropriação do espaço da Praia, sob uma perspectiva histórica e sociológica, não podemos deixar de referir o estudo *A construção social da Praia*[39], de Helena Machado.

Num âmbito internacional e como leituras complementares, salientam-se, no campo da Sociologia do Turismo, *Vers une cicilization du loisir?*[40], de Joffre Dumazedier, e a *História dos Tempos Livres*[41], obra coordenada por Alain Corbin, dois trabalhos que abordam a expansão dos conceitos de Lazer e de Tempo Livre na sociedade moderna, conceitos que estão na génese de um Turismo de massas, analisando, em particular, a evolução do seu significado junto das classes trabalhadoras.

E porque a indústria do Turismo depende dos gostos e das preferências de quem o pratica, sobre o conceito de Turista, nas suas diferentes tipologias e formas de interacção com o espaço, assinalam-se as abordagens de Eric J. Leed sobre o ritual da viagem, em *The mind of the Traveller*[42], de Dean MacCannell sobre a questão da autenticidade nos produtos turísticos, em *The Tourist*[43], de John Urry sobre a construção cultural de um "olhar turístico", em *The Tourist Gaze*[44], e de Erik Cohen sobre os diferentes "papéis" turísticos, em *Contemporary Tourism: Diversity and Change*.[45]

---

[38] VICENTE, Filipa Lowndes, *Viagens e Exposições: D. Pedro V na Europa do Século XIX*, Lisboa, Gótica, 2003.
[39] MACHADO, Helena Cristina Ferreira, *A construção Social da Praia*, Guimarães, Ideal, 1996.
[40] DUMAZEDIER, Joffre, *Vers une civilisation du loisir?*, Paris, Éditions du Seuil, 1962.
[41] CORBIN, Alain, *História dos Tempos Livres: o advento do lazer*, Lisboa, Editorial Teorema, 2001. (1.ª edição: Paris, Aubier, 1995)
[42] LEED, Eric J., *The mind of the traveller: From Gilgamesh to global tourism*, s.l., BasicBooks1991. (1.ª edição: 1942)
[43] MACCANNELL, Dean, *The Tourist: a new theory of the leisure class*, Berkeley, University of California Press, 1999. (1.ª edição: New York, Schocken Books, 1976)
[44] URRY, John, *The Tourist Gaze*, 2nd edition, London, Sage Publications, 2006. (1.ª edição: 1990)
[45] COHEN, Erik, *Contemporary Tourism: diversity and change*, Oxford, ELSEVIER, 2004.

Por fim, e voltando ao título da dissertação, em *Architecture and Tourism: Perception, Performance and Place* (na versão original), Diana Medina Lasansky e Brian McLaren propõem uma leitura do impacto do Turismo no território construído, partindo da interpretação de Aldo Rossi de que a Arquitectura é, simultaneamente, um lugar, um acontecimento e um símbolo, e, por isso, constitui-se ela própria, potencialmente, como um produto ou uma atracção turística. É nesta *"relación difusa entre la construcción de una imagen arquitectónica, el lugar real, su historia y el modo en que se vive"*[46] que se estabelece *"la influencia mutua entre el turismo y la práctica del diseño y la arquitectura"*[47]. Uma influência que os arquitectos e os urbanistas não podem continuar a ignorar.

Conclui-se, do que ficou exposto, que o estudo do caso português é deficitário, tanto no campo do aprofundamento de uma visão de conjunto sobre a matéria em causa – a Arquitectura e o Urbanismo do Turismo – como no campo de uma análise mais integradora em relação ao contexto do resto da Europa, que, aqui, se ensaia nos dois momentos-chave do desenvolvimento de um Turismo de massas - os anos trinta e os anos sessenta - a partir do estudo das estâncias balneares portuguesas com maior projecção internacional - o Estoril e o Algarve. Desta dupla leitura resulta, a nosso ver, a pertinência principal da investigação proposta.

Nesse sentido, visa-se, sobretudo, contribuir, com este trabalho, para uma perspectiva actualizada da produção arquitectónica e urbanística portuguesa associada a um Turismo de costa nas suas primeiras fases de afirmação e consolidação. Perspectiva que, julgamos, concorre para uma compreensão mais operativa e para uma actuação mais informada sobre o território contemporâneo. Tal como um mapa.

---

[46] LASANSKY, Diana Medina, MCLAREN, Brian (eds.), *Arquitectura y turismo: Percepción, representación y lugar*, Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 2006, p. 18.

[47] GREENWOOD, Davydd J., "Prólogo", in LASANSKY, Diana Medina, MCLAREN, Brian (eds.), *Arquitectura y turismo: Percepción, representación y lugar*, Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 2006, p. 8.

Metodologia

Por se centrar na prática dos urbanistas e dos arquitectos portugueses, a investigação privilegiou as fontes directas, tendo-se consultado diversos arquivos, públicos e particulares. Por razões de limitação da pesquisa, uma vez que o tema da tese é consideravelmente vasto, incidiu-se a procura sobre documentação ainda não trabalhada ou menos desenvolvida, pelo menos sob a perspectiva que, aqui, nos ocupa. Outros arquivos foram contactados, mas, por motivos vários, não foi possível, na altura da preparação deste trabalho, visitá-los, caso, infelizmente, do Espólio do Arquitecto Francisco Keil do Amaral, que se encontra sob a tutela da Câmara Municipal de Lisboa. Neste caso particular, valeram-nos o arquivo pessoal da Professora Doutora Ana Tostões e a tese de Mestrado, já referida, de Susana Henriques.

Para uma abordagem à produção urbanística portuguesa, no período considerado, a principal fonte documental foi o Arquivo Histórico da Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU), organismo que contém a maior parte da documentação herdada da antiga Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização (DGSU). Aqui, foi recolhida toda a informação disponível sobre os Planos Gerais de Urbanização (PGU) elaborados para as Praias da nossa costa e sobre o Plano Regional do Algarve. Esta consulta foi complementada com a visita aos arquivos da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região de Lisboa e Vale do Tejo (CCDRLVT) e da Comissão de Coordenação Regional do Algarve (CCRA). Também a pesquisa na Biblioteca do Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas e Comunicações (MOPC) foi importante para completar a leitura dos vários processos existentes nestas três instituições, sobretudo no que respeita aos Pareceres emitidos pelo Conselho Superior de Obras Públicas (CSOP) sobre os PGU. Ainda neste arquivo solicitámos a reprodução de uma série de Plantas Aerofotogramétricas relativas a Praias, realizadas, em 1942, pela Sociedade Portuguesa de

Levantamentos Aéreos (SPLA), por encomenda da Comissão de Fiscalização dos Levantamentos Topográficos Urbanos do MOPC. Levantamento que, aparentemente, foi patrocinado pelo governo Americano. No final, acabámos por não utilizar esse material.

Preferimos, em alternativa, recorrer às cópias, em fotografia, dos levantamentos aerofotográficos da costa portuguesa que adquirimos nos Serviços de Geodesia e Cartografia do Instituto Geográfico Português, por proporcionarem uma melhor leitura do território. Também neste Instituto, no Serviço de Cartoteca, adquirimos cópias digitais das Cartas Corográficas de Portugal, relativas à faixa litoral, mais próximas dos anos trinta e dos anos sessenta do século XX. A ideia inicial era a de confrontar esses elementos, Praia a Praia, para um mais evidente registo da evolução da ocupação espacial da linha de costa sob o desenvolvimento de um Turismo de massas. Uma ideia que acabou por não se concretizar, no formato idealizado, neste trabalho.

Em alguns momentos da análise considerou-se necessário editar a documentação apresentada e, mesmo, elaborar elementos gráficos adicionais, para uma melhor clarificação da interpretação proposta.

Relativamente à produção arquitectónica, recorreu-se ao Arquivo do Turismo de Portugal, onde se encontram os processos submetidos à apreciação dos diferentes serviços estatais que tutelaram esta actividade ao longo do Estado Novo - Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI), Comissariado do Turismo (CT) e Direcção-Geral do Turismo (DGT). Na sua maioria, foram consultados os projectos relativos a Hotéis, mas também se encontrou alguma informação sobre Casinos e, pouca, sobre outro tipo de empreendimentos turísticos. A pesquisa neste arquivo permitiu-nos, igualmente, recolher grande parte da legislação produzida, nesta área, desde o início do século.

Tanto na DGOTDU como no Turismo de Portugal foram consultadas as respectivas bibliotecas.

Em paralelo, aprofundou-se esta leitura com a procura em arquivos mais específicos, como o do Instituto Nacional de Aproveitamento dos Tempos Livres (INATEL), sucessor da antiga Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT), e o do Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI), este no Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT).

Na Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian (FCG) consultaram-se os espólios pessoais dos arquitectos Raul Lino e Luís Cristino da Silva, de que resultou o convite daquela Fundação para participar, em Fevereiro de 2008, no seminário "Projecto Arquivos de Arquitectura" em que apresentámos a comunicação "A Fundação Calouste Gulbenkian e a investigação em Arquitectura: uma experiência pessoal dos espólios Raúl Lino e Luís Cristino da Silva". Foram, no entanto, os arquivos Mário e Horácio Novais que se revelaram mais produtivos para esta investigação, onde encontrámos fotografias, não só de algumas das obras tratadas na dissertação, como de desenhos e de maquetas, e, muito em especial, fotografias de um vasto conjunto de Planos Gerais de Urbanização. Também as várias propostas submetidas ao Concurso Internacional da Marina de Vilamoura, de 1971, estão aí documentadas, mas não se conhecendo quem foram os participantes não foi possível identificar a autoria dos desenhos. Esta é, a nosso ver, uma linha de investigação que merece sequência no futuro.

Também a visita ao Atelier Conceição Silva foi da maior utilidade, reunindo-se, aí, documentação essencial para o desenvolvimento deste estudo. Documentação, como dissemos, complementada pela leitura da tese de Mestrado de Inês Leite.

Outro arquivo público que mereceu a nossa atenção foi o da Câmara Municipal da Marinha Grande, onde tivemos oportunidade de continuar a recolha de elementos sobre a Praia de São Pedro de Muel iniciada durante a realização do Inquérito à Arquitectura do Século XX em Portugal (IAPXX), de que fizemos parte da Equipa Centro, coordenada pelo Professor Doutor José António Bandeirinha. Caso que constitui, a par de Ofir (já estudado por

Maria da Graça Briz), um dos mais emblemáticos e abrangentes conjuntos de Arquitectura residencial balnear do país, e que foi, entretanto, objecto de análise na tese de Mestrado Integrado de Emmanuela da Quinta.[48]

Toda esta informação gráfica e documental foi, depois, trabalhada, em simultâneo, com a extensa e multifacetada bibliografia que fomos recolhendo ao longo da pesquisa, em Portugal e em Espanha, num esforço de síntese que, por vezes, se esqueceu, por entusiasmo, perante o carácter inédito ou simples curiosidade que muito desse material encerra e desperta. Poderiamos ter evitado esses "excessos", mas decidimos, conscientemente, não o fazer, por acreditarmos que a sua presença enriquece a leitura proposta.

Por fim, devemos referir que toda esta "viagem" começou por um reconhecimento do território em discussão, tendo-se visitado e fotografado toda a costa portuguesa, de Moledo a Montegordo, com poucas excepções. O que se encontrou foi o que se esperava - a descaracterização geral de uma paisagem que há menos de cinquenta anos mantinha, ainda, os seus traços originais. Mas, no meio da uniformização e da massificação que orientaram a oferta e a exploração turística dos anos oitenta e noventa, no meio da banalização "rústica", "moderna" ou, numa versão mais actual, "ecológica" que prolifera nos empreendimentos espalhados por toda a nossa faixa costeira, dificultando o caminho para a Praia e, agora, também, para a Serra, para o interior, encontramos, aqui e ali, vestígios de gestos qualificados. Gestos que foram pensados e desenhados em comunhão com o território, com a paisagem, com os lugares e as pessoas. Para os descobrir é, muitas vezes, necessário um mapa.

É esse mapa que aqui se desenha e apresenta.

[48] QUINTA, Emmanuela Silva da, *S. Pedro de Moel. Um refúgio moderno*, Mestrado Integrado em Arquitectura, Coimbra, Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade de Coimbra, 2010.

Estrutura

A construção desse "mapa" é estruturada a partir de diferentes vectores de abordagem, que definem a organização e conduzem a análise proposta, determinando, a cada momento, os assuntos, os exemplos e os casos de estudo trabalhados.

Esses vectores têm em consideração, num primeiro nível, a infraestruturação do território e o desenvolvimento dos transportes, na perspectiva de que o Turismo está intrinsecamente ligado à acessibilidade e à mobilidade. Nesse sentido, a colonização e a exploração turística do litoral português, ao longo do século XX, é indissociável do traçado e do equipamento das redes de comunicação do país e da democratização do acesso aos diferentes meios, colectivos e individuais, de deslocação - o comboio, o automóvel e o avião. Num segundo nível, verifica-se que a esse desenvolvimento corresponde uma evolução nas tipologias de turistas, a que estão, por sua vez, associadas diferentes formas de relação com a própria experiência da viagem e de interacção com o espaço e com o tempo - o viajante, o veraneante e o turista. Assim, se para o viajante o ênfase está na dimensão "movimento" da viagem e, por isso, a importância e o tempo despendido no ritual da "deslocação" tem o mesmo valor, ou mais, que o tempo da "estadia", visitando o maior número possível de lugares diferentes numa única e não-recorrente digressão, para o veraneante é a dimensão de "permanência" a mais relevante, *"desloca*[ndo-se] *anualmente do seu território familiar para reencontrar, numa atmosfera nova, um espaço de sedentarização temporária"*[49]. Já para o turista é a combinação entre a novidade e a mudança prometida pela viagem com a expectativa de algum grau de familiaridade e segurança da estadia o principal factor de eleição do destino a visitar. Daqui resulta que, e *"according to Cohen, to be a tourist comprises two main components: the 'traveller' component and the 'visitor' component"*[50], ou seja,

[49] FERREIRA, Claudino, "Estilos de vida, práticas e representações sociais dos termalistas. O caso das Termas da Curia", *RCCS: Revista Crítica de Ciências Sociais*, N.º 43, 1995, p. 94.

[50] LOBO, Susana, "Tracing the edge: Portuguese Coastal Tourism Planning and Architecture of the 1960s", INTERNATIONAL CONFERENCE, Leuven, 2012. GOSSEYE, Janina, HEYNEN, Hilde

que ser "turista" é, simultaneamente, ser "viajante" e "veraneante". Em qualquer um dos casos, está sempre em causa o consumo do território como produto turístico, um consumo que pode ser apenas visual ou pode ser físico, implicando o seu planeamento e equipamento.

Do cruzamento destes vectores resultou, num primeiro momento, o estabelecimento de três binómios operativos de trabalho - "o comboio e o viajante", "o automóvel e o veraneante" e "o avião e o turista" - que determinaram, à partida, a divisão da dissertação em três partes. A cada uma destas partes foram aplicados, num segundo momento, novos parâmetros de análise, definidos com base nas diferentes fases que caracterizam o desenvolvimento do Turismo em Portugal, enquanto actividade política, social e económica, e a evolução cultural das dinâmicas de vivência da costa. Num terceiro momento, foram eleitos os exemplos mais representativos de um Urbanismo e de uma Arquitectura balneares, a partir dos modelos e das tipologias que informam, em cada uma daquelas fases, a colonização do território litoral para fins turísticos. Finalmente, num quarto momento, foram seleccionados os casos de estudo que melhor poderiam ilustrar e representar o conjunto de todos esses factores.

Deste modo, o tema em estudo apresenta-se organizado em três unidades fundamentais de análise e de exposição. A Parte I, intitulada "O comboio e o viajante: a atracção do litoral", corresponde, genericamente, ao tempo, "curto", da 1.ª República, em que são criadas as bases institucionais do sector do Turismo e lançadas as primeiras campanhas oficiais de promoção do país, quer no estrangeiro, quer a nível nacional, pela valorização turística do seu património histórico e natural. Neste ponto, é significativa a publicação, em 1924, do primeiro volume do *Guia de Portugal*, da autoria de Raul Proença, instrumento fundamental na construção de um "olhar" colectivo sobre o país.

(eds.), *Architecture for Leisure in Post-War Europe: 1945-1989*, Leuven, Katholieke Universiteit Leuven, 2012, p. 16.

É, também, neste período que se regista uma crescente popularização da terapêutica do "banho de mar", prática, até então, circunscrita, quase exclusivamente, às elites aristocrática e burguesa, assistindo-se a uma mais clara hierarquização sócio-espacial na ocupação da linha de costa e a uma codificação mais precisa dos rituais de interacção associados ao espaço da Praia. Para esse aumento de afluência de pessoas ao litoral contribui, em muito, a regulamentação, em 1911, ainda que a título experimental, do descanso semanal ao domingo, medida que seria complementada, em 1919, com a adopção da "semana de 48 horas".

Pela sua importância para o desenvolvimento do tema proposto, esta contextualização inicial resultou relativamente extensa, adiando a introdução à matéria central da dissertação. Acreditamos, no entanto, que não seria possível compreender, plenamente, os assuntos em discussão sem a sua presença.

Para a análise do processo de apropriação da faixa costeira com objectivos terapêutico-recreativos foi necessário, no entanto, recuar à origem daquela prática, em Portugal, nos meados século XIX, focando a criação das primeiras estâncias de vilegiatura marítima do país. Estruturas fundacionais que, pela sua visibilidade, vão fomentar o aparecimento de novos núcleos de exploração balnear, determinados em estreita relação com o traçado da rede ferroviária nacional. Na leitura, cronológica, destes aglomerados recorreu-se, com alguma liberdade, à distinção sugerida por Ramalho Ortigão, em *As Praias de Portugal*, entre "Praias Elegantes" (Cascais, a Foz e a Granja), "Praias Cosmopolitas" (Figueira da Foz, Espinho e Póvoa de Varzim) e "Praias Obscuras" (Nazaré, Praia de Santa Cruz, Ericeira, Foz do Arelho e S. Martinho do Porto).

À excepção da Granja, planeada de raiz, todas estas estâncias balneares surgem associadas a antigos núcleos piscatórios, que, em função da nova procura, sofrem profundas alterações na sua fisionomia. De uma forma geral, verifica-se a existência de Planos Gerais de Melhoramentos ou de outros estudos de urbanização para a maioria delas, de iniciativa privada ou estatal, incidindo,

sobretudo, no desenho da relação com a Praia, materializada sob a forma de "Passeios Alegres", "Esplanadas" ou "Avenidas de Banhos". São estes eixos estruturadores que determinam, num primeiro momento, a expansão linear destes aglomerados ao longo da frente marítima, implantando-se, aí, os mais significativos exemplos de uma Arquitectura balnear, dominada pela tipologia residencial do *chalet* de Praia.

Apresentado em Maio de 1914, o projecto da iniciativa de Fausto de Figueiredo e Augusto Carreira de Sousa para o *Estoril Estação Marítima, Climaterica, Thermal e Sportiva*, desenvolvido pelo arquitecto francês Henri Martinet, é o primeiro ensaio, em Portugal, da construção de uma imagem para a "Estância Balnear". Concentrando-se no desenho do seu centro representativo, define as peças urbanas e arquitectónicas que caracterizam aquele modelo e influenciam, numa fase seguinte, o seu desenvolvimento. É esse, por isso, o nosso primeiro caso de estudo.

A Parte II e a Parte III ocupam-se do tempo, "longo", do Estado Novo, que, em termos de políticas de Turismo, se pode separar em dois momentos distintos, a que correspondem cada uma daquelas partes: o da valorização do Turismo como indústria interna e o da exploração do Turismo como indústria de exportação. Etapas que marcam, respectivamente, a génese e a consolidação de um Turismo de massas.

A Parte II, intitulada "O automóvel e o veraneante: ao volante pela Marginal", subdivide-se em dois capítulos (ao contrário da primeira e última partes, com apenas um), que se centram nas formas de intervenção directa do Estado no território do Turismo, por um lado ao nível do seu planeamento, por outro ao nível do seu equipamento, com o objectivo de fixar uma imagem turística do país. Reflexo do poder realizador e do alcance doutrinador do regime salazarista na definição de modelos de "habitar" e de "estar", também em "tempo de férias". Férias pagas que são regulamentadas nesta altura, mais precisamente, em 1937, embora acessíveis a um número, ainda, restrito de trabalhadores.

Obra Pública e Propaganda vão ser, agora, os dois principais vectores da construção de um projecto nacional de Turismo, como de toda a política de actuação do Estado Novo, orientando o discurso oficial sobre o espaço e o tempo de Lazer. Espaço que se estrutura a partir dos ideais de Urbanismo e de Arquitectura do Regime, traduzidos, morfológica e tipologicamente, no modelo da "Casa Portuguesa", e Tempo que se enquadra no seu programa ideológico de instrumentalização do repouso operário.

Assim, no primeiro capítulo desta segunda parte foca-se a organização urbana do espaço litoral, a partir, por um lado, da definição das peças arquitectónicas mínimas da Estância Balnear, que, com a regulamentação, em 1927, das Zonas de Jogo Temporário e Permanente coincidindo com as principais praias portuguesas, se vão cristalizar no Casino e no Hotel, e, por outro, da definição de um modelo de desenho urbano, pela elaboração, a partir de 1934, de Planos Gerais de Urbanização, em que a Avenida Marginal se afirma como elemento estruturador da colonização da linha de costa, em contraponto à expansão residencial-balnear, inspirada, agora, no paradigma da Cidade-Jardim.

Num outro capítulo, aborda-se a questão da organização espacial do tempo de férias, concentrado nos meses de Verão e, por isso, indissociável da frequência da Praia, entendida, já não apenas na sua dimensão terapêutica, mas, e sobretudo, na sua dimensão lúdica e recreativa. Aqui, a análise divide-se em dois momentos, abordando a construção material desse tempo, respectivamente, nas suas expressões colectiva e individual. Em ambos os casos está em discussão a infraestruturação do tempo livre popular ou dos trabalhadores. Mas, se num caso, o tempo de férias é entendido como uma conquista social e enquadrado numa moderna concepção de sociedade e, consequentemente, de cidade, que tem o seu modelo máximo na proposta do GATCPAC para a *Ciutat de Repòs i de Vacances* de Barcelona - modelo que, no entanto, logo é subvertido e instrumentalizado para servir os propósitos de doutrinação ideológica que sustentam os emergentes

regimes totalitários europeus, em que se inscreve o salazarismo -, no outro caso, esse tempo é perspectivado como um direito pessoal e, por isso, equacionado na esfera da vida privada, fomentando o aparecimento de pequenos núcleos residenciais de veraneio onde se ensaiam formas alternativas de "estar" e de "habitar" em estreita relação com a Natureza.

Este é, assim, o tempo das Colónias de Férias marítimas, que encontram a sua maior difusão na Itália mussoliniana e a sua máxima expressão no complexo balnear nazi de Prora. Mas, também, o tempo das Casa de Férias, de que os refúgios pessoais que alguns arquitectos portugueses constroem para si junto ao mar constituem exemplos interessantes de ensaio e experimentação, espacial, formal e construtiva, em torno de uma Arquitectura residencial de veraneio.

Os dois casos de estudo que resumem este período são a Costa do Sol e a Costa da Caparica, respectivamente, a "estância de elite" e a "estância popular" mais próximas de Lisboa. A primeira, estendendo-se desde a capital, para poente, até Cascais, passando pelo Estoril, a mais internacional das estâncias turísticas do país. A última, do outro lado do Tejo, para sul. Ambas são objecto de estudos de urbanização à escala regional, sinal da sua importância no quadro geral do mapa turístico português, sendo o Plano de Urbanização da Costa do Sol (PUCS), realizado, entre 1933 e 1936, pelo urbanista francês, Donat-Alfred Agache, o primeiro instrumento deste tipo elaborado em Portugal e o primeiro a pensar a território numa dimensão alargada, servindo de modelo, urbanístico e processual, para estudos posteriores. Seria também o único Plano Geral de Urbanização a obter, durante todo o período de vigência do Estado Novo, aprovação sem condições, em 1948.

A principal inovação deste estudo foi a de ter pensado a intervenção no território a partir de um novo factor de desenvolvimento urbano: o automóvel. Nesse sentido, toda esta faixa litoral é estruturada com base em dois eixo longitudinais de circulação rodoviária - a Auto-Estrada Turística até ao Estoril

e a Estrada Marginal até Cascais - ligados por toda uma rede de ligações transversais. E, embora, a proposta de construção de uma Auto-Estrada fosse inédita em Portugal, é o modelo da Estrada Marginal que vai ser reproduzido em outras estâncias balneares, marcando a sua imagem.

Já na outra costa, a da Caparica, o Plano de Urbanização para aquela Praia, apresentado, em 1946, por João Faria da Costa, propunha a ocupação da frente urbana sobre a Marginal com edifícios de habitação colectiva de desenvolvimento vertical. Solução revolucionária, para a altura, mas que se vai banalizar por toda a costa portuguesa, a partir da década de sessenta.

A Parte III desta dissertação, intitulada "O avião e o turista: *sun, sand, sea & bikini*", centra-se na "descoberta" e afirmação do Algarve como destino de férias de "Sol e Praia" nos circuitos turísticos internacionais e, mesmo, nacionais, nos anos sessenta, em muito impulsionada pela inauguração, em 1965, do Aeroporto de Faro e, em 1966, da Ponte Salazar, sobre o Tejo, ligando Lisboa directamente ao sul. "Descoberta" que iria alimentar a realização de lucrativos negócios de especulação imobiliária nesta região, envolvendo a venda, às grandes empresas capitalistas, nacionais e, num segundo momento, internacionais, de vastas propriedades agrícolas para loteamento e construção turística. Esta situação, prontamente denunciada pelo arquitecto Francisco Keil do Amaral, iria determinar a intervenção do Estado português no planeamento turístico, urbanístico e paisagístico do Algarve, à imagem da actuação do governo francês na zona do *Littoral Languedoc--Roussillon*, cujo *Plan d'Urbanisme d'Intérêt Régional* (PUIR) serve de referência para o Plano Regional do Algarve (PRA), de 1966, coordenado pelo urbanista italiano Luigi Dodi.

Em simultâneo, são analisadas, nesta parte, as medidas oficiais, adoptadas neste período, de incentivo ao investimento particular no equipamento turístico do país, de reorganização dos Serviços de Turismo nacionais e, por fim, de planificação económica do sector, considerado, a partir do Plano Intercalar de Fomento de 1965-1967,

como actividade estratégica para o crescimento do país.

Com o Estado, agora, mais empenhado no "planeamento" do Turismo, caberia à iniciativa privada promover o seu "equipamento". Equipamento que, com o aumento do "investimento", conhece uma evolução tipo-morfológica acentuada, apostando-se numa maior diversificação da oferta em alojamento turístico e da imagem associada a uma "Arquitectura do Sol". Assim, se, num primeiro momento, são os "Hotéis de Praia" e as "Piscinas de Mar" que animam as cenografias do lazer à beira-mar, inicialmente ancorados na Avenida Marginal, mas ganhando, progressivamente, autonomia em relação aos aglomerados que lhes dão origem, num segundo momento, assiste-se ao aparecimento de novas tipologias turísticas - as Megaestruturas Hoteleiras, os Aldeamentos Turísticos e as Cidades de Turismo - que testemunham, no aumento de escala de intervenção que propõem, o rápido desenvolvimento do sector, neste período, e a consolidação, em Portugal, de um Turismo dito de massas.

Com uma produção urbanística e arquitectónica, à altura, sem paralelo no nosso país, e, em particular, a ligada ao Turismo, o arquitecto Francisco Conceição Silva foi o caso de estudo escolhido para ilustrar aquela evolução, recorrendo-se, para a leitura proposta, a três das suas obras mais emblemáticas realizadas na área do equipamento turístico e, as três, obras marcantes da Arquitectura portuguesa do século XX - o Hotel do Mar, em Sesimbra, o Hotel da Balaia, em Albufeira, e a Urbanização da Península de Tróia, em Setúbal.

Devido ao arco temporal considerado para a análise proposta, abarcando mais de um século, e face à quantidade e a qualidade da documentação e material gráfico que foi recolhido durante a investigação realizada, grande parte dele inédito, a dissertação que se apresenta resultou mais extensa do que o inicialmente considerado. Assumimos plenamente esse "defeito", na convicção de esta é uma matéria que não deve continuar a ser esquecida ou

a ser trabalhada sectorialmente, sem uma visão de conjunto que "cosa" todo este "território" do Urbanismo e da Arquitectura do Turismo. Tal como um mapa. Só essa visão de conjunto permitirá uma acção futura mais consciente e informada, porque *"il primo modo per stabilire il cammino che si deve tracciare onde procedere è conoscere la storia che ci ha preceduti"*.[51]

[51] ROGERS, Ernesto Nathan, "Homo Additus Naturae", *Casabella Continuita*, Milano, N.º 283 (Coste Italiane 1: Urbanistica), Gennaio 1964, p. 3.

Parte I

O comboio e o viajante: a atracção do litoral

"Parti então, com muita alegria, para a minha apetecida romagem às cidades da Europa. Ia viajar?... Viajei. Trinta e quatro vezes, à pressa, bufando, com todo o sangue na face, desfiz e refiz a mala. Onze vezes passei o dia num vagão, envolto em poeirada e fumo, sufocado, a arquejar, a escorrer de suor, saltando em cada estação para sorver desesperadamente limonadas mornas que me escangalhavam a entranha. Catorze vezes subi derreadamente, atrás de um criado, a escadaria desconhecida de um hotel; e espalhei o olhar incerto por um quarto desconhecido; e estranhei uma cama desconhecida, donde me erguia, estremunhando, para pedir em línguas desconhecidas um café com leite que me sabia a fava, um banho de tina que me cheirava a lodo. Oito vezes travei bulhas abomináveis na rua com cocheiros que me espoliavam. Perdi uma chapeleira, quinze lenços, três ceroulas, e duas botas, uma branca, outra envernizada, ambas do pé direito. Em mais de trinta mesas redondas esperei tristonhamente que me chegasse o boeuf-à-la-mode*, já frio, com o molho coalhado - e que o copeiro me trouxesse a garrafa de bordéus que eu provava e repelia com desditosa carantonha. Percorri, na fresca penumbra dos granitos e dos mármores, com o pé respeitoso e abafado, vinte e nove catedrais. Trilhei molemente, com uma dor surda na nuca, em catorze museus, cento e quarenta salas revestidas até aos tectos de Cristos, heróis, santos, ninfas, princesas, batalhas, arquitecturas, verduras, nudezas, sombrias manchas de betume, tristezas das formas imóveis!... E o dia mais doce foi quando em Veneza, onde chovia desabaladamente, encontrei um velho inglês de penca flamejante que habitara o Porto, conhecera o Ricardo, o José Duarte, o visconde do Bom Sucesso e as Limas da Boavista... Gastei seis mil francos. Tinha viajado."*

Eça de Queiroz, *A Cidade e as Serras*, 1901

Capítulo 1

1.1.
Por um projecto de Turismo: a institucionalização do sector

Fora dos roteiros clássicos de viagem do *Grand Tour*, a Península Ibérica marca a fronteira, física e psicológica, entre o mundo civilizado e o mundo primitivo. Portugal, neste contexto, assume uma posição duplamente marginal: na periferia da periferia, poucos eram os que conheciam, ou se aventuravam a conhecer, o nosso país, e, numa Europa que se aproximava, cada vez mais, ao ritmo acelerado do caminho-de-ferro, Portugal dependia de Espanha para fazer parte dessa nova geografia.

Esta posição vinha reforçada pelas representações nacionais nas grandes Exposições Universais do século XIX. Nas hierarquias estabelecidas dentro dos recintos expositivos, determinadas por critérios de progresso e civilização, Portugal ocupa um lugar secundário, quer ao nível dos conteúdos apresentados, pondo a nú o atraso da produção portuguesa em relação aos seus vizinhos europeus, quer na própria narrativa espacial proposta ao visitante, na qual a participação portuguesa é relegada para um segundo plano. Das visitas à *Exposition Universelle des produits de l'Agriculture, de l'Industrie et des Beaux-Arts* de Paris, em 1855, durante o seu segundo, e último, *Grand Tour* antes de assumir a regência do Reino, D. Pedro V regista, no seu diário de viagem, a estagnação da indústria ibérica em relação a uma Europa "em movimento". Já na exposição de 1900, o Pavilhão Português desenhado por Ventura Terra para a Secção Colonial ocupa um dos talhões nos limites do Trocadéro, "entalado" entre o Transval e o Egipto. O mesmo acontece com o pavilhão mais modesto da Rue des Nations,

escondido atrás dos pavilhões da Itália, da Turquia e dos Estados Unidos, virados para o Sena, ao lado do Perú e da Pérsia.

Mas se Portugal não tinha lugar neste "Atlas do futuro", dominado pelas novas potências coloniais e industriais (Inglaterra, França e Estados Unidos), muito menos tinha como competir com os grandes testemunhos civilizacionais do passado, do Ocidente e do Oriente (Itália, Grécia, Turquia e Egipto). E viajar era entendido, precisamente, como uma forma de "escapar ao presente", quer numa direcção (futuro), quer na outra (passado).

Para fazer parte deste novo jogo de equilíbrios o país tinha de se reinventar a si próprio, de construir uma imagem capaz de rivalizar com o *"discurso que identifica esta Europa em mudança"*. O caminho é indicado por Eça de Queirós em *A Cidade e as Serras*, editado, a título póstumo, em 1901, nos olhos de um Jacinto *"superiormente civilizado"* que, do alto de Montmartre com o seu amigo Zé Fernandes, constata a ilusão perversa que era, afinal, a Cidade, e, de regresso à sua terra natal, em Tormes, no Baixo Douro, redescobre o sentido da vida, no arroz de favas servido pelo caseiro Melchior ou na diversidade de formas que encontra na Natureza.

Contra a crescente desnaturalização e desumanização da moderna sociedade industrializada, Portugal tinha para oferecer a simplicidade rústica dos valores ancestrais da terra e da vida no campo em família. Não era o futuro, nem o passado, mas um outro "presente", que para muitos era já uma realidade "estrangeira". É sob este olhar romântico que se vai traçar o mapa turístico português no início do século XX, à descoberta de um território desconhecido, quer "lá fora", quer dentro das fronteiras do próprio país. Nesse sentido, o desenvolvimento do Turismo é indissociável do processo de construção de uma nova identidade nacional, e, aqui, não era só a singularidade natural da paisagem portuguesa que estabelecia a diferença, era também a sua especificidade cultural, lida no seu legado patrimonial, mas, acima de tudo, nos seus costumes e tradições.

As bases criadas pela 1.ª República: da Sociedade Propaganda de Portugal à Repartição de Turismo

Em Portugal, o Turismo ganha adeptos na viragem do século. Num país pequeno e periférico, com elevado índice de ruralidade e afastado de uma Europa que se renovara com a Revolução Industrial, o desenvolvimento do Turismo, enquanto actividade económica e prática social, aparece como uma saída determinante para o restabelecimento do equilíbrio orçamental interno, posto em causa, em finais de oitocentos, por uma preocupante dívida pública, e para o estreitar das suas relações externas, ameaçadas pela cobiça que o seu império colonial suscitava entre as grandes potências. De resto, seria o Ultimatum britânico, em Janeiro de 1890, a abrir o caminho para a afirmação política do Partido Republicano, levando à queda da Monarquia, vinte anos depois, com a instauração da República, a 5 de Outubro de 1910.

Mas, apesar do relativo desenvolvimento da rede de transportes e comunicações alcançado com a política de obras públicas de Fontes Pereira de Melo, na segunda metade do século XIX, dotando o país das infraestruturas de que precisava para a sua reabilitação comercial, industrial e agrícola, a oferta turística nacional carecia de uma planificação objectiva e de incentivos adequados. A natural instabilidade decorrente de uma monarquia de oito séculos, ideologicamente esgotada e decadente, para um ainda inseguro governo republicano, inviabilizaria a implementação das medidas de fundo necessárias para a vitalização turística do país. Mesmo assim, alguns esforços foram investidos com vista a fomentar o Turismo, interno e externo.

Logo em 1890, a Companhia Real de Caminhos de Ferro Portuguezes realiza uma campanha de viagens pelo país que permitiu aos lisboetas a visita de *"monumentos históricos de situação pitoresca, praias de banhos, estabelecimentos de águas*

minerais".[1]

Surgem, também, as primeiras iniciativas associadas ao universo automobilístico, claramente influenciadas pela criação, em 1903, do Real Automóvel Clube de Portugal[2], mas que se ficaram pela edição de mapas e de guias de estradas[3], salientando-se a publicação, em 1905, da *Lista alfabetica das cidades, vilas e logares transitaveis por automoveis e outras indicações - Guia Automobilista*, a primeira carta do género, editada pela *Colonial Oil Company*, e do *Guia de Estradas de Portugal: Vade-Mecum do automobilista*, de Elyseu Mendes, com a indicação de *"Itinerarios, estradas e distancias. Desarranjos nos automoveis e remedios"*, e outras *"Informações uteis"*, para além de *"Itinerarios em Hespanha com carta-roteiro"* e a *"Carta das Estradas de Portugal, a côres, collada no fim do volume"*.

Nesse mesmo ano, é editado o primeiro guia turístico do país em língua portuguesa, o *Guia Illustrado do Viajante em Portugal ou o Manual do Viajante*, coordenado por Santos Junior (Santonillo) e A. Morgado, *"ensaio para novas e mais vastas tentativas"* que vai ter seguimento, dois anos depois, no *Manual do Viajante em Portugal* de Leonildo Mendonça e Costa, jornalista, Inspector-Chefe da Repartição de Tráfego da Companhia Real dos Caminhos de Ferro e fundador da *Gazeta dos Caminhos de Ferro de Portugal e Hespanha*, com o seu primeiro número de 15 de Março de 1888. Com este *Manual*, realizado segundo o modelo consagrado nos guias internacionais, seria publicado o primeiro "mappa excursionista de Portugal", da responsabilidade da recém-constituída Sociedade Propaganda de Portugal (SPP), organismo também ele idealizado por este jornalista.

"Preambulo
Embora isto pareça extraordinario, devemos dizer aos nossos leitores que não existia, ainda, até a data do apparecimento d'este modesto e despretencioso volume, um guia elucidativo do viajante que deseja admirar as principaes curiosidades artisticas, historicas e naturaes do nosso paiz.
(...)
Surprehende realmente que não se tenha emprehendido algum trabalho n'este genero, e especialmente se considerarmos que lá fóra, nos paizes estrangeiros, existem centos de guias, que o viajante encontra á sua disposição em todas as gares, em todos os kiosques, nos hoteis, não tendo outra difficuldade que não seja l'embarras du choix.
(...)
Remediar tão grande falta foi o que nos propuzemos fazer redigindo e editando o ***Guia Ilustrado do Viajante em Portugal****, ao qual fixámos um preço tão modico quanto é*

[1] RAMOS, Rui (coordenação), *A Segunda Fundação,* MATTOSO, José (direcção), *História de Portugal*, Volume 6, Lisboa, Editorial Estampa, 1994, p. 583.
[2] Fundado a 15 de Abril de 1903 e com Estatutos aprovados a 31 de Maio seguinte. Tinha como Presidente Honorário o rei D. Carlos, autor do emblema que identificava esta associação.
[3] A importância que o transporte ferroviário assume no final do século XIX relega para segundo plano a rede rodoviária do país, que só seria motivo de maiores atenções com a criação da Junta Autónoma de Estradas, em 1927. O próprio Automóvel Clube só a partir dos anos trinta teria uma acção mais relevante, com o lançamento da sua revista, a realização de uma campanha de embelezamento e sinalização das estradas portuguesas em colaboração com a *Vacuum Oil Company* e a edição anual do seu mapa do estado das estradas em Portugal. (Cf. PINA, Paulo, *Portugal: O turismo no século XX*, Lisboa, Lucidus Publicações, 1988, p. 49-51)

Leonildo Mendonça e Costa clarifica os contornos da sua iniciativa numa carta ao, então, director do *Diário de Notícias*, Alfredo da Cunha, datada de 8 de Maio de 1899:

> *"(...)*
>
> *A nossa sociedade, 'nossa' porque será portuguesa, deveria intitular-se 'Associação Promotora do Bem do País' e seria formada pela cooperação, em dinheiro, em trabalho, em influência, em ideias, em serviço, em simpatias, mesmo, de todos que se interessam pelo bem da Pátria.*
>
> *(...)*
>
> *Os fins com que a Associação promoveria o bem do País seriam todos que fossem lícitos: publicar-se-iam livros largamente distribuídos no estrangeiro promovendo a visita ao nosso País; defender-se-ia este, em jornais e folhetos, contra agressões que tantas vezes nos são feitas lá fora; facilitar-se-ia a criação de escolas; encaminhar-se-ia o espírito público para o que fosse necessário para os nossos progresso morais e materiais; ajudar-se-iam iniciativas estranhas para criações de interesse, etc.*
>
> *O norte da Europa exporta anualmente milhões de indivíduos em busca dos países quentes. E nós temos o nosso clima delicioso, bem melhor que o da Argélia, com a vantagem de não termos árabes e muito poucos camelos.*
>
> *(...)*
>
> *Abstraindo mesmo de relações internacionais, não há 'dentro do País' muito que fazer em bem de todos nós?*
>
> *É novidade para alguém que muitos portugueses, ignorando belezas que por cá temos, vão veranear ao estrangeiro, gastando lá ouro que tanta falta nos faz?*
>
> *Pois pela propaganda entre nós, pela vulgarização dos atractivos das nossas terras, não será um bem do País fazer que estas sejam preferidas?"*[4]

Inspirado no modelo de organizações turísticas similares existentes na Áustria, Suíça e, mesmo, em Espanha[5], Mendonça e Costa procura o apoio do seu colega para a divulgação e a promoção do que considera uma medida necessária e indispensável para o desenvolvimento do Turismo português. O apelo, no entanto, só teria eco sete anos depois, com a publicação deste documento na primeira página daquele diário, a 23 de Janeiro de 1906.

possivel, de modo que seja accessivel a ricos, remediados e pobres, e que esta obra tenha uma rapida e ampla circulação como util não sómente aos que viajam e necessitam conhecer as bellezas e verdadeiras maravilhas que se encerram em Portugal, mas a todos quantos possam ter interesse em saber o que possuimos, que não é pouco em relação ao que ha lá por fóra, em nações muito maiores do que a nossa. (...)."

JUNIOR, José Maria Santos (Santonillo), MORGADO, A. (coordenação), *Guia Illustrado do Viajante em Portugal ou o Manual do Viajante*, 1.ª edição, Lisboa, Empreza Editora do Almanach Palhares, 1905.

[4] PINA, Paulo, *Cronologia do Turismo Português 1900-1929: Colectânea de Factos e Opiniões*, Volume I, Porto, Secretaria de Estado do Turismo/Direcção-Geral do Turismo-Delegação no Porto, 1982, p. 136-141.

[5] Na sua carta, Mendonça e Costa faz referência a uma Sociedade austríaca que publicou *"um primoroso álbum (...) fazendo a descrição dos atractivos daquele país"*; ao "Bureau des Étrangers" em Zurique, *"hoje transformado em 'bureau officiel' porque o Estado o julgou tão bom e tão útil que o chamou a si"*; e à "Sociedad de los Amigos del Paiz", sediada em Madrid, *"que sei existe (...) e que pelo seu título me parece terá idênticos fins"*. (Cf. Idem, *ibidem*)

A proposta é recebida com grande entusiasmo e, logo no mês seguinte, reúnem-se os *"73 cidadãos que aderiram à ideia patriótica"*[6], entre os quais figuravam, para além dos dois principais promotores do projecto, *"Manuel Emygdio da Silva, Magalhães Lima, Fernando de Souza, Henrique Lopes de Mendonça, Brito Camacho, Eduardo Burnay, conde de Figueiró, que, sob a presidência honorífica do príncipe real Luís Filipe, decidiram criar a Sociedade Propaganda de Portugal (SPP) sem qualquer fim lucrativo"*.[7]

Tal como era sugerido na carta de Mendonça e Costa, para o sucesso desta sociedade era imprescindível *"evitar a política"*, e assim acontecia. Unidos sob a divisa *Pro Patria Omnia* (Tudo pela Pátria), a SPP congregava *"monárquicos, republicanos, católicos, maçons e jornalistas de várias tendências"*[8] em torno do objectivo comum do *"desenvolvimento intellectual, moral e material do paiz (...) esforça*[ndo]-*se por que elle seja visitado e amado por nacionaes e estrangeiros"*[9]. Dentro deste espírito, a acção da Sociedade vai centrar-se na promoção turística do país, tanto a nível nacional como internacional, patrocinando diversa ordem de iniciativas, no sentido de incentivar uma maior receptividade junto da população no apoio a acções futuras e melhorar as condições de atractividade interna aos olhos de potenciais visitantes.[10]

---

6 CUNHA, Licínio, "A República e a afirmação do Turismo", in LOUSADA, Maria Alexandre, PIRES, Ana Paula (coordenação científica), *Viajar: Viajantes e Turistas à descoberta de Portugal no tempo da I República*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República/Turismo de Portugal, 2010, p. 130.

7 Idem, *ibidem*.

8 O invulgar ecletismo político e religioso da SPP era bem evidente nos nomes escolhidos para gerir este organismo: Leonildo Mendonça e Costa, monárquico convicto, ocupa o lugar honorífico de Secretário Perpétuo; Sebastião Magalhães Lima, republicano e Grão-Mestre da Maçonaria Portuguesa, preside à Assembleia Geral; e o Eng. Fernando de Souza, Conselheiro de Estado, monárquico e católico, assume a Direcção. (Cit. BRITO, Sérgio Palma, *Notas sobre a evolução do viajar e a formação do turismo*, Volume I, Lisboa, Medialivros, 2003, p. 429).

9 *Estatutos da Sociedade Propaganda de Portugal*, Lisboa, Typographia Universal, 1906, p.3.

10 Editando folhetos turísticos, publicando anúncios e informações diversas em periódicos e agências de viagem, nacionais e internacionais, lançando o seu próprio *Bolhetim* (com um primeiro número em Julho de 1907), escrevendo *Guias Práticos* específicos para os profissionais do ramo, financiando a visita ao país de jornalistas estrangeiros, nomeando correspondentes em várias cidades do mundo e estabelecendo delegações em diferentes localidades portuguesas, entre outras. Da acção directa das Comissões de Iniciativa criadas dentro da estrutura da própria Sociedade, destaca-se a presidência de Manuel Emygdio da Silva à frente da Comissão de Hotéis, organizando concursos e concedendo "placas de recomendação" aos estabelecimentos que se distinguissem pela qualidade do seu serviço e das suas instalações. É, ainda, da iniciativa desta Comissão a realização, em 1909, de um "Curso Profissional de Empregados de Hotéis" na Casa Pia de Lisboa, o primeiro do género na Península Ibérica (antecipando-se, inclusivamente, a França), ministrado pelo hoteleiro Conrad Wissman,

Um dos principais alvos de atenção da SPP seria, precisamente, o reequacionar da posição de Portugal no novo Mapa Mundo. E, nessas contas, o Turismo vai ser um, senão o, factor decisivo para (re)colocar o país no centro das relações internacionais. Se na capa da publicação oficial dos Estatutos da "Propaganda" Portugal era retratado como o "Jardim da Europa á beira-mar plantado", *slogan* que insistia, ainda, na inevitabilidade da nossa condição periférica, numa conferência apresentada por Oliveira Leone na sede da Sociedade em Lisboa, a 2 de Junho de 1907, intitulada "Lisboa: Cais da Europa" começa a esboçar-se uma nova abordagem ao tema.

Garantidas que estavam as ligações ferroviárias ao resto da Europa, com a conclusão, em 1866, do troço Badajoz-Madrid, que unia a Linha do Leste à capital espanhola, e a inauguração, em 1887, do comboio rápido de luxo Sud-Express, entre Lisboa e Paris, que, a partir de 1907, passa a ter frequência diária por diligência da Sociedade, Portugal assumia, agora, uma posição estratégica nas rotas transatlânticas intercontinentais, asseguradas por carreiras regulares de vapores com passagem no porto de Lisboa[11], funcionando como uma das principais plataformas de relação entre o centro da Europa e o continente Americano.[12]

A SPP vai saber explorar esta vantagem da melhor maneira. Nesse mesmo ano de 1907, financia a edição do primeiro cartaz de propaganda turística português anunciando, em vários países estrangeiros, *Portugal, the shortest way between America and Europe*.

A situação periférica do país era, assim, apenas uma questão de perspectiva.

---

sócio da SPP.

[11] Para além da inglesa *Booth Line,* que, já em 1906 (segundo o Manual do Viajante de Leonildo Mendonça e Costa), estabelecia "saídas de 10 em 10 dias" para a Madeira, Pará e Manáos, Vigo Cherbourg, Havre e Liverpool, com bilhetes de comboio directo, via Havre, para Paris e Londres e ligação, em Liverpool, à *Cunard Line* com destino a Nova Iorque e Boston, existiam a alemã *Deutsche Ost-Afrika Linie*, com carreiras quinzenais entre Lisboa, a África Oriental e a África do Sul, e a francesa *Fabre & Compagnie*, sediada em Marselha, que rumava directamente a Nova Iorque ou a Providence, depois de escalas em diversos portos do Mediterrâneo e em Lisboa.

[12] Cf. CUNHA, Licínio, op. cit. p. 131.

Portugal: The shortest way between america and Europe
Primeiro Cartaz de Turismo Português
Sociedade Propaganda de Portugal, 1907
(imagem *www.alexandrepomar.typepad.com*)

No intuito de fomentar as relações com associações congéneres no estrangeiro, em 1909 a Sociedade faz-se representar, na figura do seu Presidente, no II Congresso Internacional de Turismo, reunido na cidade espanhola de San Sebastian, que juntava os *Syndicats d'Initiative* e as *Sociétés de Tourisme* de San Sebastian e de Biarritz[13]. Aqui consegue a sua integração numa *Fédération franco-hispano--portugaise des Syndicats d'Initiative et Propagande*, aprovada, dois anos mais tarde, no IV Congresso realizado em Lisboa.

[13] O primeiro congresso tivera lugar, em 1908, na cidade espanhola de Saragoça, sendo o terceiro realizado em Toulouse, França, em 1910, encontro este que não conta com a presença física da representação portuguesa, em consequência da situação política que se vive no país, mas ao qual são enviadas diversas comunicações.

Esta filiação veio a ser decisiva para a institucionalização do Turismo em Portugal. A organização do *IV Congrès International de Tourisme* na capital portuguesa, entre 12 e 19 de Maio de 1911, ajuda a trazer à recém-instaurada República o reconhecimento externo de que precisava para se afirmar enquanto novo governo numa Europa à beira de um conflito mundial. A consciência da importância deste evento é evidente no apoio, político e material, prestado à sua concretização pelo Governo Provisório da República[14]. Mas o envolvimento oficial não se ficava por aqui.

No decorrer dos trabalhos seria anunciada a intenção de se criar um organismo nacional de Turismo, medida prontamente posta em prática com a publicação, no *Diário do Governo* de 18 de Maio de 1911, de uma lei decretando a constituição, no Ministério do Fomento, de uma Repartição de Turismo. A apresentação simbólica deste documento no último dia do congresso foi recebida com grande satisfação por todos os participantes e *"o director do Office National du Tourisme* [francês] *deu as boas-vindas ao novo organismo, 'prometendo amá-lo como um irmão gémeo para o grande bem do turismo mundial' (IV Congrès, 1911)"*[15]. Portugal era, desta forma, o terceiro país a reconhecer oficialmente o impacto desta actividade na conjuntura socio-económica internacional.[16]

IV Congresso Internacional de Turismo, Lisboa, Maio 1911
Cartaz Publicitário
Raul Lino, 1911
(imagem *www.alexandrepomar.typepad.com*)

[14] Para fazer face às despesas da realização do congresso, o governo decreta a atribuição de um subsídio de 4000$00 a ser entregue à sua comissão executiva. (Cf. BRITO, Sérgio Palma, *Notas sobre a evolução do viajar e a formação do turismo*, Lisboa, Medialivros, 2003, p. 476)
[15] CUNHA, Licínio, op. cit. p. 132.
[16] O primeiro tinha sido a Áustria, em 1909, seguida da França, em 1910.

Entre os votos finais do Congresso são aprovadas a adopção da hora oficial do Meridiano de Greenwich como hora da Europa Ocidental, com numeração de 0 a 24, a implementação de medidas de protecção a monumentos históricos e artísticos, e a criação de um Comité Internacional Permanente de Turismo, que viria a ser constituído no congresso seguinte, o quinto, realizado em Madrid. Das teses relativas ao nosso país, avançam, entre outras, as propostas da construção do caminho de ferro do Entroncamento a Tomar, Batalha, Alcobaça e Nazaré, *"pelo pittoresco da paizagem e monumentos situados n'esta região"*; da ligação ferroviária entre Lisboa e Sevilha; do estabelecimento de uma linha de navegação entre Nova Iorque e Lisboa; e do melhoramento das condições dos hotéis em Portugal, *"sob o ponto de vista do conforto e attracção"*[17]. Quanto ao voto unânime de que em cada um dos três países representados no Congresso fosse criada uma instituição estatal de Turismo, a República Portuguesa respondia, como vimos, da forma mais eficaz.

Fora das sessões de trabalho[18], que tiveram lugar na Sociedade de Geografia de Lisboa, o programa do congresso incluía a visita *"a diversos espaços nobres da cidade (...) onde decorreram algumas actividades* [de carácter] *social"*[19] e *"excursões diversas á escolha dos congressistas"* a várias localidades do país[20], numa selecção, de alguma forma, indicativa do entendimento que o novo governo tinha sobre o que eram os valores turísticos do país.

---

[17] Cf. "Congresso de Turismo", *A Capital: Diario Republicano da Noite*, Lisboa, Ano I, N.º 306 a N.º 311, 13 a 19 Maio 1911.

[18] Organizadas em seis secções: Comunicações e transportes; Hotéis; Sindicatos de iniciativa e de propaganda; Excursionismo e vilegiatura; Publicidade; e Questões gerais.

[19] Desde a visita à Academia de Belas Artes e aos museus Arqueológico, das Janelas Verdes e da Artilharia; ao jantar de gala nos Paços do Concelho, ao lanche oferecido no Palácio de Belém, à tourada nocturna no Campo Pequeno e ao concurso hípico no Parque da Palhavã, aos espectáculos de gala no Coliseu dos Recreios e no Teatro São Carlos, até ao banquete de encerramento no Palácio da Ajuda. (Cit. FERREIRA, Carlos Cardoso, SIMÕES, José Manuel, "Portugal Turístico ao tempo da I República: Espaços, lugares e projectos", in LOUSADA, Maria Alexandre, PIRES, Ana Paula (coordenação científica), op. cit., pp. 80-81)

[20] O programa de excursões concentrava-se no Domingo, dia 14 de Maio, com visitas organizadas a Setúbal, ao Ribatejo (Vila Franca), a Mafra e a Évora e um passeio de barco no Tejo. Na segunda-feira à tarde, os congressistas são guiados ao Monte Estoril e a Cascais, ficando para terça de manhã a excursão a Sintra. Finalizados os trabalhos do Congresso, a partir do dia 20 de Maio os itinerários alargam-se a várias províncias do país. (Cf. "Congresso de Turismo", *A Capital: Diario Republicano da noite*, op. cit., *ibidem* e "O Congresso de Turismo", *Ilustração Portugueza*, Lisboa, N.º 275, 29 Maio 1911, p. 677)

"O Congresso de Turismo"
(Congressistas no Monte Estoril e em Cascais, durante a visita em 15 de Maio, e Congressistas no Castelo da Pena, em Sintra, durante a visita em 16 de Maio)
Clichés de Joshua Benoliel, 1911
(imagens *Ilustração Portugueza,* Lisboa, N.º 275, 29 Maio 1911, pp. 673 e 676)

Naturalmente, esta selecção tinha em conta a classificação, introduzida em 1901[21], dos imóveis considerados como Monumento Nacional, testemunhos que, pela sua dimensão documental - histórica, cultural e artística, se enquadravam na tónica essencialmente educativa de que se revestia, para os republicanos, o acto de viajar e, por conseguinte, a prática do Turismo.

Dentro deste princípio, também os museus ocupam um lugar central no discurso turístico da época, constituindo-se como *"laboratório*[s] *de ensaio para muitas teorias sobre instrução popular"*.[22]

[21] Por Decreto de 30 de Dezembro de 1901 são estabelecidas as bases para a classificação dos Monumentos Nacionais portugueses, seriação que resultava de um *Relatório e mappa (...) apresentados ao governo pela Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, em 1880, e que era consubstanciada, ainda durante a Monarquia, numa listagem fixada em Decreto, de 16 de Junho de 1910, e publicada no *Diário do Governo*, N.º 136, de 23 de Junho seguinte. (Cf. TOMÉ, Miguel, *Património e restauro em Portugal (1920-1995)*, Porto, FAUP Publicações, 2002, p. 16)

[22] VICENTE, Filipa Lowndes, *Viagens e Exposições: D. Pedro V na Europa do Século XIX*, Lisboa, Gótica, 2003, p. 288.

A atenção dada às questões de conservação e valorização patrimonial compreende-se no quadro de desamortização de bens que se tinha vindo a desenhar desde a extinção das Ordens Religiosas, em 1834. Sem uma política oficial de protecção e de salvaguarda deste legado, assiste-se, durante o período liberal, à sua livre descaracterização, venda e sucessivo abandono[23]. Situação que seria agravada pela queda da Monarquia, em 1910, e pela aprovação da Lei de Separação do Estado da Igrejas, de 1911, deixando na posse do Estado um conjunto significativo de obras, móveis e imóveis, de alto valor histórico e artístico.

Neste contexto, e pelo significado que este património representava para a construção de uma memória colectiva e para a identidade nacional, a República faz aprovar, logo a 19 de Novembro de 1910, um Decreto com força de Lei *"providenciando no sentido de evitar a deterioração e a saída para o estrangeiro de objectos de valor artistico e historico"*[24], seguido, em Maio de 1911, pela *"Reorganização dos serviços artisticos e archeologicos e das Escolas de Bellas Artes de Lisboa e do Porto"*.[25]

Na introdução àquele primeiro diploma explicitam-se as intenções do novo governo:

> *"É certo que, dizimado o nosso thesouro artistico nos fins do seculo XVI com a perda da independencia, e, juntamente e a partir d'essa epoca, com as mutilações do santo Officio, depois, em 1755, com o grande terramoto, mais tarde, no começo do seculo XIX, com a invasão francesa, e no meado d'este seculo com a maneira por que se fez a liquidação dos bens das ordens religiosas, o estado da nossa evolução artistica apresenta-se difficil, tanto mais quanto, nos successivos terramotos e nas differentes invasões que soffreu Lisboa e outras terras da provincia, se perderam muitos dos documentos que podiam talvez servir para autenticar as obras de arte que nos restam.*
>
> *Mas, assim mesmo, com todas essas perdas e com o desbasto que os commerciantes e amadores estrangeiros da especialidade teem feito durante os ultimos annos, alguma cousa ha ainda que, valendo artisticamente e impondo-se como tal, é porventura sufficiente para a averiguação aproximada do que foi a nossa vida artistica em tempos idos.*

[23] A inacção do Estado é duramente criticada por Alexandre Herculano numa série de quatro artigos publicados na revista *O Panorama* que vêm denunciar *"o vandalismo perpetrado contra os monumentos"*. (NETO, Maria João Baptista, "A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a intervenção no património arquitectónico em Portugal: 1929-1999", in *Caminhos do Património*, Lisboa, DGEMN/Livros Horizonte, 1999, p. 23)

[24] *Diario do Governo*, N.º 41, 22 Novembro 1910, pp. 514-515.

[25] Decreto N.º 1, *Diario do Governo*, N.º 124, 29 Maio 1911, pp. 2244-2247.

Simplesmente como hontem, como sempre, essas obras de arte continuam sem defesa, á mercê do primeiro que queira adquiri-las, correndo o risco da saida do país. E, como d'essas obras não existe inventario, e apenas de uma ou outra possuimos referencia dos estudiosos, o mal que esse perigo nos traz é de uma excepcional grandeza. Só os entendidos podem avaliar bem a sua gravidade.

Não seria só a obra de arte, o que já não era pouco, que continuaria a perder-se; seria tambem o seu proprio vestigio nacional, a comprovação da sua mesma eclosão e existencia no país, que, por igual, desapareceria com ella.

(...) Assim torna-se urgente e necessaria uma lei de protecção artistica que defenda da deterioração e da saída para o estrangeiro o pouco que ainda nos resta de verdadeiramente valioso em materia de arte, ao mesmo tempo que facilite a entrada do que saiu e de outras obras que, pelo seu incontestavel valor artistico, ou pela sua valia como documento historico, concorram para a educação e elevação do povo português.

É a isto que visam as bases do projecto de lei, que se seguem, elaboradas na conformidade da lei italiana e da espanhola, e ainda de algumas disposições da legislação dos Estados Unidos da America."[26]

Para efeitos da aplicação da lei, eram consideradas obras de arte *"todos os objectos que possam constituir modelo ou representar ensinamento para os artistas, ou sejam dignos de figurar em museus publicos de arte, e todos aquelle que, pelo seu valor documental ou pelas recordações ou tradições que lhes andam ligadas, mereçam o qualificativo de historicos"*[27]. Qualquer instituição, pública ou privada, estava proibida de alienar, no todo ou em parte, uma obra de arte ou um objecto arqueológico sem autorização prévia das autoridades competentes[28], sendo que o Governo tinha sempre o direito de preferência se *"julga*[sse] *conveniente adquirir o objecto de arte para museu publico"*. Em todo o caso, a sua venda para o exterior só seria permitida com o acordo prévio do Ministério do Interior. Interessante é verificar que, por este decreto, nenhuma peça já incorporada em museus do Estado podia ser exportada mesmo que temporariamente, uma prática que hoje se tornou corrente entre instituições museológicas.

---

[26] *Diario do Governo*, N.º 41, 22 Novembro 1910, p. 515.

[27] Entre esses objectos enumeravam-se *"esculturas, pinturas, gravuras, desenhos, moveis, peças de porcelana, de faiança e de ourivesaria, vidros, esmaltes, tapetes, arrases, tecidos, trajos, armas, peças de ferro forjado, bronzes, joias, leques, instrumentos musicos, manuscritos illuminados, medalhas, moedas, inscrições"*. Excluíam-se, no entanto, desta categoria *"as obras de artistas vivos"*. (Idem, *ibidem*)

[28] As Academias de Belas Artes de Lisboa e do Porto, *"quando se trate de productos artisticos"*, e o Museu Etnológico Português, para *"objectos de caracter archeologico"*. (Idem, *ibidem*)

Assegurada a integridade e a conservação do património nacional, impunha-se a reforma dos serviços e do ensino das artes. Medida que procurava combater, por um lado, a falta de coordenação e de eficácia das instituições existentes no país, responsáveis, em grande parte, pela situação herdada, e, por outro, a ideia generalizada de que o ensino ministrado em Portugal servia apenas de preparação para o estudo no estrangeiro.[29]

Para o efeito da reorganização dos serviços artísticos e arqueológicos, e numa visão descentralizadora, o país é dividido em três circunscrições - Lisboa, Porto e Coimbra, cada uma delas com um Conselho de Arte e Arqueologia[30], coordenados superiormente por um Conselho de Arte Nacional[31], aos quais era, *"agora, confiada a guarda dos monumentos, a direcção suprema dos museus e outras funções de caracter artistico, na respectiva area"*.[32]

> *"Com isto, não pretende, porem, o Governo, centralizar só nestes pontos a riqueza artistica nacional, reunindo nelles, como, em tempos, se pretendeu já para Lisboa e Porto, todos os objectos de arte, moveis, actualmente dispersos de norte a sul de Portugal. Guiado por um espirito moderno, o Governo sabe bem quanto o país tem a lucrar com essa disseminação (...).*
>
> *Nesta conformidade, determinou já o Governo, no referido decreto de 19 de novembro, que tão somente deveriam dar entrada nos museus (museus que deveriam ser, de preferencia, os da região, desde que lá existissem, ou houvesse possibilidade de os criar) as obras de arte, cuja*

[29] Nesse sentido, era exigido *"d'ora avante, como titulo de admissão á frequencia das duas (....) Escolas, a certidão do exame de instrucção primaria superior"*, ao mesmo tempo que se *"sobrecarrega com mais uma classe o curso de architectura e torna-se dependente da pratica de dois annos, em obras do Estado ou de particulares, a concessão do diploma aos architectos"*. "*Completando o seu pensamento de nacionalização da arte, e em harmonia com o que é hoje, lá fora, corrente geral, o Governo modifica tambem o regime de pensões, substituindo-as por bolsas de viagem"*, com uma duração *"não superior a tres annos, sendo os dois primeiros destinados a frequentar a Escola de Bellas Artes de Paris e o restante itinerario approvado pela (...) commissão executiva"* do Concelho de Arte Nacional. (Decreto N.º 1, *Diario do Governo*, N.º 124, 29 Maio 1911, pp. 2245 e 2246)

[30] A estes Conselhos competia: o *"estudo, conservação e enriquecimento das collecções dos museus"*; *"organizar exposições"*; *"proceder á aquisição, em exposições publicas ou particulares, de obras de arte e peças archeologicas para os museus"*; *"classificar os monumentos da circunscrição, velar pela sua conservação e propor ou apreciar os respectivos projectos de reparação e retauração"*; *"promover conferencias sobre esthetica, historia da arte e monumentos nacionaes"*; *"proceder ao arrolamento da riqueza artistica e archeologica da circunscrição"*; *"indicar os peritos que devem proceder á inventariação dos mobiliarios de valor historico ou artistico"*; e *"consular sobre todos os assuntos de arte e archeologia, que pelo Governo sejam submetidos á sua apreciação"*. (Idem, p. 2245)

[31] Transformado em Conselho Superior de Arte e Arqueologia pelo Decreto N.º 1:422, de 13 de Março de 1915, do Ministério da Instrução Pública.

[32] Decreto N.º 1, op. cit, *ibidem*.

integridade ou bom exame soffressem com a sua collocação actual. As restantes deseja o Governo que continuem no seu logar de origem, embora sob a guarda e inspecção, absolutamente indispensaveis, dos Conselhos a cuja area pertencem. Com o que só terá a lucrar a educação regional do povo e a riqueza publica geral e local, por serem essas obras, depois de tratadas e devidamente exhibidas e conhecidas, um innegavel attractivo para o touriste *nacional e estrangeiro."*

A estes três Conselhos passavam a estar associadas comissões especiais - de Monumentos - responsáveis pela classificação, conservação e restauro do património arquitectónico pertencente a cada uma das circunscrições, extinguindo-se o antigo Conselho dos Monumentos Nacionais, instituído na dependência do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, em 1901.[33]

Também os museus são objecto de atenção nesta reforma, enquanto *"complemento fundamental do ensino artistico e elemento essencial da educação geral, sob todos os aspectos"*[34], reforçando-se a intenção de se estabelecer uma rede de museus, nacionais e regionais, que abrangesse todo o país de forma equilibrada e coerente[35], a funcionar sob a superintendência da Direcção Geral de Instrução Secundária, Superior e Especial[36]. Organizadas e classificadas, as obras expostas nos museus prestavam-se, agora, à construção de uma narrativa sobre a identidade nacional, fixada cientificamente e acessível a todos.

"(...) os museus merecem ao Governo, na actual reforma, um grande cuidado. E, sem querer encerrar nelles todos os valores artisticos actualmente dispersos pelo país, o Governo procura varolizá-los, tornando-os, a par dos mais bellos monumentos, padrões, tanto quanto possivel, vivos, da nossa cultura e modo de ser typico, através dos tempos. E, como circunstancias especiaes, de momento, facilitam, com o engrandecimento das collecções já existentes, o seu desdobramento em outras, cuja organização era, ha muito, unanimemente reclamada, o Governo, no cumprimento da sua missão de instrucção e educação, procura ampliá-las racionalmente, de forma que desempenhem o papel que lhes pertence.
(...)."

Decreto N.º 1, *Diario do Governo*, N.º 124, 29 Maio 1911, p. 2245.

[33] Destas Comissões de Monumentos só a da circunscrição de Lisboa chegaria a ser criada.
[34] Decreto N.º 1, op. cit., *ibidem*.
[35] Intenção que ficava, ainda, um pouco aquém das expectativas. *"Se o Anuário Comercial para 1910 registava dezassete museus em Lisboa, na realidade os museus diária e permanentemente abertos ao público não passavam de seis: (...). Com o andar dos anos, este panorama modificou-se um pouco. Criaram-se* [durante a República] *novos museus na capital: (...). Melhorou também a condição e o regime público dos demais, (...). Fora de Lisboa havia, em 1930, museus na maior parte das capitais de distrito, geralmente assentes em património de tipo arqueológico e etnológico. O Porto contava com um bom museu de arte. Para além daquelas cidades não abundavam os museus mas, ainda assim, existiam vários nos distritos de Aveiro (Buçaco), Braga (Guimarães), Coimbra (Figueira da Foz), Faro (Lagos), Lisboa (Cascais e Torres Vedras), Portalegre (Elvas), Santarém (Abrantes), Setúbal (Alcácer do Sal) e Viseu (Lamego). Cerca de treze museus regionais abriram as suas portas ao público a partir de 1910. Como acontecia com as bibliotecas, a concentração museográfica nos grandes centros, nomeadamente em Lisboa, era uma realidade insofismável."* (Cf. MARQUES, A. H. de Oliveira (coordenação), *Portugal da Monarquia para a República,* SERRÃO, Joel, MARQUES, A.H. de Oliveira (direcção), *Nova História de Portugal*, Volume XI, Lisboa, Editorial Presença, 1992, pp. 581-582)
[36] Instituição à qual ficavam subordinados os Conselhos de Arte e Arqueologia de cada uma das novas circunscrições. Na circunscrição de Lisboa são criados os museus nacionais de Arte Antiga e de Arte Contemporânea, que se juntam aos museus Nacional dos Coches e Etnológico Português, no Porto, o Atheneu D. Pedro passava a denominar-se Museu Soares dos Reis, e, em Coimbra, é criado o Museu Nacional Machado de Castro, com uma secção de Arte Religiosa instituída na Sé Catedral desta cidade. (Cf. Decreto N.º 1, op. cit., p. 2246)

Numa mesma perspectiva de nacionalização e democratização da arte, a cultura popular ganha, também ela, um renovado interesse no discurso republicano sobre o património, acompanhando os esforços de sistematização de uma imagem do país, realizados, desde meados do século XIX, por diversos autores e estudiosos portugueses[37]. Interesse que está patente no "Relatório" que serve de preâmbulo à legislação de 1911:

> *"Nascida do povo, a arte, mesmo a mais requintada, como a do seculo XVIII, não deixou nunca de ser uma das mais altas affirmações da sua força. (...)*
>
> *E, nesta orientação, é já hoje um axioma que, sem a arte do povo, a arte para o povo seria uma utopia. O levantamento da primeira é que ha de determinar o engrandecimento da segunda; e esse levantamento impõe-se agora tanto mais, quanto, estando, dia a dia, a extinguirem-se os dogmas que dominavam a velha humanidade, é, como nunca, necessario para que o povo sinta a arte, que ella seja filha das suas obras.*
>
> *(...)*
>
> *Sob este ponto de vista, que se afigura ao Governo o verdadeiro, educar é ainda instruir. E, como a educação do povo é um dos fitos mais nobres que cabem aos dirigentes de um país, o Governo procurou, nestes dois decretos, estabelecer o mais amplamente possivel as bases dos serviços de bellas-artes e archeologia e do ensino artistico, confiado em que realizará por essa forma, simultaneamente, dois dos mais altos fins da sua missão."*[38]

A ideia de que a arte popular materializava um regresso às origens na forma mais pura, pela sua ligação à terra e às tradições locais, e de que nela se alicerçavam as raizes de uma cultura erudita, contaminada, entretanto, pela presença de influências externas, conferia àquele tipo de expressão artística o carácter simbólico de testemunho vivo de uma condição portuguesa que se procurava fundamentar. Ideia que, como veremos, vai atingir o seu máximo alcance no Estado Novo, com a "Política do Espírito" de António Ferro.

---

[37] Campo em que se destaca a acção de Almeida Garrett (1799-1854), Alexandre Herculano (1810--1877), Camilo Castelo Branco (1825-1890) ou Júlio Dinis (1839-1871), na literatura romântica, de Adolfo Coelho (1847-1919), na história da instrução popular, de Leite de Vasconcelos (1858--1941) e Rocha Peixoto (1866-1909), na etnografia, ou de Virgílio Correia (1888-1944), na arte e na arqueologia, entre outros.

[38] Decreto N.º 1, op. cit., p. 2244.

No entanto, e apesar das expectativas criadas com a publicação destes dois diplomas legais, a sobreposição de competências que se instala, ao longo dos anos seguintes, entre os diversos serviços responsáveis pela salvaguarda e conservação do património nacional, distribuídos pelo Ministério da Instrução Pública e pelo Ministério do Comércio e das Comunicações[39], acabaria por inviabilizar a implementação de um programa de intervenções eficaz e consequente. Esta situação vinha agravada pelas dificuldades económicas decorrentes da participação de Portugal na Primeira Guerra Mundial[40] e pelo crescente clima de instabilidade política que se vive durante a 1.ª República. Contrariedades que, naturalmente, teriam também os seus reflexos na construção de um projecto de Turismo nacional.

De facto, o primeiro terço do século XX é marcado, tanto no plano internacional, como no plano doméstico, por uma sequência de acontecimentos políticos e económicos que comprometem a actuação da Repartição de Turismo desde os seus primeiros anos de vida, indiciando o panorama pouco favorável que este organismo viria a enfrentar até à década de 1940, altura em que a tutela passa para o Secretariado de Propaganda Nacional.

---

[39] Para além dos Conselhos de Arte e Arqueologia, sob a alçada do Concelho de Arte Nacional do Ministério da Instrução Pública (MIP), é criada, pelo Decreto N.º 7:038 de 17 de Outubro de 1920, uma Administração-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, no recém-reformulado Ministério do Comércio e das Comunicações (MCC), e, ainda, um Conselho de Património, no âmbito da Repartição do Património do Ministério das Finanças, instituído pelo Decreto N.º 6:184 de 29 de Outubro de 1919. Em 1924, um novo diploma, a Lei N.º 1:700 de 18 de Dezembro, procurava clarificar esta situação, concentrando todos os serviços de carácter artístico e arqueológico no MIP e na Direcção-Geral das Belas Artes, estrutura resultante da reorganização daquele ministério, pelo Decreto N.º 5:267 de 13 de Março de 1919. As disposições definidas por esta lei seriam confirmadas pelo Decreto N.º 11:445, de 13 de Fevereiro de 1926, oficializando a *"transferência, no plano legal, do antigo serviço de monumentos da AGEMN para a 3.ª Repartição da DGBA"*. Este *"processo culminaria com a criação*[, em 1929,] *da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), pelo Decreto N.º 16:791 de 30 de Abril, no âmbito do ministério do Comércio e Comunicações, devolvendo assim o serviço de monumentos (...) à tradicional dependência das 'Obras Públicas'"*. MCC que, em 1932, é transformado em Ministério das Obras Públicas e Comunicações (MOPC), designação introduzida pelo Decreto-Lei N.º 21:454, de 7 de Julho. (Cf. CORREIA, Luís Miguel, *Castelos em Portugal: Retrato do seu perfil arquitectónico (1509-1949)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010, pp. 230-239)

[40] Depois do *Ultimatum* britânico, de que resultou a cedência aos ingleses da ocupação do vasto território compreendido entre Angola e Moçambique, sobre o qual Portugal tinha sérias pretenções, explícitas no Mapa Cor-de-Rosa de 1887, e da ameaça do acordo anglo-germânico, negociado em 1913 (na sequência da Conferência de Berlim), que expressava as intenções da Alemanha sobre as colónias portuguesas, tornou-se imperativa uma tomada de posição por parte do governo português face ao desenrolar do conflito mundial. Assim, no início de 1917 desembarcavam em França os primeiros contingentes do Corpo Expedicionário Português (CEP), após o episódio do aprisionamento de navios alemães nos portos portugueses, que levou à declaração de guerra por parte da Alemanha.

Para dirigir a Repartição de Turismo do Ministério do Fomento[41] é convidado José d'Athayde, ficando o Conselho de Turismo sob a presidência de Sebastião Magalhães Lima, que assume este cargo em simultâneo com o de presidente da Sociedade Propaganda de Portugal. Pela legislação, àquele órgão executivo incumbia:

> *"a) Estudar o objecto e a conveniencia de novas ligações internacionaes e maritimas, propor o seu estabelecimento e o melhoramento das actuaes no que respeita a commodidade, rapidez, facilidades aduaneiras, sanitarias, postaes, telegraphicas ou outras, tendo em vista o desenvolvimento do turismo;*
>
> *b) Estudar e propor os meios de melhorar as condições de transporte, circulação e hospedagem dos touristes no país;*
>
> *c) Fazer com opportunidade no país e principalmente no estrangeiro a propaganda necessaria para o conhecimento perfeito de Portugal como país de turismo;*
>
> *d) Manter relações, uteis ao turismo de estrangeiros no país, com as repartições, associações e syndicatos similares nacionais e estrangeiros;*
>
> *e) Estudar os motivos de turismo existentes no país e a criação de novos motivos como base dos serviços designados nas aineas a), b) e c) do presente artigo."*[42]

Como se percebe, as novas atribuições da Repartição de Turismo relegavam para segundo plano a acção da SPP, confinada agora, e quase exclusivamente, a uma representação do país no estrangeiro.

Já sem a presença de Leonildo Mendonça e Costa[43], o seu principal mentor, a Sociedade mantém, ainda assim, uma posição relevante no panorama do Turismo português, quer pela edição continuada de folhetos e de cartazes turísticos, a nível nacional e internacional[44], quer pela participação activa na discussão dos principais temas em foco no sector, como a regulamentação do

Mappa Excursionista de Portugal
Publicado em *Portugal: Clima, paisajes, estaciones termales, etc*, Lisboa, Sociedade Propaganda de Portugal, 1912.
(imagem LOUSADA, Maria Alexandre, PIRES, Ana Paula (coordenação científica), *Viajar: Viajantes e Turistas à descoberta de Portugal no tempo da I República*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República/Turismo de Portugal, 2010., p. 15)

[41] Ministério do Fomento que é liderado por Brito Camacho, um dos fundadores da SPP e o principal impulsionador da criação da Repartição sob a sua tutela.
[42] *Diario do Governo*, N.º 115, 18 Maio 1911, p. 2015.
[43] Monárquico convicto, Mendonça e Costa renuncia ao cargo de Secretário Perpétuo da SPP em Outubro de 1910, na sequência da implantação do regime republicano, alegando incompatibilidades de ordem política, razões que, de início, ele próprio defendera não terem lugar dentro da Sociedade.
[44] Em 1911, publica *Portugal - Guia Panorâmico* e promove uma nova campanha de cartazes turísticos em Inglaterra, no ano seguinte, lança o folheto *Portugal: Clima, paisajes, estaciones termales, etc*, e, em 1916, *O Porto e Arredores*, seguido, em 1918, por *Águas e Termas Portuguesas* e *As nossas praias: Indicações gerais para uso de banhistas e turistas*. (Cf. PINA, Paulo, *Cronologia do Turismo Português: 1900-1929*, op. cit., pp. 59-82)

SOCIEDADE
Propaganda de Portugal
MAPPA EXCURSIONISTA
DE
PORTUGAL
1912
N
S
ATLANTICO
OCEANO
RIO TEJO
Signaes convencionaes

jogo[45] ou a criação de uma Escola de Hotelaria[46], quer, ainda, pela presença, a par da representação oficial, em diversos encontros no estrangeiro.

Em 1915, chega, inclusivamente, a organizar um congresso[47] - o Congresso Regional Algarvio, que teve lugar na Praia da Rocha, para o qual encarrega, através da sua Comissão de Hotéis, o arquitecto Raul Lino, membro da SPP, de apresentar *"um projecto de Hotel Portuguêz para ser construído no Sul do Paiz"*[48]. A proposta de *"um novo tipo de hotel"*, de *"termo mediano"*[49], procurou ser *"uma solução original para um problema novo"*, na qual *"foi posta de parte a ideia de um 'Palace-Hotel'"*. Mas, o arquitecto esclarece que *"no entanto nem se trata de uma simples casa de hospedes nem se quiz fazer uma especie de caserna com o ar de um coordenador automatico para hospedes"*. E adianta: *"Se algum nome fosse preciso achar para este modêlo de hotel, proporiamos que se chamasse 'Hotel-Solar"*, que *"uma vez experimentado e julgado (...) seria com o maior interesse que tentaríamos resolver novos casos em projectos semelhantes para 'Hotéis Solares' nas outras regiões do nosso país, taes como a incomparável Sintra, a das Beiras ou do nosso Norte"*.

Essa oportunidade só vai surgir em 1933, com o "Concurso do Hotel Modelo" promovido pela revista *Notícias Ilustrado*, também ele sem consequências práticas.[50]

"A creação de hoteis no nosso paiz não é apenas uma questão de emprego de capital, é tambem um problema arquitectonico que se tem de resolver. A adopção de tipos extrangeiros, alem de graves inconvenientes de ordem pratica, é sobretudo tristissima afirmação d'aquela fraqueza de espirito que infelizmente caracterisa tantos dos nossos emprehendimentos. Não é também com a aplicação de motivos de decoração dos estilos historicos copiados e adaptados de quaesquer monumentos, como que n'uma obra de pachorrenta colagem, que chegaremos a nacionalisar as nossas construções. Temos imenso que aprender das disposições internas dos hoteis extrangeiros, sobretudo dos hoteis de maior luxo, mas não devemos copiar de modo algum os seus aspectos exteriores que, transpostos para o nosso meio, terão sempre um antipatico aspecto intruso."

LINO, Raul, "Memoria justificativa e descritiva de um projecto de um hotel Portuguez para ser construido no Sul do paiz", CONGRESSO REGIONAL ALGARVIO, Praia da Rocha, 1915. Lisboa, Typographia da Gazeta dos Caminhos de Ferro, 1915, p. 7.

[45] Em 1912 a Sociedade Propaganda de Portugal submete à apreciação da Câmara de Deputados uma proposta de regulamentação do jogo que não tem seguimento. (Cf. Idem, p.62)

[46] Na sequência do "Curso Profissional de Empregados de Hotéis" realizado, em 1909, na Casa Pia de Lisboa, a SPP insiste, em 1919, na criação de uma Escola de Hotelaria na capital, agregada ao Instituto do Comércio, após ter anunciado, no ano anterior, o propósito de abrir um curso nocturno para "criadagem hoteleira", como prometido no I Congresso Hoteleiro de 1916, mas que nunca se chega a concretizar. (Cf. Idem, p. 86)

[47] Já em 1908 a Sociedade Propaganda de Portugal havia tomado a iniciativa de organizar um Congresso Hoteleiro, mas face à falta de inscrições que se verifica este acaba por não se realizar (dos trezentos e três destinatários da circular enviada apenas vinte e oito responderam). Seria preciso esperar oito anos para esta ideia tomar corpo, agora sob o patrocínio do Conselho Nacional de Turismo do Ministério do Fomento republicano.

[48] Que apresenta sob a forma de "Memória justificativa e descritiva". (Cf. LINO, Raul, "Memoria justificativa e descritiva de um projecto de um Hotel Portuguez para ser construido no Sul do Paiz", CONGRESSO REGIONAL ALGARVIO, Praia da Rocha, 1915. Lisboa, Typographia da Gazeta dos Caminhos de Ferro, 1915)

[49] Este novo tipo de hotel estava projectado para ter 31 quartos, mas *"a disposição dada á planta (...) permit*[ia] *aumentos sucessivos"* até se atingirem os 75. *"Alem dos aumentos mencionados esta construcção poderia sofrer uma serie de modificações tendentes a enriquece-la ou, pelo contrario, a torna-la mais simples"*, de forma a adaptar-se às condições da implantação. (Cf. Idem, pp. 10-11)

[50] Ver capítulo 2.1..

Das restantes teses apresentadas, destacam-se a do ex-ministro das Finanças, algarvio, Tomás Cabreira sobre "Zonas Turísticas", que avança com um projecto de lei para a criação de três zonas de jogo (Cascais/Estoril/Sintra, Praia da Rocha/Monchique e Figueira da Foz/Buçaco) e com a proposta de um anel ferroviário turístico a ligar Madrid-Sevilha-Faro-Lisboa-Coimbra-Salamanca; e a de Manuel Emygdio da Silva, presidente da Comissão de Hotéis da SPP, sobre o "Kurtaxe", um imposto municipal, facultativo, *"cobrado directamente pelos hoteleiros sobre os seus hospedes nas estações de vilegiatura, balneares e termaes"*[51], já em vigor (com essa designação) na Suíça e em algumas cidades alemãs e austríacas, em que *"uma percentagem da receita cobrada* [revertia para o] *Sindicato ou Sociedade de Iniciativa e propaganda regional a titulo de subvenção destinada a despesas de publicidade, premios e auxilios a festas tradicionaes, corridas, desportos e outras diversões que atraiem os forasteiros"*.

No estrangeiro, a principal conquista da Sociedade seria a criação na capital francesa de um *Bureau de Renseignements*, acordada, em 1917, com o Conselho de Turismo, *"ficando aquela com o encargo de o instalar e manter em funcionamento"*[52]. Dois anos depois o *Bureau* passa a "Centro de Turismo e Propaganda Nacional", integrado na Câmara Portuguesa de Comércio em Paris[53], sendo oficiosamente conhecido como "Casa de Portugal"[54]. Nesse mesmo ano, de 1919, a SPP abre um novo *Bureau*, este, agora, em Bordéus. Estruturas que, a partir da década de trinta, vão ser suplantadas pelas "Casas de Portugal" do Ministério dos Negócios Estrangeiros, instaladas em Paris (1931), Londres (1931), Antuérpia (1933) e Nova Iorque (1939).[55]

"Os municipios do Algarve, muito lucrariam com esse imposto se, paralelamente as suas praias, as suas estancias de inverno e as suas termas, devidamente coadjuvadas pelos poderes publicos, desenvolvessem todos os esforços possiveis para canalisar o turismo nacional e estrangeiro para esses sitios priviligiados da natureza e tão descurados ainda na iniciativa particular e da oficial."

SILVA, Manuel Emygdio da, "Kurtaxe", CONGRESSO REGIONAL ALGARVIO, Praia da Rocha, 1915. Lisboa, Typographia da Gazeta dos Caminhos de Ferro, 1915.

[51] SILVA, Manuel Emygdio da, "Kurtaxe", CONGRESSO REGIONAL ALGARVIO, Praia da Rocha, 1915. Lisboa, Typographia da Gazeta dos Caminhos de Ferro, 1915.

[52] Para o que *"o Governo atribui à Sociedade Propaganda de Portugal uma subvenção anual de 15.000FF, acrescidos de 1.000FF nesse ano, para a instalação. Nesse sentido, o Conselho de Turismo concede ainda uma verba anual de 1.000FF e a Companhia Portuguesa dos Caminhos de Ferro 10.000FF"*. (PINA, Paulo, *Cronologia do Turismo Português: 1900-1929*, op. cit., p. 75)

[53] Pelo Decreto N.º 5:263, de 12 de Março de 1919.

[54] *"Por nele se instalarem a filial do Banco* [Nacional Ultramarino]*, o "Centro de Turismo", a Câmara de Comércio e escritórios de firmas nacionais"*. (PINA, Paulo, *Cronologia do Turismo Português: 1900-1929*, op. cit., p. 85)

[55] "Casas de Portugal" que, em 1953, passam a ficar subordinadas ao Secretariado de Informação,

Mas se, neste período, a actividade da Sociedade Propaganda de Portugal é reduzida, a da Repartição de Turismo não será maior. Embora a funcionar com autonomia financeira, as verbas destacadas pelo Ministério para o seu funcionamento não iam muito além das necessárias ao pagamento de salários. Essas dificuldades são expostas por José d'Athayde no relatório de actividades dos Serviços da Repartição de Turismo, referente ao período de Junho de 1912 a Junho de 1913: *"alguma cousa se fez de proveitoso e útil para o turismo no decorrer dêstes meses, e se a lista dos trabalhos não é maior, deve-se principalmente à exigùidade da dotação consignada nos orçamentos do Estado, para custear as despesas do órgão oficial de turismo, que não permite que se vá além de pequenas tentativas no sentido de fomentar uma indústria que tam largos proventos pode acarretar para o país"*.[56]

A Formosa Lusitânia
Folheto de divulgação turística da autoria de Alberto Forjaz de Sampaio
Repartição de Turismo, 1916
(imagem LOUSADA, Maria Alexandre, PIRES, Ana Paula (coordenação científica), *Viajar: Viajantes e Turistas à descoberta de Portugal no tempo da I República*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República/Turismo de Portugal, 2010, p. 53)

Entre estas "pequenas tentativas", abordam-se, em especial, as questões da propaganda e da regulamentação hoteleira. Em 1913, é lançado o primeiro folheto oficial português de promoção turística, intitulado *Sunny Portugal*, que aposta no clima e no património histórico como factores de diferenciação do turismo nacional, seguido de *A formosa Lusitânia*, editado em 1916, elogio "fora de tempo" à época dos descobrimentos marítimos portugueses. A grande novidade seria o recurso às novas técnicas de publicidade, com a encomenda, em 1917 e 1918, às Casas Gaumont e Pathé, de Paris, de vários filmes turísticos sobre Portugal. Altura em que a Repartição reformula o seu discurso propagandístico e Lisboa passa a ser promovida como *Porta da Europa - o Cais do Atlântico*, *slogan* que retomava a imagem proposta, uns anos antes, pela Sociedade Propaganda de Portugal.

Também, em 1917, se reune, em Lisboa, o I Congresso Nacional Hoteleiro, promovido pelo Conselho de Turismo, onde se insiste na necessidade urgente da implementação de uma Escola de Hotelaria no país. Mas a principal medida resultante deste evento

Cultura Popular e Turismo (SNI) funcionando como delegações, no estrangeiro, deste organismo.
[56] ATHAYDE, José d', *Relatório* [dos] *Serviços da Repartição de Turimo: Junho de 1912-Junho de 1913*, Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, 1913, p.5.

Sunny Portugal
Primeiro folheto oficial português de divulgação turística
Repartição de Turismo, 1913
(imagem *90 Anos de Turismo em Portugal: conhecer o passado investir no futuro*, Lisboa, Conselho Sectorial do Turismo, 2001, p. 53)

diria respeito à regulamentação do jogo em Portugal, com a criação de uma comissão especial, presidida pelo director da Repartição de Turismo, encarregue de elaborar um projecto de lei que deveria *"conter normas proibindo a sua exploração"* nos grandes centros urbanos. No entanto, *"poderosos interesses localizados sobretudo em Lisboa, onde pululam as casas de tavolagem, conseguem esvaziar os trabalhos da comissão, gorando-se uma vez mais a intenção de moralização do jogo com a correspondente perda de receitas fiscais de que depende o fomento do turismo"*.[57]

[57] PINA, Paulo, *Cronologia do Turismo Português: 1900-1929*, op. cit., p. 77.

Outra medida importante introduzida nesta altura seria a classificação oficial, em 1918, das localidades consideradas como "Terras de Turismo"[58], ainda que realizada, exclusivamente, para efeitos de tributação fiscal[59] e *"não reflectindo por isso um propósito concreto de, via legislativa, consagrar a especificidade destes lugares"*[60]. É com base nesta lista, entretanto complementada pela relação de estâncias balneares e termais definida nas publicações, editadas pela SPP, relativas às *Nossas Praias* e às *Águas e Termas Portuguesas*, que, em 1923, são formalmente classificados os diferentes tipos de estâncias existentes em Portugal (de praia, climatéricas, de altitude, de repouso e de turismo). Classificação fixada no *Diário do Governo* de 14 de Março de 1923, pelo Decreto N.º 8:714.[61]

Esta organização da geografia turística portuguesa surge na sequência da instituição, três anos antes, das Comissões de Turismo Locais, criadas, pelo Decreto N.º 7:037 de 17 de Outubro de 1920, quando da transferência dos Serviços de Turismo para a dependência da nova Administração-Geral das Estradas e Turismo[62], organismo autónomo e independente a funcionar sob a tutela do, agora, Ministério do Comércio e Comunicações.

---

[58] Ao todo, são referenciadas 65 localidades, divididas em 1.ª e 2ª classes (12 e 53, respectivamente), verificando-se a sua concentração em torno dos principais centros urbanos (Lisboa e Porto) e de cenários de montanha (Serra do Grês, Serra da Estrela e Serra do Caramulo), assim como a sua dependência directa em relação à rede ferroviária existente, principal meio de transporte utilizado nas deslocações internas, sendo que as únicas localidades classificadas a sul do Tejo seriam Setúbal, Lagos, Praia da Rocha (esta de 1.ª classe) e Caldas de Monchique. (Cf. FERREIRA, Carlos Cardoso, SIMÕES, José Manuel, op. cit., p. 80)

[59] Com a fixação da tabela de contribuição sumptuária, pelo Decreto 4:700 de 12 de Julho de 1918, que teria execução no Decreto N.º 4:819, onde se definiam as localidades consideradas "Terras de Turismo". (Cf. *Diário do Govêrno*, I Série, N.º 165, 26 Julho 1918, p. 1481 e *Diário do Govêrno*, I Série, N.º 204, 19 Setembro 1918, p. 1705)

[60] FERREIRA, Carlos Cardoso, SIMÕES, José Manuel, op. cit., p. 82.

[61] Onde são definidas como praias sessenta e nove localidades; três como estâncias climatéricas; uma como estância de altitude e de repouso; e doze como estâncias de turismo.

[62] Criada pelo Decreto 7:036, de 17 de Outubro de 1920, e à qual passa a estar vinculada a Repartição de Turismo, sendo o Conselho de Turismo transformado em Conselho Geral das Estradas e Turismo. Na dependência directa desta Repartição são, por esta legislação, organizadas Comissões de Turismo Locais, responsáveis *"pelos assuntos concernentes ao turismo, protecção e defesa dos monumentos nacionais de qualquer espécie, relíquias históricas e artísticas, cooperação no estudo e nos serviços das estradas de turismo, higiene e propaganda das localidades e fiscalização dos respectivos locais"*. Para *"fazer face às despesas necessárias para levar a cabo o seu objectivo de fomento e desenvolvimento de turismo"*, estas Comissões podiam *"lançar uma pequena taxa de cura, sôbre todos os forasteiros que frequentem as respectivas estâncias balneares, termais e de turismo"*. Na constituição das Comissões de Turismo são incorporados os antigos dirigentes das Delegações Regionais da Sociedade Propaganda de Portugal, primeiros modelos de uma estrutura orgânica local. (Cit. Decreto N.º 7:037, *Diário do Govêrno*, I Série, N.º 209, 17 Outubro 1920, p. 1387)

São estas Comissões de Turismo que vão dar origem, em 1921, às Comissões de Iniciativa, estruturas locais de promoção e de desenvolvimento das estâncias sob a sua superintendência, cabendo-lhes *"executar e realizar quaisquer melhoramentos" "tendentes a aumentar a* [sua] *freqüência (...) e a fomentar a indústria de turismo"*[63], desde que os respectivos projectos fossem aprovados pelo Governo ou pelas corporações administrativas, contando, para isso, com a *"cobrança duma taxa especial denominada de Turismo, paga pelas pessoas que frequentam as estâncias e nelas tenham residência própria"*.[64]

Consideravam-se, ainda, da competência das Comissões de Iniciativa: a proposta e o traçado de planos de urbanização, o inventário do património histórico e artístico, ou *"de quaisquer curiosidades dignas de interêsse para os viajantes, existentes na localidade"*[65], a fiscalização dos estabelecimentos hoteleiros e de restauração da sua área, e a implementação do cumprimento dos regulamentos e prescrições emanados pelas autoridades sanitárias, *"de forma a proporcionar aos seus freqüentadores* [um] *meio confortável, higiénico e agradável"*.

É da organização turística local que vai depender, em grande parte, a continuidade de uma política oficial de Turismo neste período[66]. Subordinada à Administração-Geral das Estradas e Turismo, a Repartição vê cerceado o regime de autonomia com que inicialmente funcionara. Situação agravada pelas constantes reformulações institucionais e pela crescente burocratização dos serviços oficiais que se verifica ao longo dos anos vinte. O golpe final seria dado em 1927, com a passagem dos assuntos do Turismo para a alçada do Ministério do Interior[67],

---

[63] Lei N.º 1:152, *Diário do Govêrno*, I Série, N.º 84, 23 Abril 1921, p. 636.

[64] Para além desta taxa, os fundos das comissões de iniciativa seriam também constituídos *"por uma percentagem equivalente a 15 por cento da contribuição industrial, paga pela sociedade ou entidades que explorem as concessões de águas minero-medicinais, ou nela exerçam qualquer comércio ou indústria, por uma percentagem de 10 por cento sôbre a contribuição predial das propriedades da localidade e por quaisquer outras receitas que as mesmas comissões possam angariar"*. (Idem, *ibidem*)

[65] Decreto N.º 8:046, de 24 de Fevereiro de 1922, que regulamenta a execução da Lei N.º 1:152.

[66] Até 1936, altura em que as Comissões de Iniciativa são incorporadas nas autarquias, na sequência da racionalização de meios introduzida pela constituição do Estado Novo.

[67] Mantendo-se no Ministério do Comércio e Comunicações uma Direcção-Geral de Estradas e

medida preventiva de eventuais distúrbios provenientes do exterior num período de grande agitação interna.[68]

Tal posição de força, por parte do governo de Ditadura Militar instaurado a 28 de Maio de 1926, não deixou de causar algum desagrado no meio ligado ao sector, descontente com a inoperância e o desinteresse de um Ministério assoberbado por questões de ordem política. Mas é neste contexto que se consegue chegar, finalmente, à tão aspirada regulamentação da prática do jogo, elaborada com base no projecto de lei delineado pela comissão encarregue de estudar o assunto, dez anos antes, pelo Conselho de Turismo.[69]

Percebe-se, assim, a transformação da antiga Repartição de Turismo, do Ministério do Fomento, entretanto integrada na Administração-Geral das Estradas e Turismo, do Ministério do Comércio e Comunicações, em Repartição de Jogos e Turismo, no Ministério do Interior[70]. Também o Conselho de Turismo é recriado neste Ministério, em resposta à participação portuguesa na Exposição Ibero-Americana de Sevilha de 1929, agora com a designação de Conselho Nacional e uma função muito mais deliberativa.[71]

"A situação privilegiada do nosso País e as excepcionais condições que reúne para constituir um centro de atracção de turistas impõem medidas imediatas sôbre turismo em Portugal. As exposições de Sevilha e Barcelona vão constituir um certame internacional, ao qual hão-de concorrer viajantes dos mais longínquos países. Natural é portanto que Portugal, já como ponto obrigatório de passagem, já como País mundialmente conhecido pelas suas belezas naturais e pela amenidade do seu clima, tenha de receber e albergar dentro do seu território numerosos estrangeiros. Devem por isso tomar-se desde já as medidas que o momento aconselha, constituindo e dando atribuições a um organismo superior, que coordene e centralize todos os assuntos no campo do turismo oficial."

Decreto N.º 16:999, *Diário do Govêrno*, I Série, N.º 139, 21 Junho 1929, p. 1509.

uma Junta Autónoma das Estradas (JAE), esta criada pelo Decreto-Lei N.º 13:696, de 20 de Julho de 1927. Dois anos depois é extinta a Direcção-Geral, concentrando-se na JAE todos os serviços relacionados com a manutenção e a construção da rede rodoviária do país.

[68] Desde a Revolta Sidonista, de Dezembro de 1917, que se tinha vindo a assistir ao degradar da situação política em Portugal e, consequentemente, da situação socio-económica do país, já de si comprometida com o envolvimento português na 1.ª Guerra Mundial. Após o regime de ditadura militar de Sidónio Pais, eleito Presidente da República em Abril de 1918 e assassinado no fim desse ano, que se caracterizou por uma crescente confusão política e administrativa e pelo clima de repressão que instaurou, o País mergulhou numa profunda crise marcada por um episódio de guerra civil que opôs, em 1919, monárquicos e republicanos. Reposta a "República Velha", seguiu-se um período de instabilidade governamental, com Democráticos e Liberais a revezarem-se no poder. O sentimento geral de descontentamento e a crescente simpatia por soluções de carácter autoritário, que restabelecessem um governo capaz de reequilibrar a situação geral do País, conduziu à revolta militar de 28 de Maio de 1926, encabeçada pelo General Gomes da Costa, logo seguida de novo golpe de estado que impôs uma ditadura militar de tendências fascistas, presidida pelo General Óscar Carmona. Postas em causa a República e as instituições democráticas, não sem que se verificasse alguma resistência por parte da população, estava delineado o caminho para a modelação de um Estado autoritário e corporativo sustentado por Oliveira Salazar e pela Constituição de 1933: o Estado Novo.

[69] Comissão composta pelo Dr. Martiniano Simões, Secretário-Geral do Ministério do Interior, pelo Major-Aviador João Luís de Moura, Governador Civil de Lisboa, pelo Dr. Blanch, representante do Ministério das Finanças, pelo Tenente-Coronel Ferreira do Amaral, Comandante da PSP de Lisboa, pelo Engenheiro Roldan & Pego, representante do Ministério do Comércio, e por Alexandre de Almeida, da Sociedade Propaganda de Portugal. Os trabalhos da comissão são concluídos a 14 de Setembro de 1927. (Cf. PINA, Paulo, *Cronologia do Turismo Português: 1900-1929*, op. cit., p. 115)

[70] Pelo Decreto N.º 13:700, de 31 de Maio de 1927.

[71] Pelo Decreto N.º 16:999, de 21 de Junho de 1929, o Conselho Nacional de Turismo passava

Esta reforma deu um novo fôlego à promoção turística em Portugal, de tal forma que, ao longo da década seguinte, proliferam diferentes serviços oficiais e privados ligados ao universo do Turismo, sem que haja uma clara delimitação de competências entre eles. A promiscuidade contraproducente que se gerou, com a realização de acções paralelas e desconcertadas, pôs em causa a primazia daquele órgão e a realização de um plano nacional de Turismo coeso e eficaz que pudesse vir a guiar iniciativas futuras. Aparecem, logo em 1930, a Comissão de Propaganda do Turismo no Estrangeiro e, desde 1935, as Casas de Portugal, directamente ligadas ao Ministério dos Negócios Estrangeiros; o Centro de Turismo Português, patrocinado, a partir de 1932, pelo ACP, que passa a representar o país na *Alliance Internationale du Tourisme*; o Secretariado de Propaganda Nacional, em 1933; e, em 1935, a Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT), dedicada ao Turismo dito social.

Aproveitando a realização do I Congresso Nacional de Turismo, em Janeiro de 1936, onde se propunha a análise da situação em que se encontrava a indústria em Portugal, reivindica-se a necessidade do Estado organizar o sector, que segundo o Relatório do Banco de Portugal, referente ao ano anterior, passara a ser uma parcela activa na balança económica do país. Paralelamente, propõe-se uma série de medidas institucionais com vista à criação de *"um organismo único central e directivo, de carácter administrativo e técnico com os máximos poderes e autonomia e dispondo das dotações orçamentais necessárias para poder realizar obra eficiente"*[72], estrutura que deveria funcionar a partir da Presidência

a ter, como Presidente, o Ministro do Interior, como Vice-Presidente, o Comissário Português à Exposição de Sevilha, e como Vogais, o Presidente do Conselho de Administração de Jogos, um representante do Ministério das Finanças - Alfândegas, um representante do Ministério dos Negócios Estrangeiros, um representante do Ministério do Comércio e Comunicações - Caminhos de Ferro, um representante da Intendência Geral da Segurança Pública, o Chefe da Repartição de Jogos e Turismo, e o Chefe de Secção da secretaria Geral do Ministério do Interior, que serviria de secretário. Competia, agora, a este organismo: *"1.º Coordenar os esforços de todos os organismos nacionais que se relacionem com o turismo, no sentido de lhes imprimir uma unidade e finalidade profícuas; 2.º Organizar um plano de desenvolvimento turístico nacional e dar-lhe rápida execução; (...) 4.º Iniciar e manter, com carácter permanente, publicações apropriadas para dar a máxima expansão e difusão internacional à riqueza turística do nosso País; 5.º Realizar tudo o mais que fôr concernente e possa contribuir para o aproveitamento da riqueza turística nacional"*. (Cf. Decreto N.º 16:999, *op. cit.*, p. 1510)

[72] PINA, Paulo, *Portugal: O turismo no século XX*, op. cit., p. 83.

do Conselho para permitir um relacionamento directo com os restantes serviços públicos. No entanto, o deflagrar da Guerra Civil Espanhola, em 1936, veio suspender todo o entusiasmo gerado à volta dos resultados do Congresso, estagnando por três longos anos a actividade turística em Portugal.

O crescente alheamento do Ministério do Interior em relação às questões do Turismo que estatutariamente lhe competiam, preocupado que estava em reprimir qualquer tentativa de revolta política influenciada pelos acontecimentos do país vizinho[73] e em apoiar, ainda que discretamente, a facção nacionalista do General Francisco Franco (que ganhava aliados numa Europa dominada pelos governos fascistas do Eixo Italo-Germânico), abriu o caminho para que o então director do Secretariado de Propaganda Nacional, António Ferro, conseguisse que, a 31 de Dezembro de 1939, a tutela do Turismo transitasse para este organismo, passando o Conselho Nacional a funcionar na sua dependência[74], com um papel meramente consultivo.

Esta mudança só seria formalmente assumida em 1944, com a transformação do SPN em Secretariado de Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI)[75], título que deixava clara a subordinação da política oficial de Turismo ao repertório popular e ruralista que tinha vindo a caracterizar as iniciativas do Secretariado. No meio de um segundo conflito mundial, tratava-se de educar os portugueses a olhar e descobrir o seu próprio país, elucidando-os sobre a forma correcta de o fazer, agora que as férias pagas começavam a ser uma realidade, ainda que ténue, nas práticas sociais correntes. Algo que Raul Proença havia já antecipado com a publicação do seu *Guia de Portugal*.

[73] Surgem, em 1936, tanto a Mocidade Portuguesa e a Legião Portuguesa, forças paramilitares de mobilização popular, como a Colónia Penal do Tarrafal, em Cabo Verde, expressões do endurecimento político-militar do Estado Novo que seguem os modelos fascistas europeus.
[74] Pelo Decreto N.º 30:289, de 2 de Fevereiro de 1940.
[75] A transformação do SPN em SNI tem como base três diplomas legais distintos: a Lei N.º 33:545, de 23 de Fevereiro de 1944, que estabelece as suas atribuições; e os Decretos N.º 34:133 e N.º 34:134, ambos de 24 de Novembro de 1944, que, por um lado, organizam os serviços do novo Secretariado e, por outro, os regulamentam.

A pedagogia de um olhar: o *Guia de Portugal*

Inspirado no modelo internacional dos *Murray*, *Guides Joanne* e *Baedeker*[76], o *Guia de Portugal* constitui, ainda hoje, uma referência única na literatura de viagem pelas terras de Portugal. Esta obra foi construída ao longo de cinquenta anos[77], contando com a participação de algumas das mais ilustres figuras da cultura portuguesa do século XX, da Literatura à Geografia, da Arquitectura à Arqueologia, da História da Arte à Antropologia e à Etnografia[78]. Contribuições compiladas, em formato "de bolso", sob a capa idealizada por Raúl Lino, num verde escuro, distintivo, com o escudo de Portugal, estilizado, gravado a ouro.

O primeiro volume, dedicado a *Lisboa e Arredores*, é lançado em 1924, sendo recomendado pela Repartição de Turismo e pela Sociedade Propaganda de Portugal. Segue-se, três anos depois, o volume relativo à *Estremadura, Alentejo e Algarve*. Ambos publicados pela Biblioteca Nacional de Lisboa e os únicos dois, dos cinco editados, a contar com o prefácio de Raúl Proença (1884-1941)[79]. Os três restantes volumes, divididos em dois tomos cada, seriam dirigidos por Sant'Anna Dionísio (1902-1991), que se assume como o grande continuador deste empreendimento.

Uma advertência é deixada ao leitor logo na abertura do primeiro volume:

---

[76] Em 1853, é publicada a 1.ª edição do *Murray's Hand-Book for Travellers in Portugal*; seguido, em 1859, do *Itinéraire Descriptif, Historique et Artistique de L'Espagne et du Portugal*, escrito por A. Germond Lavigne para a *Collection Joanne*; e, em 1897, do Baedeker *Spanien und Portugal*, com versão inglesa datada do ano seguinte e primeira versão francesa de 1900.

[77] Mais precisamente, entre 1924 e 1970, datas da edição do primeiro e último volumes.

[78] Destaca-se a presença de nomes como Afonso Lopes Vieira, António Sérgio, Agostinho da Silva, Amorim Girão, Aquilino Ribeiro, Brito Camacho, Câmara Reys, Egas Moniz, Eugénio de Castro, Ferreira de Castro, Hernâni Cidade, Jaime Cortesão, José de Figueiredo, Júlio Dantas, Keil do Amaral, Matos Sequeira, Orlando Ribeiro, Pina de Morais, Raul Brandão, Raul Lino, Reynaldo dos Santos, Sant'Anna Dionísio, Silva Teles, Teixeira de Pascoaes, Vergílio Correia e Vitorino Nemésio, entre outros.

[79] O primeiro volume é o único ao qual é formalmente atribuída a coordenação de Raúl Proença, embora este autor seja o grande ideólogo do projecto. Democrata convicto, a sua oposição ao regime de Ditadura Militar condena-o ao exílio, em Paris, em 1927, regressando a Portugal em 1932, por motivos de doença, onde vem a falecer, em 1941. Os volumes seguintes do *Guia de Portugal*, publicados, o terceiro, nos anos quarenta (1945), o quarto, nos anos sessenta (1965) e, o quinto, no início dos anos setenta (1969 e 1970), seriam já apresentados e anotados por Sant'Anna Dionísio (1902-1991), colaborador das primeiras edições que assume a direcção da obra depois da morte de Raúl Proença.

"Esta edição, pelas minúcias a que desce e pelo carácter crítico que por vezes assume, é sobretudo destinada ao uso dos Portugueses. Em breve serão publicados resumos em francês e inglês."

Ficava, desde o início, explícito que esta era uma obra escrita por portugueses para portugueses e a eles dedicada:

"A TODOS OS QUE / NÃO DESEJAM FAZER PERPETUAMENTE JUSTA / A FRASE CÉLEBRE DE MONTESQUIEU, / AO DIZER DOS PORTUGUESES / QUE TINHAM DESCOBERTO O MUNDO, MAS / DESCONHECIAM A TERRA EM QUE NASCERAM; / ESTE LIVRO, / INVENTÁRIO DAS RIQUEZAS ARTÍSTICAS / QUE AINDA NÃO SE SUMIRAM NA VORAGEM, / E DAS MARAVILHAS NATURAIS / QUE AINDA NÃO CONSEGUIMOS DESTRUIR, / ANTOLOGIA DE PAISAGISTAS, / "VADE-MECUM" DE BELEZA, / ROTEIRO DOS PASSOS DOS PORTUGUESES / ENAMORADOS, / INDÍCULO DAS PEQUENAS E GRANDES COISAS, / QUE REQUEREM O NOSSO AMOR / - PELO PASSADO, PELO PRESENTE / E PELO FUTURO, - / É OFERECIDO E DEDICADO."

E acrescentava-se:

"A ordem rigorosamente itinerária que seguimos nesta obra é talvez a menos conveniente aos efeitos literários, mas a mais útil para o fim que tivemos em vista - que não foi encantar os Portugueses com a nossa prosa, mas levá-los à descoberta de Portugal. Se há aqui literatura (e da melhor), ela não constitui um fim em si mesma, mas um meio de sugestão, um comentário vivo e inteligente das excursões a efectuar e a maneira de tornar mais flagrante a expressão da realidade."

Abrindo com citações de Miguel de Unamuno[80], Ramalho Ortigão e Byron, neste primeiro volume Raúl Proença enuncia, no seu prefácio, os princípios que guiaram esta grandiosa e complexa empresa, começando por esclarecer:

"O Guia de Portugal pretende ser simultaneamente:

a) um minucioso roteiro do País, constituído por um conjunto de 'itinerários' e 'indicações práticas' muito precisas, que possam levar o viajante, com a maior economia de tempo e dinheiro, e o maior proveito e gozo espiritual, a todos os pontos do continente (rios e bosques, aldeias e cidades, cumes golpeados de montanhas, ou rochedos cenográficos do

[80] Que, em 1911, havia publicado *Por tierras de Portugal y de España*.

mar), que a história, a lenda, a beleza ou a arte tenham instituído em forçados lugares de peregrinação para todo o coração lusitano.

b) um repertório artístico, onde, por assim dizer, se faça a 'inventariação sistemática e exaustiva das obras de arte do País', (...), colocando-as no lugar que lhes compete na história geral da arte, e auxiliando assim, com esta divulgação através de um largo público, a conservação, defesa e carinhoso amor do nosso património espiritual.

c) uma obra de sóbria literatura descritiva que, sem as desfigurações e alucinações caras aos românticos, os incidentes das recordações pessoais, os desenvolvimentos eruditos, as divagações retóricas e os devaneios poéticos (...), possa sugerir a impressão viva da beleza, e despertar em todo o português culto o fremente desejo de a conhecer. Uma obra assim concebida e realizada não poderá deixar ainda de ensinar a 'ver' esteticamente, quer dizer, com a mais perfeita FIDELIDADE (...).

d) uma antologia da nossa literatura pitoresca, (...) reflectindo (...), as impressões dos nossos maiores ante as belezas desta terra pródiga (que, pela variedade quase inexaurível dos seus tipos de paisagem, tanto como a designação de 'paraíso botânico', que lhe deu Chodat, mereceria talvez a de PARAÍSO DO PAISAGISTA) - (...).

e) um processo, um testemunho dos estrangeiros sobre Portugal, extremamente valioso por oferecer maiores condições de objectividade e ponderação, e por permitir estabelecer relacionações, analogias e contrastes que muitas vezes nos escapam.

f) enfim uma bibliografia escolhida do que se tem escrito sobre Portugal (no seu conjunto e em cada uma das suas partes), proporcionando desta maneira ao leitor um conhecimento mais minucioso, embora nem sempre exacto, do assunto, ou a decisão pessoal entre opiniões contraditórias."[81]

Procurava-se uma abordagem *"plurifacetada do assunto (nem só literatura, nem só arte, nem só arqueologia, nem só geografia, nem só paisagem, nem só roteiro e guia à Baedeker, mas tudo isso ao mesmo tempo)"*[82]. E, para isso, Raúl Proença vai saber aproveitar a sua posição privilegiada enquanto funcionário da Biblioteca Nacional de Lisboa[83], à altura dirigida pelo seu companheiro do movimento Renascença Portuguesa (1911) e da *Seara Nova* (1921), Jaime Cortesão, para ter acesso à extensa bibliografia que suporta esta obra e reunir, em torno do projecto, o apoio dos elementos do chamado "Grupo da Biblioteca Nacional" (1920-1926).

---

[81] PROENÇA, Raúl, *Guia de Portugal: Lisboa e Arredores*, Volume I, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1982, pp. LIX-LX. (Texto integral que reproduz fielmente a 1.ª edição publicada pela Biblioteca Nacional de Lisboa em 1924)

[82] Idem, p. LX-LXI.

[83] Em 1911, Raúl Proença é nomeado bibliotecário desta instituição sendo, posteriormente, promovido a 1.º bibliotecário e, mais tarde, a chefe dos serviços técnicos.

Significativamente, os relatos de viajantes estrangeiros e os guias de viagem ocupam a maior parte da lista bibliográfica que fundamenta o trabalho[84], abrangendo obras que vão desde 1715 a 1913. Entre elas, o autor destaca, como leituras notáveis[85], *Bemerkungen auf einer Reise durch Frankreich, Spanien und Portugal* (3 vol., 1800), do botânico alemão Heinrich Friedrich Link; *Historical, military and picturesque observations on Portugal* (2 vol., 1821), de George Landmann; *Portugal illustrated* (1828), de William Morgan Kinsey; *Portugal and Galicia* (1836), de Henry John George Herbert, 3.º Conde de Carnarvon; *Portugal: Erinnerungen aus dem Jahre 1842* (1843), de Félix Fürst von Lichnowsky; *Lusitanian sketches of the pen and pencil* (2 vol., 1845), do romancista inglês William Henry Giles Kingston; *Portugal: souvenirs et impressions de voyage* (1891), de G. de Saint-Victor; *Through Portugal* (1907), do historiador inglês Martin Hume; *Lisbon, Cintra, with some account of other cities and historical sites in Portugal* (1907), de A. C. Inchbold; *Voyage en Portugal* (1909), de Gérard de Beauregard e Louis de Fouchier; *Hints to the travellers in Portugal in search of the beautiful and the grand* (1850) e *A Handbook for travellers in Portugal* (1853), de John Murray; *Itinéraire descriptif, historique et artistique de l'Espagne et du Portugal* (1859), de A. Germond de Lavigne; *Espagne et Portugal* (1911), dos Guides Joanne; e *Manual do viajante em Portugal* (1907, com 4.ª edição de 1913), de Leonildo Mendonça e Costa.[86]

---

[84] Bibliografia que aparece organizada por diversos temas, para além das obras de carácter geral: Geologia, orografia, hidrografia; Metereologia, climatologia, salubridade, Águas minerais; Praias; Flora; Economia; Belas-Artes; Arqueologia; Etnografia; Paisagem; Caminhos de Ferro; Estradas e automobilismo; Viajantes estrangeiros; Guias do viajante; Folhetos de propaganda turística; e História.

[85] Para classificar todas as obras, paisagens e roteiros descritos no *Guia*, Raúl Proença introduz um sistema de três estrelas: uma estrela - notável; duas estrelas - notabilíssimo; e três estrelas - *"extremamente notável entre as coisas do seu género em todo o Mundo, justificando, pois, por si só, uma viagem do estrangeiro"*. (Cf. PROENÇA, Raúl, op. cit., p. LXVI)

[86] Outras referências, não destacadas, incluem *Les Délices de l'Espagne et du Portugal* (1715) de Juan Alvares de Colmenar; *Lettere famigliari* (1762), do crítico italiano Giuseppe Baretti; *Travels in Portugal* (1795), de James Murphy; *Voyage pittoresque en Espagne, en Portugal et sur la côte d'Afrique* (3 vol., 1826-32), de J. Taylor; *Mémoires* (18 vol. 1831-35) e *Souvenirs d'une ambassade et d'un séjour en Espagne et en Portugal* (2 vol., 1837), da Duquesa de Abrantes; *Italy, with sketches of Spain and Portugal* (1834), do escritor inglês William Beckford; *Sketches in Portugal during the civil war of 1834* (1835), do explorador inglês Sir James Edward Alexander; *Portugal* (1837), do engenheiro alemão Wilhelm Ludwig von Eschwege; *Lettre scriti in un viaggio di Spagna e di*

Como em todos os guias de viagem, o *Guia de Portugal* começa por traçar uma aproximação genérica ao país. Silva Teles encarrega-se da introdução geográfica, descrevendo a situação e os limites de Portugal, os seus aspectos geológicos e orográficos, os tipos de paisagem, o clima, a produção agrícola, animal e mineral, a demografia, as indústrias, e as divisões administrativa, judicial, militar e eclesiástica. António Sérgio faz a introdução histórica, desde o paleolítico à República, concluindo com uma visão sócio-cultural do projecto republicano:

> *"O liberalismo, para o viajante, traduz-se numa subversão total das tradições artísticas nacionais; é a invasão de uma burguesia bárbara, que desbarata o património artístico, destrói monumentos, inça o país de chalés horríveis, de mobiliários torpes, de camelote ignóbil. Pouco antes de 90 inicia-se uma reacção, que triunfa hoje. Constróem-se casas de habitação em estilo sensato e adequado, que se vai inspirar nas belas formas que o passado nos legou, adaptando-as às necessidades do nosso tempo; reanimam-se as indústrias regionais e populares - cerâmica, móveis, tapetes, etc.; alastra-se o apreço do mobiliário e do bricabraque; cultivam-se amorosamente a arqueologia e a etnografia artística; prosseguem-se os estudos históricos, reorganizam-se os Museus e a Biblioteca Nacional; reeditam-se os velhos clássicos; reage-se, no estilo literário, contra a invasão do francesismo; e é de crer que não tardará a ampliação dos estudos científicos, graças aos esforços de uma Junta de Educação, recentemente fundada por iniciativa particular. Há já agora uma* élite *artística; não há ainda, porém, uma* élite *política e científica com força bastante para enquadrar a massa (moralizando a actividade anárquica dos políticos profissionais) e torná-la digna, finalmente, da gloriosa história dos seus avós."*[87]

Aquilino Ribeiro ocupa-se da introdução etnográfica, para nos falar do "homem", da "casa", do "vestuário", da "cozinha", das "indústrias caseiras", dos "meios de transporte", das "festas", e da "música popular" portuguesa. O retrato do país que nos apresenta,

---

Portogallo sul anno 1849 (1850), do político e historiador italiano Luigi Cibrario; *Souvenirs d'un voyage en Espagne et en Portugal* (1853), do etnógrafo francês Léon de Rosny; *Et Besog i Portugal* (1866), do escritor dinamarquês Hans Christian Andersen; *Por tierras de Portugal y de España* (1911), do escritor espanhol Miguel de Unamuno; *Roteiro terrestre de Portugal* (1747-48), de João Baptista de Castro; *Itinerário que os estrangeiros que vêm a Portugal devem seguir na observação e exame dos edifícios e monumentos mais notáveis deste reino* (1845), do Abade de Castro; *Guia de Portugal* (5 vol., 1880), de Francisco José de Almeida; *Spanien und Portugal* (1897), dos guias Karl Baedeker; e o *Guia ilustrado do viajante em Portugal* (1905), de Santos Júnior e A. Morgado.

[87] PROENÇA, Raúl, op. cit., p. 60.

perfilado com base nos costumes e tradições populares, faz-nos demorar um pouco mais pelas suas palavras, onde ressalta uma reflexão sobre a "casa portuguesa", informada pelos estudos de Rocha Peixoto, publicados, em 1905, nos *Serões*, e, certamente, pela primeira obra teórica de Raúl Lino, *A nossa casa: Apontamentos sobre o bom gosto na construção das casas simples*, de 1918:

> *"Não existe, rigorosamente, o que se possa chamar a casa portuguesa, mas apenas elementos desconexos duma arquitectura que nunca atingiu a eclosão perfeita dum estilo, nosso por índole ou inventiva.*
>
> *O velho solar, (...) é ainda a construção que mais característica se nos depara do norte a sul de Portugal. (...) Resultando apenas duma lenta adaptação ao meio, instintiva, não tem lugar marcado entre os estilos nobres. Mas (...) o seu alçado tem um cunho particular se o compararmos às várias casas europeias de feição própria. Não raro o solar adoptou as formas largas do mosteiro, e, à laia de mirante, a varanda, recolhida no sistema do edifício, corta a esquina ou varia um lanço da fachada. (...) Não se entre todavia o portão (...) em busca de conforto ou sábia ordenação interior. (...)*
>
> *O solar não se dobrou às exigências de comodidade da vida moderna, e os camartelos vêm-lhe esboucelando as imponentes cornijas e as cantarias opulentas. Em seu lugar vai alastrando a uniforme e detestável arquitectura cosmopolita, ora com o chalé acatitado e pandilha, ora com frios edifícios que parecem sepulcros, quando se não adapta o mais complicado e lavrado manuelino à casa de habitação.*
>
> *Após este tipo fidalgo da casa portuguesa (...) outro há, mais rural, mais modesto, por isso mesmo mais variado e mais refractário ao progresso anódino. (...)*
>
> *Esta residência, que poderíamos chamar mediocrata, vai revestindo as formas especiais a que o ambiente geológico e climatérico a tem sujeita. (...)*
>
> *Para baixo deste tipo mediocrata, a casa (...) apresenta uma variedade ainda maior (...)."*[88]

Por fim, Reynaldo dos Santos acompanha-nos na introdução artística, passando pela Arquitectura, a Escultura e a Pintura, acabando nas artes menores.[89]

Feita esta leitura, o *Guia* avança com uma série de "Esclarecimentos práticos", antes de nos dar a conhecer a Estremadura, Lisboa e os seus Arredores.

[88] Idem, pp. 66-69.

[89] A ourivesaria sacra, os marfins, a arte do ferro, os esmaltes, o azulejo, a faiança, os tapetes, os paramentos e alfaias e a carpintaria artística. (Cf. Idem, pp. 112-114)

Aqui começa por aconselhar qual a melhor época para viajar em Portugal, que, ao contrário dos hábitos estabelecidos, situa, genericamente, na Primavera e no Outono, mas também no Inverno, para certas regiões:

> *"A moda, a época ordinária das férias, a sazão em que os hotéis das estâncias de turismo se abrem à frequência dos forasteiros, a maior duração dos dias, que permite as excursões prolongadas, o gosto que há em abandonar as grandes cidades quando o calor se torna mais calcinante e mais duro - todas estas circunstâncias impõem em geral o Verão como a época própria das vilegiaturas. E todavia, quem procura fora das cidades, não a continuação do seu bulício, mas uma vida simples e tranquila, vivida na contemplação deleitável das ondas espumantes, das paisagens de sonho, das selvas rumorejantes e religiosas, buscará de certo outra estação mais consentânea com esses desejos de vida livre e natural, de paz da alma e comunicação mais íntima com as coisas belas da Natureza. (...) Não há país em que a Primavera deslumbre os olhos e acaricie o olfato com uma tão rica sinfonia de cores e de perfumes.*
>
> *E todavia não deixa também o Outono de ter entre nós seus peculiares encantos. (...) Aconselhamos sem hesitar a Primavera para o Alentejo, e a Primavera e o Outono para o Minho. Mas para as viagens no Algarve, pronunciamo-nos decisivamente pelo Inverno."*[90]

Naturalmente, a esta interpretação do "mapa de férias" do país correspondem condutas sociais específicas de uma época em que "ir à praia" é, ainda, entendido como um ritual essencialmente terapêutico, ocupando as primeiras horas da manhã. E o Algarve não era mais que *"um rosário de modestas praias"*, ignorado por completo no roteiro, de 1876, de Ramalho Ortigão pel'*As Praias de Portugal*.

Esta cartografia estava, simultaneamente, associada a uma política oficial de Turismo apostada na promoção das condições climatéricas do país, em especial em relação ao resto da Europa, como principal factor de atracção. Não é, por isso, de estranhar que as Estações de Verão recomendadas são o litoral a norte do Tejo, as Caldas da Rainha e todas as estâncias de altitude, enquanto que, para o Inverno, são indicados os Estoris e toda a costa central do Algarve.

[90] Idem, pp. 115-116.

A forma mais fácil, e económica, de visitar o país era, necessariamente, de comboio. Este era, também, o meio de transporte mais democrático: *"en primera clase no se llegaba al destino antes que en cuarta"*[91]. Os próprios itinerários de viagem e a selecção dos roteiros turísticos são determinados pela rede de caminhos-de-ferro existente, contribuindo para a divulgação e o estabelecimento de velhos e novos lugares de Turismo a partir da relação entre a facilidade de ligações aos centros urbanos mais importantes e os tempos de viagem dispendidos.

A oferta de tarifas especiais em determinadas épocas do ano, implementadas pela Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portuguezes e outras empresas nacionais, como a "Temporada de Banhos e Aguas Thermaes" (1889)[92] ou os "Bilhetes de Família" (1894)[93], além das "Viagens circulatórias em Portugal e Hespanha" (1891)[94], e, mais tarde, os "Bilhetes de Excursão" (1909)[95] e os "Expressos Populares" (1933)[96], em muito favoreceu a generalização destas *"Viagens de recreio, de instrucção ou de hygiene"*, como eram normalmente designadas na *Gazeta dos Caminhos de Ferro de Portugal e Hespanha*.[97]

---

[91] SPODE, Hasso, "El turista", in FREVERT, Ute, HAUPT, Heinz-Gerhartd, et. al., *El Hombre del siglo XX*, Madrid, Alianza Editorial, 2002, p. 132.

[92] Este serviço tinha um carácter sazonal, funcionando, de Julho a Outubro, com bilhetes de ida e volta válidos por sessenta dias. Apresentava duas tabelas de preços distintas, uma para "Homens" e outra para "Senhoras e creanças". Os visitantes espanhóis beneficiavam, também, deste tipo de promoções, promovendo-se, assim, a visita e a estadia de turistas estrangeiros nas estâncias portuguesas. (Cf. RIBEIRO, Elói de Figueiredo, "A Gazeta dos Caminhos de Ferro e a promoção do Turismo em Portugal (1888-1940)", *Biblio 3W: Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*, Universidad de Barcelona, Vol. XIV, N.º 837, 30 Agosto 2009, disponível em *www.ub.edu/geocrit/b3w-837.htm*)

[93] Para duas, três ou quatro pessoas e tinham como destino principal os locais de maior interesse turístico no país. (Cf. Idem)

[94] A Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portuguezes inicia, em 1889, uma campanha de "Viagens Circulatórias" em Portugal, que propunha três itinerários em território nacional, iniciativa que, em 1891, se alarga à vizinha Espanha, a partir de um acordo estabelecido com as várias companhias a operar em território espanhol, proporcionando dois itinerários de viagem, um com a duração de sessenta dias e outro com oitenta dias, ambos com início e fim em Lisboa. (Cf. Idem)

[95] Destinados a visitas dentro do país, com a possibilidade dos passageiros escolherem os seus próprios itinerários, num serviço combinado entre as várias companhias ferroviárias nacionais. (Cf. Idem)

[96] Depois da experiência, em 1932, do "Comboio Mistério", que propunha aos portugueses embarcar numa viagem turística de comboio sem saber, à partida, o seu destino, a Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses introduz, em 1933, os "Expressos Populares", *"um comboio especial com bilhete de ida e volta, a preço reduzidissimo, numa classe única e que dirigindo-se semanalmente a vários pontos pitorescos ou cidades históricas do país, permite aos menos abastados passar um dia fora, aprender, distrair-se, sem se preocupar com a organização do programa aliás bem simplista"*. (Cf. Idem e Cit. FERREIRA, Armando, "À Tabela", *Gazeta dos Caminhos de Ferro*, Lisboa, N.º 1095, 1 de Agosto de 1933)

[97] Revista portuguesa, publicada entre 1888 e 1971, inspirada no *Journal des Chemins de Fer*, francês, em circulação desde 1842, e na *Gaceta de los Caminos de Hierro* espanhola, de 1856,

Os itinerários sugeridos no *Guia de Portugal* são, também eles, pensados em função do mapa ferroviário português, complementando-se as visitas às localidades mais importantes com excursões pontuais pelos seus arredores, a realizar, muitas das vezes, em automóvel ou "carro de aluguer". A relação de dependência com o comboio chega ao ponto de, em alguns dos percursos programados, haver o cuidado de se indicar ao leitor o lado da carruagem de onde se desfrutam os melhores panoramas e vistas, de forma a que este aproveite todo o potencial da viagem.

Essa é a grande vantagem de se adoptar este meio de transporte: a oportunidade de ir acompanhando, passo a passo, o desenrolar do itinerário com a leitura do relato escrito. Relato que não se fica pela descrição dos sucessivos cenários, paisagísticos e construídos, que se vão contemplando, mas se ocupa, simultaneamente, de explicar a cadência e o traçado do percurso da linha férrea. E aqui reside um dos principais fascínios do *Guia*. Mesmo estando em casa, ao lê-lo somos imediatamente transportados para o interior de uma carruagem de comboio.[98]

É da opinião dos autores que *"a maneira mais cómoda e inteligente de um português conhecer o seu país é visitá-lo, não em um único percurso apressado, mas por pequenas e demoradas etapas, ora numa província, ora noutra, de modo a colher de cada uma, vagarosamente, todo o seu recheio de encanto e de beleza"*[99]. Mas, para os que *"não dispensam (...) as excursões de grande circuito, já porque não possam viajar todos os anos, já porque queiram, numa espécie de viagem preliminar,* à vol d'oiseau, *formar uma ideia de conjunto o seu país"* são fornecidos três planos de viagem possíveis, com Lisboa como ponto de partida: o primeiro, com a duração de um mês, o segundo, de um mês e meio, e, o terceiro, de dois meses.

sendo esta a publicação que esteve, mais directamente, envolvida na origem do periódico quinzenal português, que, como já fizemos referência, teria como proprietário e primeiro director Leonildo Mendonça e Costa. (Cf. Ribeiro, Elói de Figueiredo, op. cit.)

[98] No entanto, a partir do terceiro volume do *Guia de Portugal*, editado em 1944, é já de automóvel que fazemos a maior parte dos itinerários propostos, perdendo-se muito desse sentido romântico associado à viagem de comboio.

[99] PROENÇA, Raúl, op. cit., p. 116.

Páginas interiores:
Carta de Portugal, 1923
(imagem PROENÇA, Raúl, *Guia de Portugal: Lisboa e Arredores*, Volume I, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1982)

e

Excursão de um mês, *Excursão de mês e meio*

e

Excursão de dois meses
(imagens realizadas a partir de PROENÇA, Raúl, *Guia de Portugal: Lisboa e Arredores*, Volume I, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1982, pp. 116-118)

Página seguinte:
Estâncias/Comissões de Iniciativa, 1921-1923
(imagem realizada pela autora a partir da Portaria N.º 2:867, *Diário do Govêrno*, I Série, N.º 165, 16 Agosto 1921, e do Decreto N.º 8:713, *Diário do Govêrno*, I Série, N.º 53, 14 Março 1923)

Estudados em função da disponibilidade de tempo do viajante, é interessante perceber as relações que se estabelecem entre os diferentes itinerários propostos. Os três percorrem o país começando pelo norte para, depois, descerem até ao sul e voltarem a Lisboa. A excursão de um mês e a de um mês e meio são estruturadas a partir de uma matriz idêntica, que se densifica, na segunda opção, com a introdução de um maior número de escalas no percurso da viagem e com a sugestão de um leque mais variado de excursões complementares[100]. Ambas se concentram na faixa litoral, ancoradas ao traçado dos principais eixos ferroviários de desenvolvimento longitudinal[101]. Nesse sentido, a excursão de dois meses oferece uma visão mais abrangente do país, propondo diversas incursões pelo seu interior, utilizando a rede ferroviária transversal e as linhas de serviço regional.[102]

Todas privilegiam o norte e o centro do país como espaço geográfico de maior interesse turístico, pontuando, no sul, as visitas a Évora e ao Algarve. Naturalmente, esta distribuição era reflexo, também, da recente organização do mapa do Turismo nacional, fixada pelos decretos que vieram a definir as "Terras de Turismo" (1918)[103] e as "Estâncias e Comissões de Iniciativa" (1921-1923). Mas já no *Manual do Viajante em Portugal*, de 1907, Leonildo Mendonça e Costa tinha apresentado um "Mappa Excursionista" onde se enunciavam como *"logares que merecem ser visitados"* trinta e seis localidades, organizadas em "Lugares", "Águas Minerais" e "Praias Principais", das quais apenas três se situavam a sul de Lisboa (Palmela, Évora e Monchique), sendo as restantes todas a norte.[104]

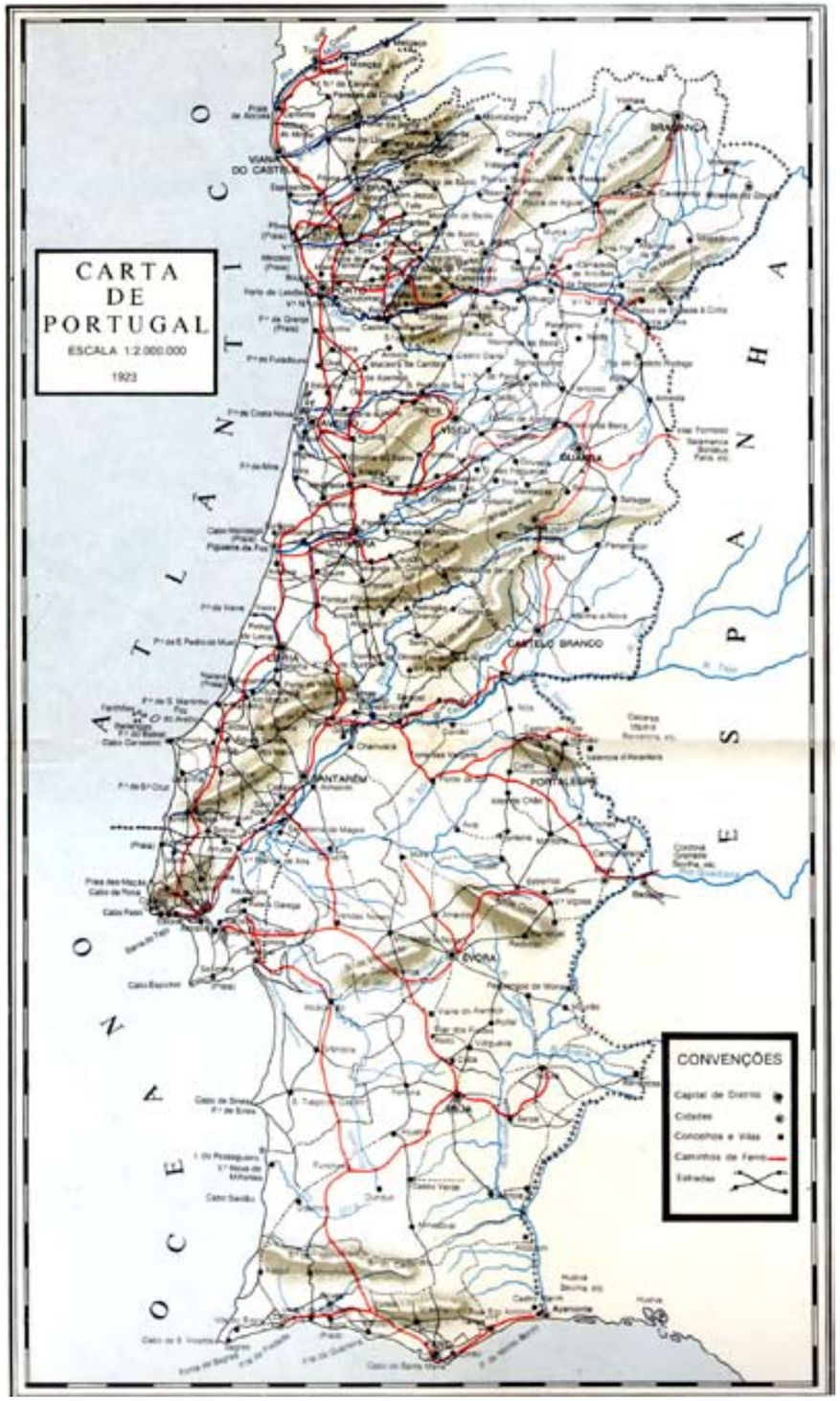
[100] Em relação à excursão de um mês, o plano para um mês e meio acrescenta as visitas a: Cascais, Lagoa de Óbidos, Foz do Arelho, S. Martinho do Porto, Nazaré, Figueira da Foz, S. Marcos (Coimbra), S. Pedro do Sul, Leça do Bailio, Ruivães, Gerêz, Ponte da Barca, Arcos de Valdevez, Cabeceiras de Basto, Pedras Salgadas, Vidago, Chaves, Entre-os-Rios e Santarém. É de ressaltar que, destas dezanove localidades, cinco correspondem a estâncias balneares e três a estâncias termais.

[101] A Linha do Norte, a Linha do Oeste, a Linha do Minho, a Linha do Sul e a Linha do Alentejo.

[102] As Linhas do Douro, Corgo e Tua, a Linha do Vouga, as Linhas da Beira Alta e da Beira Baixa e a Linha do Leste, para além da Linha do Algarve que serve os três itinerários.

[103] Ver *Figura 2 - Terras de Turismo (Diário do Governo, 1918)* em FERREIRA, Carlos Cardoso, SIMÕES, José Manuel, op. cit., p. 80.

[104] Para além destas três localidades, nos "Lugares" indicavam-se *"Alcobaça, Batalha, Braga (Bom Jesus do Monte), Bussaco, Cintra, Coimbra, Evora, Leiria, Mafra, Manteigas (Serra da Estrela), Monte Estoril (Cascaes), Penacova (Coimbra), Porto, Queluz (Lisboa), Santarem e Thomar"*; nas

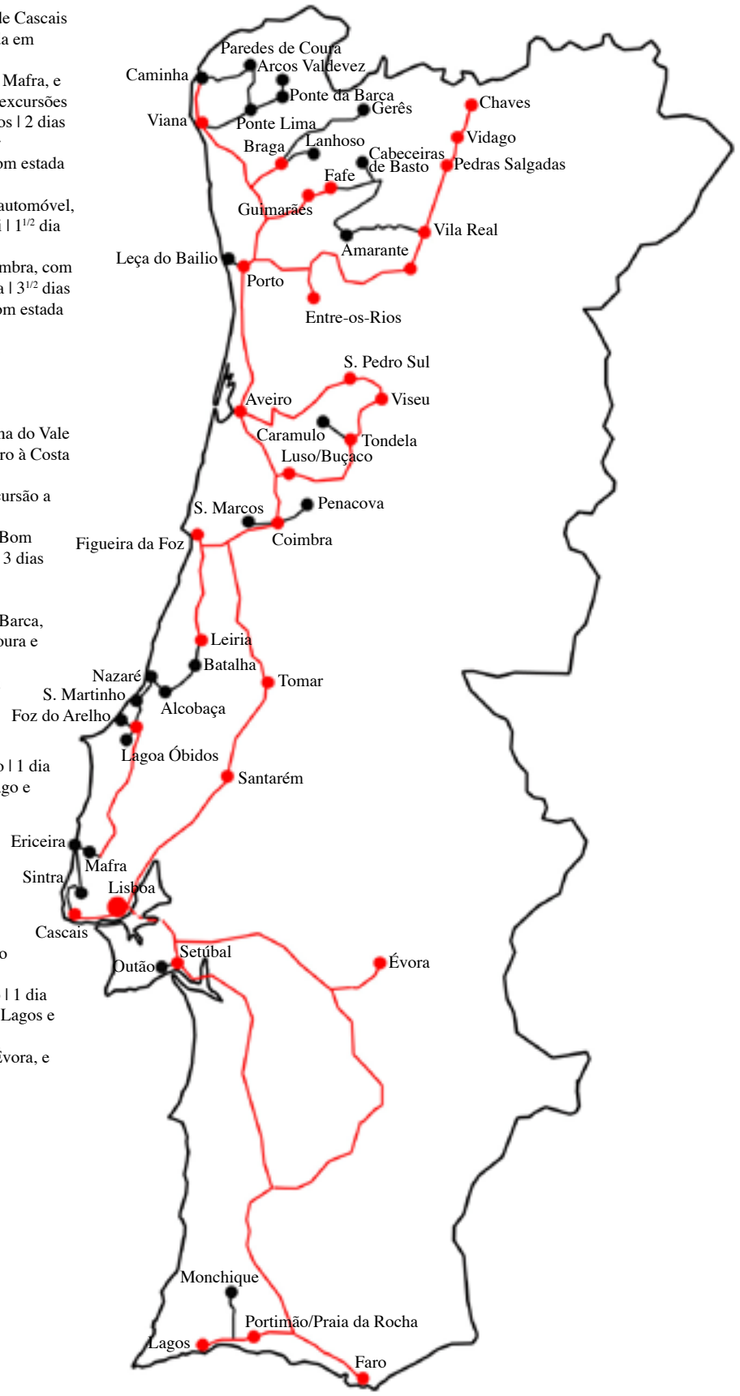


Excursão de um mês

Lisboa a Sintra, e Sintra | 1 dia
Sintra, em carro ou automóvel, a Ericeira e Mafra, e depois Alcobaça, pelo Valado | 1 dia
Alcobaça à Batalha, em carro ou automóvel, e depois a Leiria, com estada aqui | $1^{1/2}$ dia
Leiria a Coimbra, e Coimbra, com excursão a Penacova | $2^{1/2}$ dias
Coimbra ao Buçaco, pelo Luso | 1 dia
Luso a Tondela, com excursão ao Caramulo | 1 dia
Tondela a Viseu, e Viseu | 1 dia
Viseu a Aveiro, pela linha do Vale do Vouga, com excursão de Aveiro à Costa Nova e à Ponte da Rata | $2^{1/2}$ dias
Aveiro ao Porto, e Porto | 3 dias
Porto a Braga, com excursão ao Bom Jesus, Sameiro e Lanhoso | 2 dias
Braga a Viana, com excursão a Santa Luzia e Ponte do Lima | $1^{1/2}$ dia
Ponte do Lima a Caminha, por Paredes de Coura | 1 dia
Caminha a Guimarães, pela Trofa e de aí a Fafe | $1^{1/2}$ dia
Fafe a Amarante e de aí a Vila Real pelo Marão, em automóvel | $1^{1/2}$ dia
Vila Real ao Porto, pela linha férrea | 1 dia
Porto a Tomar e depois a Lisboa | $1^{1/2}$ dia
Lisboa a Évora, e Évora | $1^{1/2}$ dia
Évora a Faro, e Faro $1^{1/2}$ dia
Faro a Portimão, Praia da Rocha, Lagos e Monchique | 2 dias
Monchique a Portimão, Tunes, Vale do Sado e Lisboa | 1 dia

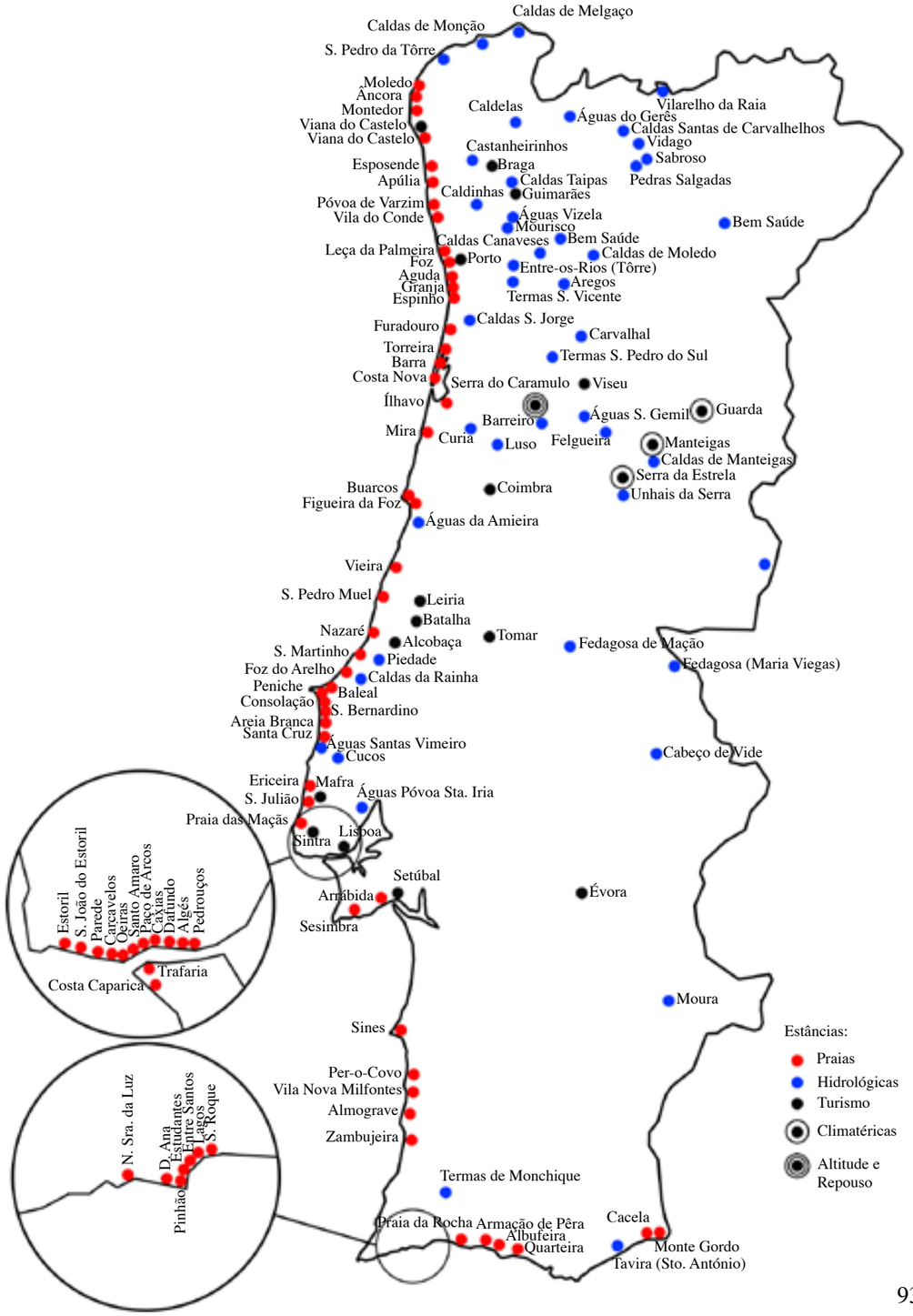
Excursão de um mês e meio

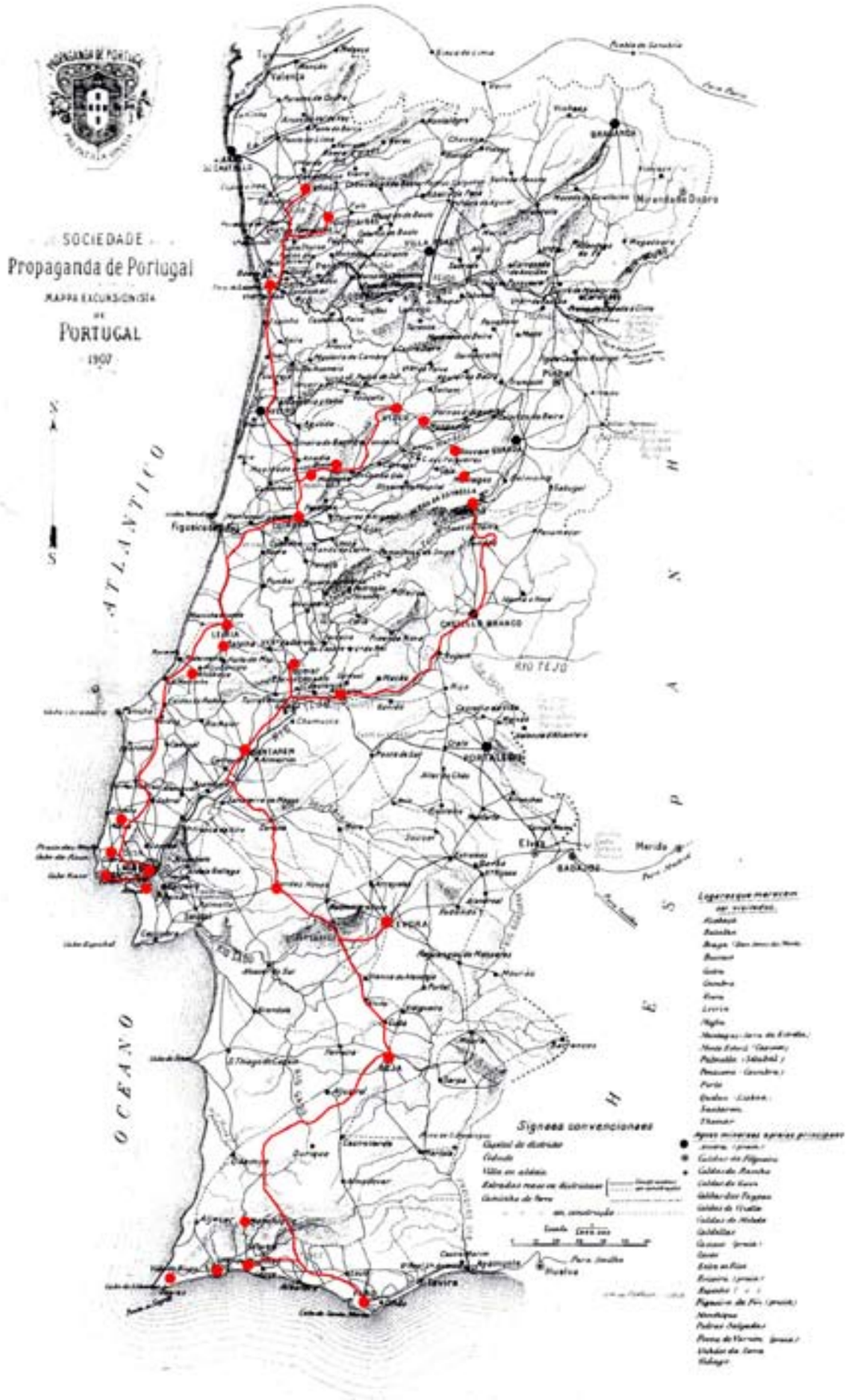
Lisboa a Cascais, de comboio, e de Cascais a Sintra, de automóvel, com estada em Sintra | $1^{1/2}$ dia
Sintra, de automóvel, à Ericeira e Mafra, e depois às Caldas da Rainha, com excursões à Foz do Arelho e Lagoa de Óbidos | 2 dias
Caldas da Rainha a Alcobaça, por S. Martinho do Porto e Nazaré, com estada em Alcobaça | $1^{1/2}$ dia
Alcobaça à Batalha, em carro ou automóvel, e depois a Leiria, com estada aqui | $1^{1/2}$ dia
Leiria à Figueira da Foz |1 dia
Figueira da Foz a Coimbra, e Coimbra, com excursões a S. Marcos e Penacova | $3^{1/2}$ dias
Coimbra ao Buçaco, pelo Luso com estada no Buçaco | $1^{1/2}$ dia
Luso a Tondela, com excursão ao Caramulo | 1 dia
Tondela a Viseu, e Viseu | 1 dia
Viseu a S. Pedro do Sul | 1 dia
S. Pedro do Sul a Aveiro, pela linha do Vale do Vouga, com excursões de Aveiro à Costa Nova e à Ponte da Rata | 2 dias
Aveiro ao Porto, e Porto, com excursão a Leça do Bailio | 4 dias
Porto a Braga, com excursões ao Bom Jesus, Sameiro, Ruivães e Gerês | 3 dias
Braga a Viana, com excursão a Santa Luzia | $1^{1/2}$ dia
Viana a Ponte do Lima, Ponte da Barca, Arcos de Valdevez, Paredes de Coura e Caminha, em automóvel | $1^{1/2}$ dia
Caminha a Guimarães, pela Trofa e de aí a Fafe | $1^{1/2}$ dia
Fafe a Cabeceiras de Basto e Amarante | 1 dia
Amarante a Vila Real, pelo Marão | 1 dia
Vila Real a Pedras Salgadas, Vidago e Chaves | $1^{1/2}$ dia
Chaves a Entre-os-Rios, pela linha férrea | $1^{1/2}$ dia
Entre-os-Rios ao Porto | 1 dia
Porto a Tomar | $1^{1/2}$ dia
Tomar a Santarém, e daqui a Lisboa | $1^{1/2}$ dia
Lisboa a Setúbal, com excursão ao Outão | 1 dia
Setúbal a Faro, pelo Vale do Sado | 1 dia
Faro a Portimão, Praia da Rocha, Lagos e Monchique | 2 dias
Monchique a Portimão, Tunes e Évora, e estada aqui | 2 dias
Évora a Lisboa | 1 dia



Excursão de dois meses

Lisboa a Cascais, de comboio, e de Cascais a Sintra, de automóvel, com estada em Sintra | $1^{1/2}$ dia
Sintra, de automóvel, à Ericeira e Mafra, e depois às Caldas da Rainha, com excursões à Foz do Arelho e Lagoa de Óbidos | 2 dias
Caldas da Rainha a Alcobaça, por S. Martinho do Porto e Nazaré, com estada em Alcobaça | 2 dias
Alcobaça à Batalha, em carro ou automóvel, e depois a Leiria, com estada aqui | $1^{1/2}$ dia
Leiria à Figueira da Foz |1 dia
Figueira da Foz a Coimbra, e Coimbra, com excursões a S. Marcos, Penacova e Buçaco | 4 dias
Coimbra a Aveiro, com excursões à Costa Nova e à Ponte da Rata | $1^{1/2}$ dia
Aveiro ao Porto, e Porto, com excursão a Leça do Bailio | 4 dias
Porto a Vila do Conde, Póvoa e Famalicão | 1 dia
Famalicão a Braga, com excursões ao Bom Jesus, Sameiro, Ruivães e Gerês | 3 dias
Braga a Barcelos e Viana, com excursão a Santa Luzia | 2 dias
Viana a Ponte do Lima, Ponte da Barca, Arcos de Valdevez, Paredes de Coura e Caminha, em automóvel | $1^{1/2}$ dia
Caminha a Guimarães, pela Trofa e de aí a Fafe | $1^{1/2}$ dia
Fafe a Cabeceiras de Basto e Amarante | 1 dia
Amarante a Vila Real, pelo Marão | 1 dia
Vila Real a Pedras Salgadas, Vidago e Chaves | $1^{1/2}$ dia
Chaves a Mirandela e Bragança | 2 dias
Bragança à Régua | 1 dia
Régua a Entre-os-Rios e Porto | $1^{1/2}$ dia
Porto a Oliveira de Azeméis | 1 dia
Oliveira de Azemés a S. Pedro do Sul | 1 dia
S. Pedro do Sul a Viseu | 1 dia
Viseu a Tondela, com excursão ao Caramulo | 1 dia
Tondela a Gouveia, Guarda, Manteigas, Covilhã e Serra da Estrela | 5 dias
Covilhã ao Fundão | 1 dia
Fundão a Abrantes, Portalegre, Castelo de Vide e Marvão | 2 dias
Portalegre a Elvas | 1 dia
Elvas a Borba, Vila Viçosa e Estremoz | 1 dia
Estremoz a Évora, e Évora | 2 dias
Évora a Faro, e Faro | $1^{1/2}$ dia
Faro a Portimão, Praia da Rocha, Lagos, Sagres e Monchique | $2^{1/2}$ dias
Monchique a Portimão, Tunes e Setúbal, pelo Vale do Sado, com estada em Setúbal e passeio a Outão | $1^{1/2}$ dia
Setúbal a Lisboa | 1 dia
Lisboa a Santarém, e de aqui a Tomar | $1^{1/2}$ dia
Tomar a Figueiró dos Vinhos, Pedrogão Grande e Castanheira de Pera | $1^{1/2}$ dia
Tomar a Lisboa | 1 dia


Caldas de Melgaço
Caldas de Monção
S. Pedro da Tôrre
Moledo
Âncora
Montedor
Viana do Castelo
Viana do Castelo
Vilarelho da Raia
Caldelas
Águas do Gerês
Caldas Santas de Carvalhelhos
Vidago
Sabroso
Castanheirinhos
Braga
Esposende
Apúlia
Caldas Taipas
Pedras Salgadas
Caldinhas
Guimarães
Póvoa de Varzim
Vila do Conde
Águas Vizela
Mourisco
Bem Saúde
Caldas Canaveses
Bem Saúde
Leça da Palmeira
Caldas de Moledo
Foz
Porto
Entre-os-Rios (Tôrre)
Aguda
Granja
Aregos
Espinho
Termas S. Vicente
Caldas S. Jorge
Furadouro
Carvalhal
Torreira
Termas S. Pedro do Sul
Barra
Costa Nova
Serra do Caramulo
Viseu
Ílhavo
Barreiro
Águas S. Gemil
Guarda
Mira
Curia
Luso
Felgueira
Manteigas
Caldas de Manteigas
Serra da Estrela
Buarcos
Figueira da Foz
Coimbra
Unhais da Serra
Águas da Amieira
Vieira
S. Pedro Muel
Leiria
Batalha
Nazaré
Alcobaça
Tomar
Fedagosa de Mação
S. Martinho
Piedade
Fedagosa (Maria Viegas)
Foz do Arelho
Caldas da Rainha
Peniche
Baleal
Consolação
S. Bernardino
Areia Branca
Santa Cruz
Águas Santas Vimeiro
Cucos
Cabeço de Vide
Ericeira
Mafra
S. Julião
Águas Póvoa Sta. Iria
Praia das Maçãs
Lisboa
Sintra
Setúbal
Évora
Arrábida
Sesimbra
Estoril
S. João do Estoril
Parede
Carcavelos
Oeiras
Santo Amaro
Paço de Arcos
Caxias
Dafundo
Algés
Pedrouços
Trafaria
Costa Caparica
Moura
Sines
N. Sra. da Luz
D. Ana
Estudantes
Entre Santos
Lagos
S. Roque
Pinhão
Per-o-Covo
Vila Nova Milfontes
Almograve
Zambujeira
Termas de Monchique
Praia da Rocha
Armação de Pêra
Albufeira
Quarteira
Cacela
Monte Gordo
Tavira (Sto. António)
Estâncias:
Praias
Hidrológicas
Turismo
Climatéricas
Altitude e Repouso


SOCIEDADE
Propaganda de Portugal
MAPPA EXCURSIONISTA
DE
PORTUGAL
1907
ATLANTICO
OCEANO
RIO TEJO
Signos convencionales

Também o *Manual* propunha três planos de viagem organizados de acordo com a disponibilidade do excursionista: oito, quinze e trinta dias. Só este último contemplava a visita ao sul, incluindo Beja (localidade ignorada em todos os outros itinerários), mas sempre partindo de Lisboa em direcção ao norte, para acabar no Algarve. Importante é notar que já nesta publicação se introduz a classificação, neste caso com uma ou duas estrelas, dos *"monumentos, pontos de vista ou outros attractivos dignos de especial visita"*[105]. Sistema que, como vimos, vai ser adoptado no *Guia de Portugal*, acrescentando-se-lhe um terceiro nível.

O que é curioso perceber na análise destes dois trabalhos, embora o *Manual do Viajante* esteja organizado num único volume e o *Guia de Portugal* em cinco, é que, se a estrutura do primeiro é coerente com desenvolvimento dos percursos que são sugeridos, isto é, começa por Lisboa e os seus arredores, para avançar até Coimbra e seguir até ao Porto, finalizando com uma série de viagens estudadas com centro naquelas duas principais cidades, no segundo essa leitura é totalmente invertida.

De facto, na sequência do volume inaugural do *Guia de Portugal*, dedicado a *Lisboa e Arredores*, é publicado, em 1927, o volume sobre *Estremadura, Alentejo e Algarve*, para, no terceiro, se "subir" até às Beiras (*Beira Litoral*, no primeiro tomo, e *Beira Litoral, Beira Baixa e Beira Alta*, no segundo, este editado em 1945), continuar viagem até *Entre Douro e Minho*, no quarto volume (*Douro Litoral*, na primeira parte, e *Minho*, na segunda, datada de 1965), e acabar em *Trás-os-Montes e Alto Douro*, no quinto (dividido em *Vila Real, Chaves e Barroso* e *Lamego, Bragança e Miranda*, tomo final impresso em 1970).[106]

Página anterior:
Sociedade Propaganda de Portugal
Mappa Excursionista de Portugal, 1907
Excursão de um mês
(imagem realizada pela autora a partir de FERREIRA, Carlos Cardoso, SIMÕES, José Manuel, "Portugal Turístico ao Tempo da I República: Espaços, lugares e projectos", in LOUSADA, Maria Alexandre, PIRES, Ana Paula (coordenação científica), *Viajar: Viajantes e Turistas à descoberta de Portugal no tempo da I República*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República/Turismo de Portugal, 2010, p. 83)

"Aguas", *"Caldas de Felgueiras, Caldas da Rainha, Caldas do Gerez, Caldas das Taypas, Caldas de Vizella, Caldas de Moledo, Caldellas, Cucos, Entre os Rios, Pedras Salgadas, Unhaes da Serra e Vidago"*; e nas "Praias", *"Ancora, Cascaes, Ericeira, Espinho, Figueira da Foz e Povoa de Varzim"*. (Cf. COSTA, Leonildo Mendonça e, *Manual do Viajante em Portugal: com itinerarios da viagem em todo o paiz e para Madrid, Paris, Vigo, Sant'Iago, Salamanca, Badajoz e Sevilha, quatro mappas a côres e cinco plantas*, Lisboa, Typographia da "Gazeta dos Caminhos de Ferro", 1907)

[105] Idem, p. III.

[106] No prefácio do primeiro tomo do quarto volume, referente a *Entre Douro e Minho: Douro Litoral*, Sant'Anna Dionísio indica-nos que o projecto inicial idealizado por Raúl Proença incluía ainda *"a descrição dos três arquipélagos portugueses do Atlântico e o inventário dos valores históricos e vitais, telúricos e humanos, do velho Ultramar português"*.

Apesar do vasto espólio reunido e deixado por Raul Proença, incluindo os seus rascunhos e apontamentos de viagem, a sequência geográfica que nos é proposta resulta, certamente, de razões de ordem prática impostas pelo evoluir do próprio trabalho[107]. E, na verdade, esta abordagem é, hoje, uma questão meramente formal, porque, pela sua organização em volumes, ou tomos, de carácter regional, a qualquer momento podemos seleccionar uma das partes e, a partir daí, organizar a nossa viagem. Nesse sentido, a estrutura da obra vai ao encontro da ideia, como vimos, expressa pelos autores, de que o país devia ser visitado em pequenas etapas, distribuídas pelas diferentes províncias portuguesas. São as "viagens dentro da viagem" que dão sentido ao objecto final. E não podia ser de outra maneira. Andar com os oito tomos do *Guia de Portugal* atrás seria uma tarefa incomportável. Mas esse é um cenário que só se coloca a partir dos anos setenta, porque durante duas décadas o *Guia* só nos acompanha de Lisboa até ao sul. Isto quando, pelos mapas que apresentámos, as principais atracções turísticas e patrimoniais do país se concentravam no cento e no norte.

Interessante é, também, perceber que o terceiro volume do *Guia*, centrado nas Beiras - território intimamente associado à personagem e ao discurso de António Oliveira Salazar - ganha vida fora da esfera centralizadora do SPN, entretanto transformado em SNI (1944), que agora tutelava os assuntos do Turismo.

---

[107] Será com base na recolha realizada por Raúl Proença que, depois da sua morte, Sant'Anna Dionísio vai completar esta obra, inicialmente em resposta ao contrato estabelecido, provavelmente no final da década de 1930, entre aquele autor e o Estado Português para concluir o terceiro volume (volume que seria elaborado, entre 1941 e 1945, ainda na Biblioteca Nacional), e, mais tarde, por solicitação da Fundação Calouste Gulbenkian que, tendo adquirido o espólio de Proença no início dos anos sessenta, assume a responsabilidade de patrocinar a realização deste trabalho até ao fim. Sant'Annna Dionísio dá-nos conta da árdua tarefa que herdou no prefácio do primeiro tomo do terceiro volume: *"É bom ver que somente à medida que fomos manuseando a massa de rascunhos, manuscritos e montes de verbetagem, pudemos ir entendendo o que faltava e importava fazer. Antes de mais, tivemos a grande dificuldade de descobrir o delineamento da obra, pois que Raul Proença apenas havia podido deixar-nos em uma carta, escrita em breves traços, pouco antes do fim, os tópicos da composição e coordenação do volume, como ele pensava realizá-lo. Por outro lado, era necessário apreender e* aprender *a técnica, tanto do fundo como da apresentação típica do livro. Para o termos conseguido, não faremos espírito (que neste lugar seria de muito mau gosto), se dissermos que estudámos os dois volumes já publicados como quem 'se prepara' para uma licenciatura em letras* sui generis *-, em dois sentidos: literário e tipográfico"*. Já no prefácio do primeiro tomo do quarto volume o escritor queixa-se da falta de colaboradores: *"Na intimidade, todos dizem que este* trabalho é valioso e importante *- mas, por via de regra, ninguém aceita o apelo para que lhe concedam a sua achega"*. No entanto, e para se perceber o alcance da investigação realizada por Raúl Proença, é importante referir que até ao último volume do *Guia de Portugal* o seu nome aparece referenciado na lista dos autores que participaram na concretização da obra.

O *Guia de Portugal* não se reduz, no entanto, ao simples papel de roteiro de viagem. Para além da função, eminentemente, utilitária de conduzir o leitor na "sua" descoberta do país, indicando-lhe o caminho a percorrer, onde ficar hospedado e os lugares mais importantes a visitar, funciona, simultaneamente, como um filtro entre o observador e o que é observado, direccionando o olhar do viajante para o que é digno de nota, classificando-o e descrevendo-o. Nesse processo, constrói uma narrativa visual hierarquizada, uma *"propedêutica do olhar"*[108] que contribui para a "museificação" do país, *"transforma*[ndo] *a viagem numa experiência semelhante à de visitar um museu"*[109]. E, como em qualquer museu, os objectos "expostos" são acompanhados de uma legenda escrita, que ajuda a descodificar o seu significado, tornando-os acessíveis à compreensão de todos.

O *Guia* assume esse carácter pedagógico:

> *"Não poderia* [o autor] *pensar em fazer do* ***Guia de Portugal*** *um álbum esplendorosamente ilustrado, com sua encadernação magnífica, para ter o fútil destino de ornamentar as estantes e os móveis das saletas, e servir, quando muito, de diversão nos longos serões familiares. Não lhe sorriu nunca este destino de bonzo doméstico. Antes, pelo contrário, quis fazer dele um comentário vivo, um companheiro de viagem, um fácil e constante colaborador, pronto a ser consultado a cada momento, diante de cada trecho de arte ou de paisagem, e a guiar mesmo os portugueses nos seus passeios e peregrinações. Como é evidente que ninguém viaja com uma edição monumental, ele tinha, pois, de ser concebido e realizado como um livro portátil que se pudesse folhear a todo o instante - ante cada pedra, cada escultura, cada quadro, cada panorama, cada aspecto novo de uma estrada.*
>
> *Mas não um comentário morto, um simples roteiro, um inventário inerte e seco, antes um livro que ajudasse a sentir a beleza das paisagens e das obras de arte, a entendê-las, a aprendê-las nas suas mútuas relações e a situá-las nos seus quadros naturais. O meu intento, numa palavra, foi fazer deste* ***Guia*** *a* geografia pitoresca de Portugal, *para ser lida com os exemplos concretos em frente dos olhos. Assim compreendida a obra, creio que a forma que lhe dei foi, naturalmente, a mais conveniente e adequada."*[110]

---

[108] RAUCH, André, "As férias e a natureza revisitada (1830-1939)", in CORBIN, Alain, *História dos Tempos Livres: o advento do lazer*, Lisboa, Editorial Teorema, 2001, p. 111.
[109] VICENTE, Filipa, op. cit., p. 153.
[110] PROENÇA, Raúl, *Guia de Portugal: Estremadura, Alentejo, Algarve*, Volume II, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1983, p. XL. (Texto integral que reproduz a 1.ª edição publicada

Percebe-se, ainda, neste discurso uma evolução na abordagem ao conceito de viajar, já não entendido apenas na sua vertente educacional, herdada da prática aristocrática do *Grand Tour*, em que a viagem corresponde, acima de tudo, a uma descoberta e a uma construção pessoal, pelo estudo e a observação *in situ* dos grandes testemunhos do passado, ou do futuro se, como no caso de D. Pedro V, o viajante provém da "periferia", mas, agora, também na sua vertente recreativa ou de lazer, fortemente influenciada pelo olhar romântico do século XIX, sem cair, no entanto, nos extremismos exacerbados da experiência do sublime[111], para dar lugar à contemplação descomprometida da natureza e da paisagem pelo simples prazer de o fazer. Disso são testemunho os excertos intitulados "O céu" e "A flora", escritos por Raul Proença, na abertura do primeiro volume do *Guia*.

Assim, mais do que fixar um espaço geográfico específico, com características próprias - o lugar turístico - e associado a uma temporalidade determinada - o tempo de lazer, o *Guia de Portugal* propõe uma forma de ver esse espaço, através dos elementos que o representam e o identificam. Pelo seu carácter de excepção, o património monumental e artístico do país assume uma natural preponderância nessa selecção, ocupando a maior parte do corpo da obra escrita.

Esta é, essencialmente, uma viagem ao passado. Um passado que se sobrepõe ao presente para ser apreendido como a "realidade", no sentido do que é "autêntico". Mas, nesta procura de "autenticidade"[112], por tudo aquilo que é destacado outro tanto

---

pela Biblioteca Nacional de Lisboa em 1927)

[111] Experiência exponenciada pela divulgação de obras como *A philosophical enquiry into the origins of our ideas of the sublime and beautiful*, de Edmund Burke, publicado em 1757, que distingue o conceito de sublime do conceito do belo a partir das suas associações ao infinito, à obscuridade, à solidão e, sobretudo, ao terror; ou *Kritik der Urteilskraft* (Crítica do Julgamento ou Crítica do Juízo), escrito por Immanuel Kant, em 1790, em que essa distinção é utilizada para abordar o problema da representação do "irrepresentável", do que não tem forma.

[112] Em *The Tourist: A new theory of the leisure class*, com primeira edição de 1976, Dean MacCannell argumenta que esta procura de autenticidade é o principal motor do turismo moderno - *"All tourist for MacCannell embody a quest for authenticity, and this quest is a modern version of the universal human concern with the sacred. The tourist is a kind of contemporary pilgrim, seeking authenticity in other 'times' and other 'places' away from (....) everyday life"*. (URRY, John, *The tourist gaze*, 2.ª edição, London, SAGE Publications, 2002, p. 9) Esta perspectiva altera-se, no entanto, com a evolução das práticas de consumo na sociedade contemporânea, como Erik Cohen sublinha - *"in 'post-turism' the quest for authenticity in MacCannell's sense ceases to be the principal cultural*

é omitido e, mesmo, o que aparece referenciado está, pela sua condição de património, ameaçado na sua própria existência. Desta forma, o *Guia* acaba, eventualmente, por funcionar como o que Roland Barthes designa por um "agente de cegueira":

> *"De même que la montuosité est flattée au point d'anéantir les autres sortes d'horizons, de même l'humanité du pays disparaît au profit exclusif de ses monuments. Pour le* Guide bleu*, les hommes n'existent que comme 'types'. (...) Pour le reste, ils ne sont qu'introductifs, ils composent un gracieux décor romanesque, destiné à circonvenir l'essentiel du pays: sa collection de monuments. (...)*
>
> *La sélection des monuments supprime à la fois la réalité de la terre et celle des hommes, elle ne rend compte de rien de présent, c'est-à-dire d'historique, et par là, le monument lui-même devient indéchiffrable, donc stupide. Le spectacle est ainsi sans cesse en voie d'anéantissement, et le* Guide *devient par une opération commune à toute mystification, le contraire même de son affiche, un instrument d'aveuglement."*[113]

E, embora no *Guia* se deixe claro que a informação compilada deve "*ser lida com os exemplos concretos em frente dos olhos"*, enquanto instrumento de mediação entre o observador e o que é observado, o leitor pode cair na tentação de o utilizar como *"um substituto para o acto de ver"*, contrariando a *"ideia de viagem como um acto de descoberta pessoal"*[114]. Descoberta que só tem sentido se, no manuseamento dessa informação, houver, à partida, um certo grau de distanciamento e de espírito crítico por parte do utilizador, que o impeça de se sentir assoberbado e, até, coagido pela quantidade e profundidade do conhecimento reunido nos textos apresentados. O *Guia*, na prática, apenas é objectivo se cada um souber cruzar esses elementos e construir a sua própria narrativa, a sua própria viagem.

---

theme legitimizing one's engagement in tourism, as it had allegedly been for modern tourists (whatever the extent to which they actually sought to realize it in their travel). The craving for enjoyment and fun, pure and simple, becomes a culturally sufficient justification. Abandoning himself to the enjoyment of surfaces, the post-modern tourist ceases to inquire into the genuineness or authenticity of the objects of his experience. Indeed, if the claim of some post-modernists (e.g. Baudrillard 1988) that the contemporary world is devoid of 'originals' were true, the tourist's quest for 'objective' authenticity on his trip would become a pointless and frustrating project." (COHEN, Erik, *Contemporary Tourism: diversity and change*, Oxford, ELSEVIER, 2004, pp. 4-5)

[113] BARTHES, Roland, "Le 'Guide bleu'", in BARTHES, Roland, *Mythologies*, Paris, Éditions Points, 1970, pp. 133-135. (1.re publication: Paris Editions du Seuil, 1957)

[114] VICENTE, Filipa Lowndes, op. cit., p. 157.

Caso contrário, o *Guia de Portugal* limitar-se-ia a ser um veículo de uniformização do "olhar" e esse nunca foi o seu propósito. Ainda que, neste tipo de abordagem, seja sempre perceptível um certo nível de standardização na organização e comunicação dos conteúdos, desde o início os autores estão conscientes da abrangência e do alcance, em termos de público, que um trabalho deste género poderia ter:

> *"Como poucas* [obras]*, a sua discreta presença e consulta poderá ser reconfortante para os Portugueses de qualquer idade, condição, raiz, ideologia, cultura, estilo ou nível de viver. É uma obra simples e lhana, desataviada e séria, que fará bem aos novos e aos velhos, aos homens maturados e imaturos, sedentários e erradios, remediados e pobres, isolados ou conviventes, adormecidos na penumbra do seu rincão rústico ou angustiados na lonjura do desterro. Para os próprios analfabetos (se eles puderem ter alguém que lhes faça a caridade de os instruir e levitar à velha maneira do velho conversador ateniense, morto pela cicuta) poderá ser, de certeza, uma ocupação para uma ou mais inapreciáveis horas livres."*[115]

Para isso contribui, também, a heterogeneidade das colaborações presentes: *"regrados professores de geomorfologia, de arqueologia científica, de propedêutica, de fenomenologia artística, de etnografia exacta (...) de mãos dadas com puros amadores da literatura de superfície, paisagistas, estilistas de vocação, diletantes do jornalismo"*.[116]

Este é o principal mérito do trabalho. O facto de ser uma obra colectiva e democrática, aberta à participação de todos e acessível a todos. Reflexo da crescente popularização do próprio acto de viajar e da gradual institucionalização de um "tempo de férias". Férias que, em Portugal, implicavam passar uns dias de vilegiatura junto ao mar, recriando os hábitos introduzidos, no século XIX, pela aristocracia e imortalizados por escritores e artistas, como Ramalho Ortigão, em *As Praia de Portugal*, de 1876, ou José Malhoa na tela *A Beira-Mar*, de 1918.

[115] DIONÍSIO, Sant'Anna, "Duas palavras simples", in PROENÇA, Raúl, *Guia de Portugal: Lisboa e Arredores*, op. cit., pp. IV-V.
[116] Idem, p. III.

1.2.
As Praias de Portugal: espaço terapêutico e espaço lúdico

A "descoberta" da Praia pelas elites europeias dos séculos XVIII e XIX introduz uma nova dinâmica nos mecanismos de diferenciação que caracterizam a sociedade moderna. Ameaçada por uma burguesia urbana em rápida ascensão económica e social, é no contacto com a Natureza que a aristocracia vai estabelecer, agora, as relações de poder necessárias para legitimar a sua superioridade cultural. Relações que, nas praias portuguesas, não passam tanto pela questão da propriedade, uma vez definido o Domínio Público Marítimo por Decreto-Lei de 19 de Janeiro de 1865, mas pela construção de uma gestualidade específica associada àquele território. A prática do banho de mar, alimentada pelo discurso médico da época, integra esses rituais simbólicos de distinção, obedecendo a determinadas formas de estar que se traduzem em técnicas corporais próprias e na utilização de vestuário e de acessórios adequados.

Numa primeira fase de apropriação do espaço litoral os objectivos terapêuticos da estadia à beira-mar são, aparentemente, secundarizados em relação a pretextos mais mundanos. Apesar do principal motivo da deslocação sazonal da corte para junto da costa se alicerçar nos benefícios médicos da interacção física, e emocional, com o meio marítimo, a frequência da Praia é pontual e de curta duração e o contacto com o mar é mediado pela presença do banheiro. É fora do areal que se constrói uma cultura balnear, nas Esplanadas que domesticam o acesso à Praia ou nos salões das Assembleias e dos Casinos que animam a vivência destes lugares.

De resto, a aristocracia mantém, à beira-mar, os hábitos do seu quotidiano urbano. Passeia as *toilettes* pela Esplanada, reúne-se no *club* para falar de negócios e entretém-se nas *soirées* organizadas pela alta sociedade. Mas é a possibilidade de estar sem fazer nada, em lazer ocioso junto ao mar, a marca distintiva do seu estatuto social. Modelo de comportamento posto em causa pelo ideal burguês de civilização e de progresso, em que corpo e mente vêm moldados por valores de Trabalho e de Família. São estes valores que vão caracterizar a adesão burguesa à moda do banho de mar, numa reinterpretação crítica dos gestos e gostos da elite.

É no quadro desta nova ordem de mentalidades que a Praia terapêutica é, verdadeiramente, inventada, condensando na figura feminina - enquanto mulher, esposa e mãe - as virtudes de uma conduta moral exemplar e fisicamente saudável. Perspectiva que vai implicar uma outra abordagem na aproximação à natureza marítima e o redimensionamento do papel da mulher na construção do espaço balnear. No século XIX, a Praia será um dos poucos domínios de convivência exterior ao lar em que a sociabilização no feminino é moralmente aceite, ainda que controlada de perto pelo olhar dos "outros" e minuciosamente regulamentada pela "mão" da medicina.

A difusão da vilegiatura marítima junto das camadas populares, favorecida pela regulamentação, em 1911, do descanso semanal ao domingo e pela vulgarização das excursões de um dia, alimenta a construção de infra-estruturas específicas vocacionadas para receber esta população flutuante. Naturalmente, a convivência física entre diferentes grupos sociais no espaço da Praia obriga àreformulação dos mecanismos de diferenciação estabelecidos.

É só no século XX, com a divulgação de certas práticas desportivas, como a natação, e a valorização dos efeitos do sol na conformação dos corpos e sua apresentação, que a Praia ganha, ela própria, características de espaço público. A "Praia Terapêutica" dá, assim, lugar à "Praia Lúdica", sinónimo de evasão e de liberdade de movimentos.

O "banho de mar"

Desde o início do século XIX que há notícia da presença de barcas de banhos no rio Tejo[1]. Construídas à imagem dos *bateaux à bains* franceses, que disponibilizavam à população o serviço de banhos a preços reduzidos[2], estas estruturas são testemunho de uma nova consciência social sobre a importância da higiene individual enquanto questão de saúde pública. Em Lisboa, é no Cais das Colunas e no Cais do Sodré que se concentram estes estabelecimentos, animando a vida ribeirinha com os seus pregões: *"Quem quer tomar banho? Quem se quer refrescar? Quem vai à Barca?"*[3]. Eram a "Nova Flor de Lisboa", a "Flor do Tejo", a "Vinte e Quatro de Julho", a "Estrela de Alva" ou a "Deusa do Mar", esta frequentada pela "classe elegante". A família real dispunha de uma barca própria, à semelhança das suas congéneres europeias, ancorada na Praia da Torre, em Belém.

Também conhecidas como "barcos-piscina", estas barcas dispunham de um tanque colectivo - o "Banho da Ré" - mais económico, e de cabinas individuais - o "Banho da Proa" - mais reservadas, com fundo gradeado de forma a deixar entrar a água,

JOIGNY - Le Quai de Paris et la côte de Saint-Jacques
e
ÉPERNAY - Vue sur la Marne, Le Lavoir Parisien
Bilhetes Postais, c. 1900
(imagens *www.jph-lamotte.fr*)

Praça do Comércio e as Barcas dos Banhos
Gravura
José Artur Leitão Bárcia, 1848
(imagem *www.arquivomunicipal.cm-lisboa.pt*)

[1] No fundo da Biblioteca Nacional de Portugal existem dois documentos dedicados ao assunto - *A Barca dos Banhos: Primeira carta de prevenção e notícia a hum amigo* e - *A Barca de Banhos: Segunda carta sobre a palestra que vai por causa da mesma Barca*, ambos escritos por "Hum Mézinheiro" e publicados, por Impressão Régia, em 1811.

[2] Encontramos referência à existência, já em 1761, de uma destas barcas ancorada no rio Sena, junto à *Pont-Royal*, em Paris, explorada pelo senhor Poitevin. Para além dos *Bateaux à Bains*, com a modalidade do banho quente e frio, são também conhecidos os *Bateaux-Lavoirs*, lavadouros flutuantes compostos, por regra, de um espaço para a lavagem da roupa, ao nível da água, e de outro para secagem, num segundo piso.

[3] PAIS, José Machado, "A imagem da mulher e os rituais de galantaria nos meios burgueses do século XIX em Portugal", *Análise Social: Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*, Lisboa, Vol. XXII, N.º 92-93, 1986, p. 759. (disponível em *www.analisesocial.ics.ul.pt*)

As Barcas dos Banhos
Gravura
Armando Serôdio, 1864
(imagem
www.arquivomunicipal.cm-lisboa.pt)

onde os banhistas mergulhavam. Para as senhoras este ritual implicava *"passa*[r] *o resto do dia ocupadas em enxugar as pesadas cabeleiras enxarcadas na água do rio, conservando-as estendidas pelas costas, sobre toalhas, fazendo luxo e vaidade da longura e abundância dos* [seus] *cabelos"*[4].

Mas é a presença prestigiante da Barca Real em Belém que atrai as atenções, transformando esta praia na mais concorrida pelos lisboetas. Anos depois, é ainda esta ideia que Ramalho Ortigão nos transmite no seu périplo pel'*As Praias de Portugal*:

> *"Passamos em frente da praia da Torre. É animadíssimo o seu aspecto. As barracas dos banhistas, brancas, pontiagudas, dão-lhe o ar de um acampamento de ópera cómica.*
>
> *Junto da água, barracões de madeira, embandeirados, ostentam as suas varandas cobertas com toldos recortados, debaixo dos quais ondeiam os véus e se agitam os leques das senhoras.*
>
> *Dos barracões saem para o mar pranchas, em que uns esperam, pitorescamente* drappés *nos seus lençóis turcos, e de que outros se precipitam de mergulho na vaga.*
>
> *Alguns pequenos botes, com espectadores, bordejam na água.*
>
> *As cores dos vestidos de verão, dos chapéus de sol abertos, das bandeiras desfraldadas, produzem sob o sol uma grande mancha alegre, ridente, cheia de luz, no meio da areia fulva."*[5]

[4] COLAÇO, Branca de Gonta, ARCHER, Maria, *Memórias da Linha de Cascais*, 1.ª edição, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 1943, pp.19-20.
[5] ORTIGÃO, Ramalho, *As Praias de Portugal: Guia do Banhista e do Viajante*, Lisboa, Frenesi, 2002, pp. 96-97.

A partir do momento em que o espectáculo do banho passa a ter lugar na Praia, ao ar livre e sob o olhar de todos, o respeito pela privacidade e pela ordem social estabelecida torna necessária uma codificação rigorosa dos rituais de interacção com o meio litoral. Em Portugal, por definição do Domínio Público Marítimo, a Praia é um espaço democrático, ao alcance de todos, permitindo a convivência de classes e de géneros. Proximidade que vai ser desconstruída através de um desfasamento temporal e espacial da frequência da Praia. Assim, o horário do banho, o período do ano e o local escolhidos para realizar a vilegiatura balnear vão funcionar como marcas de distinção social. A própria duração do retiro à beira-mar é determinante para essa classificação.

> *"É certo que cada um se trata* segundo os seus meios, *e não* segundo os seus males.
>
> *À jovem tísica, filha do abastado capitalista que habita um palácio, o médico aconselha a Madeira, o Cairo, o vale de Lima no Peru, a dieta de galinholas e de vinho velho da Borgonha, os passeios sem fadiga, no agasalho das peles de marta ou de raposa azul, no fundo de um* coupé *de Binder, suavemente balançando em flecha e oito molas.*
>
> *Aqui assim à vizinha do meu terceiro andar, filha de um empregado com oitocentos mil réis de ordenado, o mesmo médico prescreve unicamente um pouco de óleo de fígados de bacalhau, o bife na grelha, o vinho de Colares, a mudança de ares para Benfica e um ou outro passeio ao sol com um xaile nos joelhos em cima de um jumento manso.*
>
> *Subindo mais alguns degraus, chamado para ver a engomadeira de camisas ou a brochadora de livros que habita nos sótãos, sempre o mesmo médico aconselha simplesmente uma camisola de flanela, um copo de leite e mais duas horas de descanso por dia.*
>
> *O resultado de todas estas diferenças na cura é que todas as três doentes, a do primeiro andar, a do terceiro, a do sótão, morrem aproximadamente no mesmo prazo de tempo.*
>
> *Assim nos banhos de mar, enquanto as pessoas ricas planizam uma temporada de três meses, tu, se habitas o campo, chegas à Foz ou à Póvoa de Varzim na véspera de São Bartolomeu, e tomas os teus trinta banhos em três dias."*[6]

Para além de razões de ordem cultural e económica, a hierarquização das praias portuguesas é legitimada pelo discurso médico sobre as qualidades terapêuticas do tratamento marítimo,

[6] ORTIGÃO, Ramalho, op. cit., pp. 163-164.

definido em função de três factores fundamentais: a atmosfera, a água e o banho. Critérios onde entram em consideração variáveis como *"a localização geográfica da praia, a natureza e morfologia do solo, a força e dimensão das ondas, a direcção e constância dos ventos, a temperatura das águas e a proximidade de rios e matas"*[7]. Da conjugação destes vários elementos resulta a aptidão de diferentes trechos da costa portuguesa para a cura de enfermidades distintas, condicionando, à partida, a eficácia da prescrição médica.

Em relação ao banho de mar, propriamente dito, são aconselhadas certas precauções higiénicas a ter antes, durante e depois do momento de imersão, que variam consoante a constituição física, o sexo e a idade do banhista, assim como o *"fim fisiológico ou terapêutico que se deseja conseguir"*.[8]

> *"Se o banhista é robusto e procura apenas no banho a tonificação da água fria e a espécie de massagem produzida pelo embate da vaga, a sua hora mais oportuna é de manhã. Para as pessoas débeis que procuram no banho os efeitos da composição química da água salgada sobre os tecidos, a hora mais conveniente é das duas horas às cinco da tarde, quando por efeito do calor a temperatura do mar sobe cinco ou seis graus.*
>
> *O uso geralmente seguido de ir directamente da cama para o mar, esperando na praia* que o corpo arrefeça*, é essencialmente anti-higiénico.*
>
> *(...)*
>
> *Um certo exercício moderado, um pequeno passeio a pé, ao sol, é muito útil. O que mais convém evitar não é o contacto da água com o corpo quente, é o contacto do ar. As constipações contraem-se na barraca de despir, ou à beira da água ao esperar.*
>
> *(...)*
>
> *É importante que o banhista, ao chegar à barraca, se dispa com a máxima rapidez, enfie um calção de malha de lã, se envolva numa capa ou num* plaid *e corra imediatamente para a água, desembuçando-se no momento da imersão.*
>
> *As senhoras devem usar a touca de* gutta-percha *para não molharem o cabelo, e quando não tenham a touca não lhes convém mergulhar a cabeça. Basta-lhes refrescar repetidamente a fronte e o alto do crânio, com a mão molhada durante o tempo que estiverem na água. (...)*

[7] FREITAS, Joana Gaspar de, "O litoral português, percepções e transformações na época contemporânea: de espaço natural a território humanizado", *Revista de Gestão Costeira Integrada*, Lisboa, Volume 7, N.º 2, 2007, p. 110. (Disponível em *www.aprh.pt*)
[8] ORTIGÃO, Ramalho, op. cit., p. 165.

No banho *a imersão deve ser súbita e não entrando na água progressivamente, o que faz refluir o sangue das extremidades inferiores para o peito e para a cabeça.*

É prejudicialíssima durante o banho a imobilidade do corpo. Todos os membros devem estar em movimento durante a imersão. A natação é neste caso um exercício da maior vantagem. (...)

Depois do banho *deve ser o corpo rapidamente friccionado com um lençol áspero até dar à pele uma cor rosada.*

Comer imediatamente depois do banho, no período da reacção, é inconveniente. O mais salutar depois do banho é um exercício moderado, um passeio a pé, de meia hora, na praia, debaixo de um chapéu de sol, com o cabelo solto como usam as senhoras nas praias da Alemanha."[9]

As senhoras são, de resto, a par das crianças, um dos alvos preferenciais desta nova terapêutica, sendo o banho de mar de grande utilidade para os usos da *toilette* feminina e para o combate, pela higiene e pela disciplina, de diversos estados patológicos associados à civilização moderna. Nesse sentido, o programa doméstico da vida à beira-mar constitui um importante complemento da hidroterapia. A dieta alimentar, o exercício e a regularidade dos hábitos são factores determinantes para a cura, mas também a ocupação das "longas horas de ócio" com actividades úteis e moralizadoras, como a leitura, o desenho ou a aguarela, a escrita e a educação dos filhos.

Citando estudos de Michelet e de Fleury, é ainda através da figura feminina que Ramalho Ortigão faz uma crítica ao estilo de vida mundano da alta sociedade, condenando a existência antimedical das famílias ricas que, por irem *"completas e reunidas, marido, mulher, filhos, criados"*[10], mantêm na Praia os vícios e comportamentos da vida de cidade, marcada por sentimentos de *"frivolidade, vulgaridade* [e] *fingida alegria"*. *"Reflicta nisto, minha senhora. Seja corajosa e prudente. É numa solidão séria, na pequena vida inocente com o seu filho, vida infantil, se assim for preciso, mas pura, nobre e poética, (...) que se dará a renovação que deseja"*.

[9] Idem, pp. 165-168.
[10] Idem, p. 160.

Às mães dedica o último capítulo de *As Praias de Portugal*, uma "página útil" da sua viagem pelo litoral português com conselhos sobre a questão da higiene particular e a importância do banho frio, de mar e de água doce, depois, em casa, para a reconstituição dos temperamentos e o robustecimento do carácter na infância.

O homem, esse, tem o seu trabalho e poucos são os que *"estão livres todo o verão. O marido poderá quando muito ir reunir-se com sua mulher durante um mês ou dois, em Agosto, em Setembro"*[11]. Sem ocupação, o indivíduo perde a posse de si mesmo, perde o seu centro moral, e deixa-se invadir pelo *"cansaço, o aborrecimento, o spleen"*[12], estados de alma próprios de quem vive dos rendimentos, de quem não tem horários, de quem deambula, no espaço e no tempo, sem destino definido. O aristocrata, o *dandy*, o *flanêur*. Contra-modelos comportamentais do ideal burguês de excelência, em que a saúde física do corpo assume especial relevância na *"rentabilização da acção"*, no *"comedimento da aparência"*[13], e, consequentemente, no equilíbrio espiritual de cada um, segundo o paradigma clássico de *mens sana in corpore sano*.

Esta abordagem estritamente terapêutica ao banho de mar corresponde, no entanto, já a um segundo momento do processo de apropriação social da Praia[14]. Introduzida pela aristocracia, a vilegiatura marítima é inicialmente uma prática essencialmente vocacionada para o prazer. O banho é apenas uma pequena parte, ainda que significativa, da preenchida agenda de actividades que pontuam a permanência à beira-mar. Um ritual obrigatório, cumprido escrupulosamente, todos os dias à mesma hora.

"Desgraçados de nós se na praia, na pequena casa isolada e tranquila, frente a frente com o austero oceano, não compreendemos de um modo novo, por algum tempo ao menos, o dever, a felicidade, a família, a responsabilidade dos nossos actos, o nosso grave destino de criaturas humanas! Desgraçados, se à beira-mar, onde vamos reconstituir tanto o organismo como o sistema moral, nós prolongamos os hábitos frívolos da vida sem rumo, de ostentação, de leviandade e desordem, que passamos num inverno patusco, oco e desprezível, sem a moralização do trabalho, de que depende a posse e a consideração de nós mesmos, o nosso contentamento íntimo, a forte e fecunda alegria moral, a saúde no corpo e a fortaleza na alma, os dois fenómenos correlativos e solidários no equilíbrio da vida!"

ORTIGÃO, Ramalho, *As Praias de Portugal: Guia do Banhista e do Viajante*, Lisboa, Frenesi, 2002, p. 162.

[11] Idem, p. 159.
[12] Idem, p. 162.
[13] MACHADO, Helena Cristina Ferreira, *A Construção Social da Praia*, Guimarães, Ideal, 1996, p. 81.
[14] Contrariando a divisão proposta por Rob Shields, em *Places on the Margin: Alternative Geographies of Modernity*, que organiza em apenas dois períodos cronológicos a apropriação do espaço litoral - *"de 1800 até à década de 1840, formou-se a praia terapêutica, frequentada por receita médica* [e] *de 1850 até aos anos vinte* [do século XX]*, a praia vocacionada para o prazer"*, Helena Machado estrutura "a construção social da Praia" em três fases distintas, mas não necessariamente lineares: *"Começou por ser a aristocracia a inaugurar essa prática social* [do banho de mar] *como prática social de distinção. Num segundo momento, a burguesia cooptou essa prática, transformou-a para satisfazer os seus próprios interesses, deu-lhe continuidade, assegurando a possibilidade da difusão desta prática junto dos estratos inferiores da hierarquia social, permitindo a definição da última etapa: em meados do século XX nasce o consumo de massas"*. (Idem, p. 64 e p. 60)

A revista *Occidente* dá-nos uma ideia da difusão desta nova prática social no meio português na sua "Chronica Occidental" de 5 de Setembro de 1896, dedicada à vida "Nas Praias":

Nas Praias
(imagem *Occidente: Revista Illustrada de Portugal e do Extrangeiro*, Lisboa, 19.º Anno, XIX Volume, N.º 637, 5 Setembro 1896)

> *"Setembro. Mez de ferias.*
>
> *Ferias nos collegios. Ferias nos tribunaes.*
>
> *(...)*
>
> *Caem nas repartições verdadeiros chuveiros de partes-de-doente. Quem, pertencente ás raças degeneradas d'este fim de seculo, não soffre d'um bocadinho de esgotamento nervoso, ou d'uma ligeirissima affecção pulmonar, ou d'um bocadinho de neurasthenia, ou de arthritismo, ou de insomnias, ou de palpitações, ou d'uma sogra de quem se quer livrar pelo menos durante mez e meio? Para tudo isso são excellentes os banhos de mar, os passeios pelos pinhaes respirando o ar puro. Abrem o apetite; come-se como leões, dorme-se como bemaventurados. Parte de doente e toca a gosar da saude, que esta vida são dois dias.*
>
> *(...)*
>
> *É por onde agora se encontra alguma alegria, é por essas terras de banhos, desde a mais humilde, um pontosinho pequenino no mappa á borda d'um riacho sem nome, até ás mais elegantes, de que falam provincianas nas suas villas semsaboronas como de regiões maravilhosas de contos de fadas. Cascaes, Figueira, Espinho, Granja, Foz, Mattosinhos, Ancora.*
>
> *(...)*
>
> *Lindas manhãs luminosas, como essas lindas raparigas hão de mais tarde sonhar saudosamente comvosco! Vêde-as na praia, que animação! Não as cançou o baile d'esta noite.*
>
> *Vibra o ar com as notas alegres dos risos, vibra a luz a refranger-se nos tons claros dos vestidos, nos tulles dos chapéos, nas faces setinosas ligeiramente cobreadas pelo sol e pelo ar do mar.*
>
> *O sol vai subindo, vai aquecendo a areia. Procura-se as sombras das barracas, as dos barcos virados na praia, como grandes peixes mortos de ventres para o ar. E ali se continuam as conversações da noite, as tias falando de rijo, ellas baixinho, quantas vezes só com os olhos, outras nem isso, cada uma com o seu coração.*
>
> *(...)*
>
> *Pelas tardes, em longos passeios, vão os bandos por ali fora, uns fieis ao mar, seguem junto ás ondas, fugindo d'alguma mais audaz que, quando a maré enche, corre altiva sobre as irmãs; outros preferem os pinhaes onde vão caminho aos torcicollos, subindo pela montanha.*
>
> *(...)*
>
> *Á noite, reuniões no club. Os papás jogam, as mamãs conversam, as filhas dançam e namoram.*
>
> *(...)*
>
> *Cae a paz sobre as ruas. É noite. Silencio. Ouve-se apenas um murmurio de beijos"*[15]

[15] CAMARA, João da, "Chronica Occidental", *Occidente: Revista Illustrada de Portugal e do Extrangeiro*, Lisboa, 19.º Anno, XIX Volume, N.º 637, 5 Setembro 1896, p. 194.

São estas outras práticas de sociabilização que realmente preenchem e animam o dia-a-dia na Praia. As regatas de vela apreciadas da Esplanada, as partidas de *lawn-tennis* e de *croquet* realizadas no *club*, as corridas de cavalos que enchem o Hipódromo, os passeios de burro até às praias vizinhas, as *garden parties* e o chá das cinco oferecidos pelas senhoras da sociedade nos seus *chalets*, as *soirées* organizadas nas Assembleias para o entretenimento das famílias, as idas ao Teatro, o espectáculo das touradas, as fortunas ganhas e perdidas no pano verde do Casino. Pequenos prazeres mundanos que vão também tentar a burguesia, desviando-a dos seus princípios moralizadores[16]. A "vida na Praia" constrói-se, assim, "fora da Praia" e, para isso, será necessário criar as infraestruturas adequadas para a receber.

Fitando o Mar Largo
Pintura
Alfredo Keil, s.d.
(imagem *www.cascais-raa.blogspot.com*)

Definindo a fronteira entre Civilização e Natureza, as Marginais oceânicas testemunham, na sua origem, uma nova relação do homem com o ambiente marítimo: temido, durante séculos, como domínio do caos e do desconhecido, sob o olhar romântico do século XIX o mar passa a ser valorizado como expressão do sublime e cenário de evasão. Esta nova relação seria reforçada com a comprovação médica das qualidades terapêuticas do "banho de mar" e com o desenvolvimento científico dos estudos oceanográficos, área em que Portugal é um dos países precursores, devendo-se à acção directa de El-Rei D. Carlos a realização das primeiras campanhas de prospecção ao longo da costa atlântica portuguesa, entre 1896 e 1906, e a inauguração, em 1898, do Aquário Vasco da Gama, no Dafundo, por ocasião das comemorações do IV Centenário da partida daquele navegador para a descoberta do caminho marítimo para a Índia.

[16] Tentação que, ainda segundo Helena Machado, vai funcionar como uma *"estratégia subtil de diferenciação"*, dentro da própria classe, entre o sexo masculino e o feminino: se ao homem burguês é permitida a *"coexistência alternante (...) de práticas originalmente burguesas e de práticas de imitação do estilo de vida da aristocracia, nitidamente direccionadas para o ócio e vida mundana"*, *"para a mulher burguesa vai permanecer durante muito tempo a imposição dos modelos de comportamento originariamente burgueses. A estadia à beira-mar vai equivaler a um tempo e a um espaço adequado à educação e modelação dos corpos e estilos de vida segundo um modelo de contenção dos excessos, preservação da energia e vigor, e fortalecimento simultâneo do corpo e dos temperamentos"*. (Idem, p. 65)

Praia Grande
Pintura
Alfredo Keil, 1880
(imagem
www.museudochiado_ipmuseus.pt)

É sob a forma de *Esplanadas*, *Passeios Alegres* e *Avenidas dos Banhos* que se desenha esse limite. Herdeiras do espírito iluminista do Passeio Público, construído em Lisboa no final de setecentos[17], estas estruturas vêm reforçar o carácter democrático da Praia enquanto lugar de vida colectiva, constituindo-se como espaços privilegiados de interacção social e de representação simbólica. Aqui se vão fixar os principais equipamentos turísticos da estância balnear - o Hotel, o Estabelecimento de Banhos e o Casino - em composições que condensam o gesto civilizador da fundação da *ville de bains*.

[17] Na sequência do plano pombalino para a reconstrução da Baixa de Lisboa, é construído, entre 1764 e 1771, o primeiro parque público da capital - o "Passeio Público do Rossio" - projecto do arquitecto Reinaldo Manuel, sucessor de Carlos Mardel na supervisão da Casa do Risco. À imagem de intervenções semelhantes noutras capitais europeias, o Passeio Público é idealizado como um espaço arborizado de recreio e de convivência interclassista, anunciando um novo entendimento da cidade, enquanto obra pública, e a importância que os espaços verdes passam a ter para o desenho urbano, segundo uma visão higienista. Mas, apesar do seu sentido democrático, esta nova infraestrutura caracteriza-se por ser um espaço segregado do resto da malha urbana, definindo simbolicamente o limite norte do traçado iluminista da Baixa, e encerrado no seu perímetro, acedendo-se ao jardim através de portas, sendo a entrada principal, a sul, junto à Praça do Rossio. Em 1840 procede-se ao "acabamento" e "embelezamento" do recinto, adequando-o ao gosto burguês da época, obras realizadas a cargo do arquitecto camarário Malaquias Ferreira Leal, assistindo-se ao auge da utilização deste espaço já no período romântico, altura em que frequentar o Passeio Público ganha uma outra dimensão social: a de "ver e ser visto".
Com a proposta da expansão da cidade para norte, discutida desde meados de oitocentos e fixada, em 1903, no Plano Geral de Melhoramentos de Lisboa de Ressano Garcia, o Passeio Público seria demolido para dar lugar à Avenida da Liberdade, eixo estruturador do conjunto das Avenidas Novas que iriam marcar a imagem progressista da Lisboa liberal. Obra traçada segundo o plano de Domingos Parente, iniciada em 1879 e inaugurada a 25 de Maio de 1886, como parte do programa de celebração do casamento do príncipe D. Carlos com Amélia de Orleães. A monarquia associava-se, estrategicamente, à modernidade transformadora perspectivada pela abertura do primeiro *boulevard* português.

A oferta d'*As Nossas Praias*[18] é, no entanto, no início do século XX, limitada. Da lista de localidades consideradas como "Terras de Turismo", publicada em Decreto de 1918, apenas Miramar, Granja e Espinho, a Figueira da Foz, Cascais, Monte Estoril e Estoril, e a Praia da Rocha são consideradas estâncias de Praia de 1.ª classe[19], classificação a que não será, certamente, alheia a qualidade do espaço urbano e dos equipamentos disponibilizados aos banhistas. Mas, no geral, verifica-se que a maioria das praias portuguesas são direccionadas para um Turismo de carácter interno, para o veraneante que "vai a banhos" com a família e passa a temporada na sua *villa* à beira-mar ou aluga casa à época, *"devidamente mobilada e apetrechada"*. Modalidade que encontra raizes no costume de "tomar ares" adoptado, desde o século XVI, pelas *"populações urbanas mais abastadas, que dispunham de casas rurais e propriedades"*[20], muitas delas *"a pouca distância de Lisboa e do Porto"*, para onde se retiravam *"com a chegada dos calores estivais"* - as chamadas "Quintas de Recreio" ou "Quintas de Fresco"[21]. À excepção das Praias mais cosmopolitas, os Hotéis e Hospedarias existentes são em número reduzido, quase todos de *"muito regular serviço, embora sem* [requintes de] *luxo"*.[22]

---

[18] *As Nossas Praias: Indicações gerais para uso de banhistas e turistas*, Lisboa, Sociedade Propaganda de Portugal, 1918.

[19] De entre as 28 estâncias de praia classificadas. (Cf. Decreto N.º 4:819, *Diário do Govêrno*, I Série, N.º 204, 19 Setembro 1918, p. 1705)

[20] CAVACO, Carminda, "O Turismo em Portugal: aspectos evolutivos e espaciais", *Estudos Italianos em Portugal*, Lisboa, N.º 40-41-42, 1980, pp. 12-13.

[21] Inspirado nas *Villas* do Renascimento italiano, o modelo da Quinta de Recreio portuguesa combina, tal como o nome indica, a função utilitária de uma unidade de exploração agrícola com uma vertente lúdica e pedagógica associada ao contacto com o ambiente rural e com a paisagem. Mas, se na *Villa* o maior investimento conceptual e formal concentra-se no desenho do construído, na Quinta de Recreio é o arranjo dos espaços ao ar livre que ganha maior evidência artística: desde o jardim formal traçado junto à casa, às estruturas funcionais ligadas à vertente produtiva - hortas, pomares, matas - que, aqui, são trabalhadas numa dimensão recreativa e de lazer que explora diferentes relações sensoriais direccionadas para o prazer (som, cheiro, cor e textura). A presença da água é, neste contexto, um elemento essencial de composição, aproveitando-se as infraestruturas de irrigação existentes para animar percursos e pontuar momentos de estadia no exterior, com fontes, repuxos e cascatas. Sistema de acontecimentos no qual os tanques de rega assumem especial protagonismo, constituindo episódios profusamente decorados e geralmente articulados com arquitecturas de prazer, como as "casas" ou os "pavilhões de fresco". O que distingue o conceito de Quinta de Recreio é, assim, esta sobreposição de usos entre o espaço de ludicidade e o espaço de produção, em que o desenho do jardim é condicionado por factores de pragmatismo e de utilidade. (Cf. MAGALHÃES, Manuela Raposo de, MONTEIRO, José Charters, "Aurora Carapinha", *Arquitectura e Vida*, Lisboa, N.º 89, Janeiro 2008, pp. 18-25; e *Encontros com o Património: Quintas de Recreio*, 28 Abril 2008, emissão em podcast da Rádio TSF disponível em *www.tsf.pt/paginainicial/AudioeVideo.aspx?content_id=9164*)

[22] *As Nossas Praias: Indicações gerais para uso de banhistas e turistas*, op. cit., p. 11.

Estação Ferroviária	Apeadeiro	Estbl. Balnear	Hospedarias/Pensões	Hotéis	Casas de Aluguer	Restaurantes	Cafés	Estbl. Comerciais	Assembleia	Clube	Teatro	Casino	Praça de Touros	Marginal/Esplanada	
	●			●2			●			●	●				Praia de Ancora
	●		●1	●1											Praia de Moledo do Minho
●		●	●	●8	●		●	●	●	●	●			●	Praia de Espinho
●		●	●	●12	●	●	●	●			●	●	●	●	Praia da Figueira da Foz
			●	●2	●				●	●	●	●		●	Praia da Foz do Douro
				●1	●										Praia do Furadouro
	●			●1					●						Praia da Granja
●				●7	●	●		●							Praia de Leça da Palmeira
		●		●1			●	●		●	●			●	Praia de Matosinhos
●			●4	●6		●	●	●	●	●	●			●	Praia da Povoa de Varzim
●			●4	●2					●	●	●	●			Praia de Vila do Conde
●					●	●			●			●	●	●	Praia de Algés
●			●	●2	●	●		●		●	●	●		●	Praia de Cascais
			●	●2		●		●	●	●					Praia da Ericeira
●			●	●5	●					●		●			Praias do Estoril
				●1		●									Praia da Foz do Arelho
					●	●									Praia das Maçãs
			●2	●3	●	●				●	●				Praia da Nazaret
	●	●				●						●			Praia de Oeiras
●			●2	●1	●							●			Praia de Paço de Arcos
			●4	●2	●					●					Praias de Peniche
●			●2					●							Praia de S. Martinho do Porto
				●1	●	●		●							Praia de S. Pedro de Muel
●			●5	●2		●				●	●	●	●		Praia de Setubal
					●	●									Praia da Trafaria
●			●5		●										Praias de Odemira
		●	●3	●3	●										Praia de Sines
			●2												Praia de Albufeira
				●3				●							Praia da Armação de Pera
			●1	●1						●		●			Praia do Carvoeiro
				●1						●	●	●			Praia da Luz
	●		●5	●3	●					●	●				Praia de Montegordo
			●2	●3						●	●	●			Praia da Rocha

Nota:
Da lista de cinquenta praias elencadas em *As Nossas Praias: Indicações gerais para uso de banhistas e turistas* foram excluídas as que, embora *"muito regularmente frequentadas"*, pela sua dimensão local e popular oferecem, em 1918, condições modestas de alojamento e de diversão. Assim, seguindo a ordem de apresentação por províncias, no Minho, ficaram de fora as praias da Apúlia e de S. Bartolomeu do Mar; no Douro, as da Aguda, da Cortegaça, da Corticeira, da Costa Nova, do Senhor d'Além, de S. Mamede e da Torreira; e, na Estremadura, as da Areia Branca, de Caxias, de Pedrogam, de Pedrouços, da Ponta dos Corvos, do Samouco, de Santa Cruz e de Vieira. Todas as praias do Alentejo e do Algarve referenciadas na publicação da SPP foram incluídas na listagem.

Relação dos equipamentos existentes nas praias portuguesas em 1918
(lista realizada a partir de *As Nossas Praias: Indicações gerais para uso de banhistas e turistas*, Lisboa, Sociedade Propaganda de Portugal, 1918)

Na mão de pequenos empresários locais, a exploração turística da nossa costa corresponde, ainda, a uma organização embrionária e incipiente, em que o carácter dos investimentos realizados é expressão do tipo de frequência social associado à vivência de cada Praia. Uma hierarquia sócio-espacial em muito determinada pelas condições de acessibilidade às diferentes regiões costeiras do país. A expansão da rede ferroviária, a par da melhoria das ligações aos principais centros urbanos (em carro americano, linha eléctrica ou diligência), vai possibilitar a chegada de um maior número de banhistas à Praia, provenientes das mais variadas geografias, físicas e sociais, moldando a colonização do espaço balnear em função do binómio proximidade/disponibilidade (económica e temporal) numa relação inversamente proporcional.

Por conseguinte, as praias mais perto dos grandes núcleos populacionais e servidas directamente pelo comboio ou pelo eléctrico são mais as procuradas por aqueles com menos tempo e dinheiro, e, por isso, conotadas como "Praias populares". Gravitando também em torno daqueles pólos, as "Praias de elite" afastam-se o suficiente para se constituirem como núcleos autónomos com identidade própria, em muito ditada pelo tom, mais ou menos, eloquente dos seus *chalets*. Tipologia que, de resto, funciona como marca distintiva da urbanização do litoral. Entre um registo e o outro situam-se as "Praias cosmopolitas" e as "Praias modestas", umas beneficiando das ligações rápidas à fronteira com Espanha e, daí, ao resto da Europa, as outras frequentadas *"principalmente pelos povos dos concelhos limitrofes, que por exiguidade de recursos ou por conveniencias das suas ocupações normais, não podem procurar outra praia mais distante"*.[23]

"Não podia o Governo da Republica, no seu empenho de zelar e proteger os legitimos interesses nacionaes, deixar de ligar a sua mais acurada attenção ao problema tão delicado e complexo do descanso semanal e da

A regulamentação, em Janeiro de 1911, a título experimental, do descanso semanal ao domingo, uma das reformas introduzidas pela República[24], contribui igualmente para esse crescimento da afluência às praias.

[23] Idem, p. 10.

[24] Já a 1 de Agosto de 1907 o governo de João Franco tinha apresentado à aprovação do rei

Numa altura em que *"só uma pequena minoria dos trabalhadores portugueses gozava (...) de férias anuais, restritas ao funcionalismo público, às profissões liberais, ao patronato e a poucos outros"*[25], a interrupção, por um dia, da semana de trabalho representa uma importante conquista para *"o operariado e a pequena burguesia assalariada (...), que procur*[am] *aproveitar da melhor maneira possível, com passeios ao campo, às hortas e às praias mais aproximadas das cidades"*. E, na Praia, vão recriar, por imitação, os hábitos das elites, ainda que limitados à sua faceta mais visível: o "banho de mar". Um ritual que implicava a utilização de vestuário adequado: o fato-de-banho.

Num dos seus Catálogos de Novidades do início do século XX, os Grandes Armazéns do Chiado, criados sob a divisa "ganhar pouco servindo bem o público"[26], publicitavam os modelos então em voga para homem, mulher e criança, deixando evidente, no número de peças necessárias, a natural maior complexidade da indumentária feminina em relação à masculina. Mas o que é interessante notar é

regulamentação das horas de trabalho.
Se é certo que todas as razões physiologicas, moraes e sociaes aconselham como providencia instante e inadiavel regularizar o descanso das diversas classes sociaes que se afadigam e extenuam num labor diario constante de muitas horas, é tambem certo que são muitos os interesses oppostos collidindo entre si, cumprindo ao Governo velar por todos elles e protegê-los a todos. D'esta antinomia tem resultado em Portugal, como em outros paises, graves difficuldades na regulamentação geral do descanso, das quaes teem derivado leis em parte inexequiveis e em parte causadoras de perturbações e conflictos improprios de uma sociedade bem organizada e disciplinada. Nem todos teem a placidez e serenidade de espirito indispensaveis para bem apreciar as difficuldades, por vezes insuperaveis, d'este importante objecto e para procurar harmonizar os seus com os alheios interesses. Tal colisão só tem servido para difficultar mais a regulamentação do descanso semanal, com manifesto prejuizo dos proprios interessados.
(...)
A delicadeza do assunto por si só justifica o cuidado que o Governo teve na estructura do presente decreto, que não é publicado como providencia legal de definitivos effeitos, antes, sendo a politica e a

um projecto de lei referente ao Descanso Semanal, promulgado e regulamentado a 3 e a 7 de Agosto, respectivamente. No entanto, ao deixar a sua execução dependente das câmaras municipais, competência a que se sobrepunha a decisão dos governadores civis, e ao permitir aos patrões a escolha do dia mais conveniente para a suspensão do trabalho dos seus subordinados, a lei *"tornava problemática e demorada uma generalização da prática a todo o País"* ao mesmo tempo que dava liberdade a *"toda a espécie de abusos em prejuízo dos trabalhadores"*, acabando por caducar, com a queda do Franquismo, em Fevereiro de 1908. Seria só com o Governo Provisório da República, no seguimento da proposta do então Ministro do Interior, António José de Almeida, que o descanso semanal ao domingo acabaria por ser decretado, a 9 de Janeiro de 1911. Legislação prontamente revista e substituída por novo decreto, datado de 8 de Março desse mesmo ano. Ano em que, não nos podemos esquecer, é realizado, dois meses depois, o IV Congresso Internacional de Turismo e é criada a Repartição de Turismo do Ministério do Fomento. (Cf. MARQUES, A. H. de Oliveira (coordenação), *Da Monarquia para a República*, in SERRÃO, Joel, MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.), *Nova História de Portugal*, Volume XI, Lisboa, Editorial Presença, 1991, pp. 208-209; *Diario do Governo*, I Série, N.º 7, 10 Janeiro 1911, pp. 97-98 e *Diario do Governo*, I Série, N.º 55, 9 Março 1911, p. 997)

[25] MARQUES, A. H. de Oliveira (coordenação), op. cit., p. 645.

[26] Pertencentes à empresa Nunes dos Santos e Comp.ª, os Grandes Armazéns do Chiado *"afirmaram-se*[, ao longo do século XX,] *como uma das maiores empresas de venda a retalho"* em Portugal. *"Para além da sede, instalada*[, em 1894,] *no edifício do Barão de Barcelinhos"* ao Chiado (Rua do Carmo e Rua Nova do Almada), em Lisboa, os Armazéns dispunham, no final de 1910, de dezasseis *"succursaes e agencias"* espalhadas pelas principais capitais de distrito do país e ilhas (Porto, Coimbra, Aveiro, Viseu, Braga, Covilhã, Guarda, Portalegre, Caldas, Setúbal, Évora, Beja, Faro, Funchal, S. Miguel e Terceira). *"Inspirados nos modelos parisienses, os Grandes Armazéns do Chiado" "vendiam de tudo, evitando o cliente 'a maçada de andar de lado para lado' conforme anunciava a publicidade"*. Uma moderna forma de comércio que vinha *"democratiza*[r] *o acesso a produtos de moda, generalizando modelos de vestuário e de gosto através da utilização da publicidade e da edição e distribuição de catálogos. Os grandes armazéns faziam saldos, ofereciam brindes, definiam tendências, alternavam colecções consoante as estações e renovavam a decoração das montras. Os produtos tinham preços fixos e mais baratos porque eram adquiridos directamente às fábricas ou produzidos em oficinas próprias."* (Cit. MAGALHÃES, Raquel, "O centenário Edifício do Chiado: 1910, os Grandes Armazéns do Chiado em Coimbra", *Rua Larga: Revista da Reitoria da Universidade de Coimbra*, Coimbra, N.º 27, Janeiro 2010, p. 24)

administração sciencias experimentaes, como a biologia e a psychologia, de onde logicamente emanam e a que indestructivelmente estão ligadas, o presente decreto obedece a este mesmo criterio experimental. A sua execução determinará o seu aperfeiçoamento; as classes a quem vae ser aplicado, bem como as corporações de que depende, num criterioso espirito de conciliação dos mais variados interesses, e reconhecendo a inteireza e rectidão do pensamento organico d'este diploma legal, estudarão as suas vantagens e inconvenientes, de modo que a Camara Constituinte aprecie todos os factores do complicado problema e transforme este decreto numa lei perfeita e justa.

(...)

O Governo Provisorio da Republica Portuguesa faz saber que em nome da Republica se decretou, para valer como lei, o seguinte:

CAPITULO I

Do descanso semanal

Artigo 1.º É reconhecido a todo o assalariado o direito a um descanso semanal de vinte e quatro horas seguidas.

(...)

Artigo 2.º O descanso semanal será, em regra, ao domingo, (...). "

Diario do Governo, N.º 7, 10 Janeiro 1911, pp. 97-98.

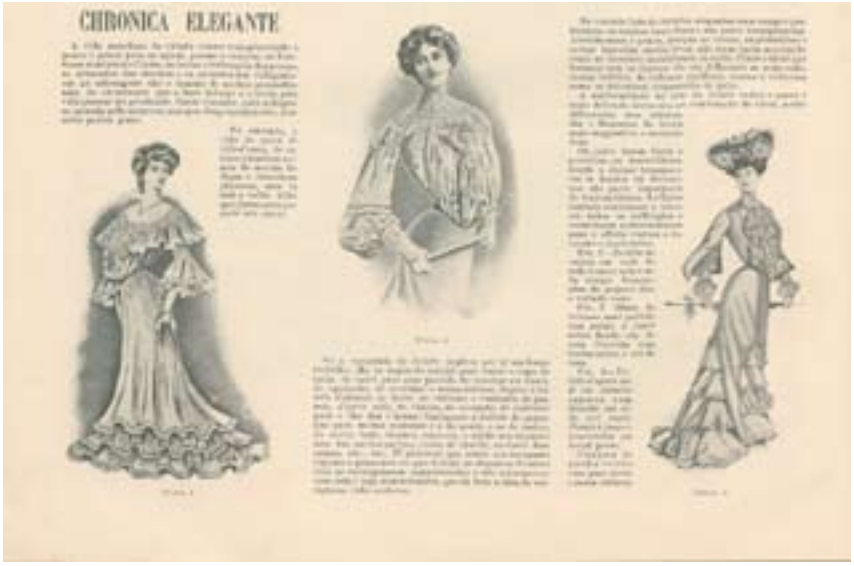
que, em qualquer um dos casos, há sempre o cuidado de apresentar dois níveis de preços para os produtos comercializados, um mais acessível do que o outro, na perspectiva de atrair diferentes classes de clientes.

Assim, se para o homem bastava o *"Fato de malha, ás riscas"*, com preços que variavam entre os 300 e os 650 reis para as crianças, consoante as idades, e 800 ou 940 reis para os adultos, no caso das senhoras, para além do *"Fato de boa castorina"*, composto por *"casaco e calças, enfeitados a fitas"*, que custava entre 1.500 e 1.900 reis para as crianças, 2.500 reis para senhora e 2.800 ou 3.500 reis para senhora forte, a prática do "banho-de-mar" exigia, ainda,

a compra de *"Sapatos de lona"*, de uma *"Touca em oleado"*, a 200, 320 ou 400 reis, e de uma *"Capa com capuz"*, também *"de boa castorina debruada a fitas brancas"*, que custava 3.200 ou 4.000 reis. No final, os homens gastavam menos de 1.000 reis enquanto que as senhoras não iam à Praia por menos de 5.900. E isto só para o banho, porque a preenchida agenda social da vida à beira-mar obrigava à escolha das *toilettes* apropriadas para cada ocasião. Na sua "Chronica Elegante", o número de 18 de Julho de 1904 da revista *Illustração Portugueza* dá-nos uma ideia aproximada da variedade de figurinos que deviam fazer parte da bagagem de uma senhora em vilegiatura, termal, balnear ou climática, divulgando junto do público feminino português alguns dos modelos que mais furor faziam nas prestigiadas estâncias estrangeiras:

> *"Só a variedade de* toilette *implica por si um longo trabalho. Ha os trajes de manhã para tomar o copo de agua, de* sport*, para uma partida de* canotage *ou* tennis*, de equitação, de cyclismo e* automobilismo*, depois a toilette d'almoço no hotel, no* château*; o vestuario de passeio,* d'après midi*, de visitas, de recepção, de* intérieur *para o chá das 5 horas; finalmente a* toilette *do jantar que para muitas senhoras é a da noite, e as de casino, de* soirée*, baile, theatro, concerto, e ainda nos esquecemos das* garden-parties*,* ventes de charité*,* matinées *dançantes, etc., etc.. É provavel que ainda nos escapasse alguma e pensamos no que diriam as elegantes d'outras éras se conseguissem comprehender e não enlouquecer com esta longa nomenclatura, que dá bem a idéa da vertiginosa vida moderna."*[27]

Grandes Armazéns do Chiado
Catálogo de Novidades,
c. 1910
(imagem
VIEIRA, Joaquim, *Portugal Século XX: Crónica em imagens 1900-1910*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1999, p. 120)


CHRONICA ELEGANTE

"Fig. 1 - Toilette *de casino em* voile *de seda branco sobre seda* orange. *Guarnições de* guipure bise *e velludo roxo; Fig. 2 - Blusa de* éclienne *azul pallido com* points à jours *sobre fundo côr de rosa. Gravata com borlas azues e côr de rosa; Fig. 3* - Toilette d'après midi *em* étamine saumon *com dessous em seda vert saule. Points à jours e guarnições em torçal preto. Chapeu de palha verde com gaze preta e rosas* saumon.*"*
(imagem "Chronica Elegante", *Illustração Portugueza*, Lisboa, 2.ª Série, N.º 37, 18 Julho 1904, p. 592)

[27] "Chronica Elegante", *Illustração Portugueza*, Lisboa, 2.ª Série, N.º 37, 18 Julho 1904, p. 592.

Nesta linha de ideias, podemos afirmar que a cultura balnear é uma cultura construída no feminino. Leitura que as imagens das revistas e das reportagens fotográficas da época nos vêm reforçar, confirmando a presença predominante das mulheres e das crianças no espaço, público, da Praia. O que não deixa de ser significativo, numa altura em que a sociabilização da mulher se restringia, quase em exclusivo, à esfera da vida privada. A única personagem masculina que aparece representada com alguma regularidade junto ao mar é a do banheiro, elemento central na orquestração do ritual do banho, garantindo o cumprimento rigoroso da terapêutica receitada pelo médico.

Costumes lisboetas:
- os banhos em Algés
(imagem
Illustração Portugueza, Lisboa,
2.ª Série, N.º 47, 26 Setembro 1904,
p. 739)

Praias Portuguezas
Matosinhos - Leça
1. A hora do banho: Os curiosos e
3. Diante da onda
Clichés de Alvaro Martins, 1913
(imagens
MARTINS, Sousa, "Praias Portuguezas: Matosinhos - Leça", *Illustração Portugueza*, Lisboa, 2.ª Série, N.º 393, 1 Setembro 1913, p. 265)

O homem, quando presente, adopta, em geral, uma atitude passiva, retratado como mero espectador ou curioso que aproveita, mais ou menos discretamente, a oportunidade para apreciar os contornos naturais da figura feminina, enfatizados, à saída do mar, pelo fato-de-banho colado ao corpo. Uma década depois, modelos mais justos e mais curtos deixavam, já, pouco espaço à imaginação.

Com a queda da Monarquia e a instauração da República assiste-se a uma profunda revisão de valores e de costumes. A extinção dos títulos nobiliárquicos e a secularização da sociedade, no sentido da implementação de um verdadeiro Estado democrático, dão corpo à visão positivista do projecto republicano, assente numa deslocação de princípios entre tradição e progresso, fé e razão. Um "ressurgimento nacional" que contava com a participação de todos, no pressuposto de que cada cidadão tinha, agora, uma função a desempenhar na construção de algo maior - a "coisa pública" -

Na Ericeira
(imagem
Illustração Portugueza, Lisboa, 2.ª Série, N.º 33, 8 Outubro 1906)